



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE**

RAFAEL MIRANDA ARRAZ

**ORDENAMENTO FUNDIÁRIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ:
EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO E NAS ÁREAS DE
ASSENTAMENTOS RURAIS**

Palmas - TO

2022

RAFAEL MIRANDA ARRAZ

**Ordenamento Fundiário de Conceição do Araguaia – Pará:
Evolução do desmatamento no município e nas áreas de assentamentos rurais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências do Ambiente, nível de doutorado, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito para a obtenção do título de doutor em Ciências do Ambiente.

Orientadora: Prof^a Dra. Elineide Eugênio Marques
(Universidade Federal do Tocantins)

Palmas - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A773o Arraz, Rafael Miranda.

Ordenamento Fundiário de Conceição do Araguaia – Pará: Evolução do desmatamento no município e nas áreas de assentamentos rurais . / Rafael Miranda Arraz. – Palmas, TO, 2022.

128 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, 2022.

Orientadora : Elineide Eugênio Marques

1. Projetos de assentamentos. 2. Regularização fundiária. 3. Desflorestamento. 4. Justiça agrária. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAFAEL MIRANDA ARRAZ

Ordenamento Fundiário de Conceição do Araguaia – Pará: Evolução do desmatamento no município e nas áreas de assentamentos rurais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências do Ambiente. Foi avaliada para obtenção do título de Doutor em Ciências do Ambiente e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 27 de outubro de 2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Elineide Eugênio Marques, UFT

Prof. Dr. Heber Rogério Gracio, UFT

Profa. Dra. Kellen Lagares Ferreira da Silva, UFT

Prof. Dr. Gilberto Paulino de Araújo, UFT

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva, UFAC

Palmas - TO, 2022

Dedico este trabalho à minha família: ao meu pai, minha mãe e irmãos. Aos meus filhos e minha esposa, perdão pelas minhas falhas e ausências nesse período. Sempre terão meu amor e minha gratidão nessa nova etapa de vida.

"No mundo rural, a Agricultura familiar é a
resistência do campesinato contra o capital".

José de Souza Martins

AGRADECIMENTOS

Nesse resgate do que vivi até a finalização de mais um desafio na vida, nos quase 4 anos desse doutoramento na UFT, a memória pode me trair, mas espero ser enfático e objetivo nos principais agradecimentos aos que me apoiaram direta ou indiretamente nessa minha jornada até essa sonhada conquista.

Sendo assim, inicio agradecendo a todos que, de alguma forma, ficaram na torcida e até fizeram orações em intenção, não entendiam o objetivo dessa minha dedicação, mas sabiam que seria importante para mim de alguma forma. Assim, começo minha lista de agradecimentos, mesmo correndo o risco de cometer injustiças com possíveis lapsos de memórias. Agradeço primeiramente a Deus, que me protegeu e me proporcionou ter vivido essa jornada para alcançar esse objetivo, no qual tenho fé na sua existência e em sua ação inexplicável.

À minha família, especialmente minha esposa Emily Arraz, pelo seu amor e compreensão, pelas minhas ausências enquanto eu viajava para os estudos do programa, pela dedicação aos nossos filhos enquanto não podia contribuir. Aos meus filhos Isabelly Arraz, Pedro Rafael Arraz, Davi Augusto Arraz e José Henrique Arraz, pela paciência nas minhas ausências quando necessário às funções de pai. Ao meu pai Francisco Arraz de Sousa e minha mãe, Maria Magnólia Miranda Costa Arraz, porque sei que eles nem por um minuto desacreditaram no meu potencial e sempre oraram por mim. Aos meus irmãos: Juliana Arraz que sempre me incentivou e Fernando Arraz que acreditou nessa conquista me ajudando na revisão e aperfeiçoamento deste estudo, e ao meu sobrinho, Nicolás Arraz.

Aos meus sogros Jucelino Lacerda e Maria Anunciação Lacerda que por várias vezes além de orarem pelo meu sucesso, me proporcionaram apoio importantíssimo à minha esposa e filhos. Eu poderia nomear toda a família: tios, tias, sobrinhos, primos, e outros, pois como doutor dessa família, sei que hoje todos se orgulham de mim e se sentem representados. Por isso, transmito meus agradecimentos a todos esses familiares em nome de minha querida Avó Zélia Miranda, sintam-se todos representados.

E in memoriam: de minha Avó paterna Maria Arraz e meus avôs Manoel Souza (paterno) e Nataniel Costa (materno) que na minha infância me encheram de aprendizados de suas vivências no campo.

À minha querida orientadora Dra. Elineide Eugênio Marques, pela dedicação e paciência, sempre brilhante no modo de ver o mundo e nas suas provocações lançadas a mim em nossas conversas, para que eu acreditasse no meu potencial e abrisse minha mente para novas perspectivas de estudo na evolução do meu trabalho. Tenho a certeza que sem ela não

conseguiria alcançar o resultado desta pesquisa, uma pessoa muito humana e com um olhar sempre preocupada com as pessoas e com o futuro desse nosso planeta.

Aos amigos que tanto me compreendem e, muitas vezes, pelas horas de bate papo, quando desabafava sobre minhas dificuldades, sintam-se representados por: Adailson e Ailton Bartolomeu e ao compadre Carlindomar de Sousa.

Agradecimentos especiais:

Ao Lucas da Silva, estudante de mestrado em Geografia no Rio Grande do Sul, que conheci nesse último ano, mesmo nas conversas a distância e sem conhecê-lo pessoalmente foi tão prestativo e dedicado, e fez toda a diferença me ajudando com a formatação dos mapas utilizados neste estudo que foram importantíssimos para a discussão da tese.

Agradecimentos Institucionais:

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente - PPGCIAMB/UFT pelos ensinamentos.

Ao Instituto Federal do Pará – IFPA, pela liberação para qualificação, pelo bom ambiente profissional que atuo como educador.

Aos Técnicos do INCRA/PA, Sindicato de Trabalhadores Rurais/CDA e ATER/COPVAG, pela colaboração nas entrevistas e no fornecimento de documentos importantes para a tese.

Aos Assentados familiares nos PAs do município de Conceição do Araguaia – PA, que se disponibilizaram com seu tempo para fornecer informações para esse estudo.

Aos membros da Banca, faço uma reverência especial: são brilhantes e generosos como poucos que tive oportunidade de conhecer.

E, por fim, agradecimentos especiais a todos que colaboraram direta ou indiretamente com a construção desse trabalho.

RESUMO

Com as necessidades humanas de consumo o meio ambiente sofre alterações ao longo dos anos, podendo ser refletidas e caracterizadas nas formas de uso e ocupação do solo. Nesse sentido, as ações antrópicas no meio ambiente são discutidas como problemas socioambientais. Na Amazônia Brasileira e na região do município de Conceição do Araguaia – Pará, o processo de uso e ocupação do solo tem grande influência de práticas do agronegócio, que ao longo dos últimos trinta e cinco anos cresceu significativamente. O objetivo desta tese foi entender como foi o ordenamento fundiário dos 38 assentamentos rurais (2.256 km²) e analisar a dinâmica temporal do uso e ocupação do solo no município de Conceição do Araguaia-PA, no período de 1985 a 2020. A metodologia da abordagem é quanti e qualitativa, com o uso da pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas, analisadas com a técnica da Análise de Conteúdo (Enunciação), sendo realizadas com agentes públicos do INCRA, de ATERs, Sindicato de Trabalhadores Rurais e com os próprios assentados familiares que vivenciaram as lutas, conquistas e desafios ao longo dos anos nos assentamentos rurais investigados para uma melhor compreensão de como foi o ordenamento fundiário deste município. Para analisar a evolução do desmatamento no município e nos seus Projetos de Assentamentos (PAs) foi realizado o levantamento de dados pela plataforma Mapbiomas, que utiliza técnicas de Sensoriamento remoto para produzir mapas e tabelas com o retrato do uso e ocupação do solo através do processamento digital de imagens dos satélites que traça a perda florestal no recorte de tempo de 35 anos. Como resultados temos: o processo de implementação dos assentamentos rurais do município investigado foram a partir de ocupações espontâneas, não sendo respeitada as legislações ambientais por grande parte dos beneficiários de imóveis rurais e principalmente por omissão do INCRA, pois o Estado estava ausente nos respectivos assentamentos rurais após suas regularizações. Na evolução do uso e ocupação do solo no tempo avaliado (1985 a 2020), os resultados mostraram que nas comparações em proporção percentual a perda da vegetação nativa, dentro das áreas de PAs foi consideravelmente maior ao longo dos 35 anos com 56%, do que em relação às reduções florestais das áreas de fora dos PAs com 43%, a partir de todo o município avaliado, sendo apontada as atividades agropastoris como a principal causa dessa perda florestal.

Palavras-chaves: Projetos de assentamentos. Regularização fundiária. Desflorestamento

ABSTRACT

With human consumption needs the environment undergoes changes over the years, and can be reflected and characterized in the forms of land use and occupation. In that regard, anthropic actions in the environment are discussed as socioenvironmental problems. In the Brazilian Amazon and in the county region from Conceição do Araguaia – Pará, the process of land use and occupation has great influence of agribusiness practices, that over the past thirty-five years grew significantly. The purpose of this thesis was to understand how it was the land order of the 38 rural settlements (2,256 km²) and analyze the temporal dynamics of land use and occupation in the municipality of Conceição do Araguaia-PA, in the period from 1985 to 2020. The methodology of the approach is quantity and qualitative, with the use of bibliographical research and documentary, in addition to interviews semistructured, analyzed with the technique of Content Analysis (Enunciation), being carried out with public agents from INCRA, of ATERs, Union of Rural Workers and with their own family settlers who have experienced the struggles, achievements and challenges over the years in rural settlements investigated for a better understanding how it was the land order of this municipality. To analyze the evolution of deforestation in the municipality and in your Settlement Projects (PAs) survey was carried out of data by the Mapbiomas platform, that uses techniques of remote sensing to produce maps and tables with the portrait of land use and occupation through digital processing of satellite images that traces the forest loss in the time frame of 35 years. As results we have: the process of implementation of rural settlements of the municipality investigated came from spontaneous occupations, not being respected the environmental laws by most of the beneficiaries of rural properties and mainly due to omission by INCRA, because the state was absent in the respective rural settlements after their adjustments. In evolution land use and occupation in the evaluated time (1985 to 2020), the results showed that in comparisons in percentage proportion the loss of native vegetation, within PA areas it was considerably larger over the 35 years with 56%, than in relation to forest reductions from areas outside the PAs with 43%, from the entire municipality evaluated, being pointed out the activities agropastoral as the main cause of this forest loss.

Keywords: Settlement projects. Land regularization. Deforestation

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da tese	26
Figura 2 - Linha do Tempo com os principais acontecimentos para a Reforma agrária no Brasil	35
Figura 3 - Desenho esquemático – Projeto convergente	54
Figura 4 - Localização de Conceição do Araguaia – PA	55
Figura 5 - Assentamentos rurais regularizados pelo INCRA no município de Conceição do Araguaia	56
Figura 6 - Procedimentos metodológicos do Mapbiomas	61
Figura 7 - Evolução do uso do solo no território de Conceição do Araguaia – PA, nos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020	89
Figura 8 - Evolução do uso do solo dos Assentamentos rurais de Conceição do Araguaia/PA – nos anos de: 1985, 2000, 2010 e 2020	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de Assentamentos na Amazônia Legal	36
Quadro 2 - Questões norteadoras para a entrevista semiestruturada	60
Quadro 3 - Caracterização das classes de uso e cobertura do solo para análise das imagens do Mapbiomas	62
Quadro 4 - Síntese da Análise de Conteúdo das Entrevistas	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos de Assentamento rurais Criados em Conceição do Araguaia-PA	71
Tabela 2 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia – PA e de seus PAs – 1985	91
Tabela 3 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia – PA e de seus PAs – 2000	92
Tabela 4 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia – PA e de seus PAs – 2010	93
Tabela 5 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia – PA e de seus PAs – 2020	95
Tabela 6 - Evolução da Vegetação nativa(VN) em km ² e os percentuais das Áreas % dentro e fora dos PAs.....	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução comparativa da Vegetação Nativa (VN) dentro e fora dos PAs 102

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP – Área de Preservação Permanente

ATER – Assistência Técnica Rural

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

EIA - Estudos de Impactos Ambientais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Organização das Nações Unidas par a Alimentação e Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Urbano

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

IMB – Instituto Mauro Borges

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais

MAPBIOMAS – Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Plano de Integração Nacional

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

POLAMAZONIA - Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia

RL – Reserva Legal

SCiELO - Scientific Electronic Library Online

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

TCLE – Termo de Consentimento de livre esclarecido

UFP – Unidades Familiares de Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Aproximação do pesquisador com a temática	13
Apresentação da problemática e objetivos da pesquisa.....	15
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
1.1 Questão Agrária e a tentativa de implantação da reforma Agrária brasileira	27
1.2 Dinâmica dos Espaços agrários e os Assentamentos Rurais na Amazônia e no Pará..	33
1.3 Os assentados da reforma agrária – história de lutas	39
1.4 A evolução do desflorestamento nos Assentamentos rurais na Amazônia.....	41
1.4.1 Os Assentamentos Rurais e a contribuição no Desmatamento na Amazônia e no Pará	45
1.4.2 Panorama dos desmatamentos nos assentamentos rurais	49
1.4.3 O avanço da produção de soja nos assentamentos rurais	50
1.4.4 Contexto evolutivo do desmatamento nos assentamentos de Conceição do Araguaia – PA	51
CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS	53
2.1 Tipo e abordagem da pesquisa: Quali-quantitativa (Mix-meétodos)	53
2.2 Caracterização da área de estudo e dos assentamentos rurais.....	54
2.3 Métodos de pesquisa (CAPÍTULO 3 – Ordenamento fundiário dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia - PA)	57
2.3.1 Pesquisa documental.....	57
2.3.2 Entrevistas	58
2.3.3 Análise do Conteúdo	59
2.4 Métodos de pesquisa (A evolução do desmatamento no município e nos seus assentamentos rurais).....	61
2.4.1 Tipo de Pesquisa.....	62
2.4.2 Coleta de Dados.....	63
2.4.3 Análise de Dados da Pesquisa	63
CAPÍTULO 3 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PA.	65
3.1 História e a Caracterização do município e a regulamentação dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia – PA	65
3.1.1 Regulamentação dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia–Pará	69
3.2 O ordenamento e reordenamento fundiário nos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia-PA..	72
3.3 A história dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia–PA	77
3.4 Síntese da Análise de Conteúdo.....	85

CAPÍTULO 4 - O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ: A EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO E NOS SEUS ASSENTAMENTOS RURAIS	88
4.1 Evolução do uso e ocupação do solo de Conceição do Araguaia e de seus Assentamentos rurais	88
4.1.1 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 1985	90
4.1.2 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2000	91
4.1.3 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2010	93
4.1.4 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2020	94
4.2 Análise do uso e ocupação do solo dos assentamentos rurais da área do município de Conceição do Araguaia – PA, nos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020.....	96
4.2.1 Evolução das Classes do uso de solo dos Assentamentos rurais de Conceição do Araguaia – Pará.	97
4.2.2 Análise comparativa da evolução da vegetação nativa (VN) dentro e fora dos PAs de Conceição do Araguaia – PA.	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERENCIAS	106
APENDICES	116
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

Aproximação do pesquisador com a temática

A definição de uma problemática de pesquisa para uma tese, não nasce a partir do ingresso no Doutorado, mas surge das experiências adquiridas ao longo de várias jornadas trilhadas, dos caminhos e descaminhos da vida que compõem nossa identidade, pois diante dos problemas enfrentados pela sociedade que nos deparamos, a nossa natureza humana, busca por respostas e por soluções. Assim nessa perspectiva de premissa, que a minha vida e de muitos cientistas são regidas, na contribuição com estudos para construir um mundo melhor.

Na minha realidade, quando penso nas experiências vivenciadas que me aproximaram da temática e me levaram a optar pelas Ciências do Ambiente e nos problemas socioambientais, percebo que sempre ficava inquieto com relação a essas questões. Cabe destacar que, essa inquietação iniciou-se, com as lições apreendidas junto a minha família e que farei alusão. Sou natural de Brasília-DF, mas desde os 5 anos de idade em 1986, vivo em Conceição do Araguaia no sudeste paraense. Sou neto de retirantes do Maranhão que chegaram em 1955, atraídos pelas promessas de trabalho e de um pedaço de terra, e vieram para esta cidade junto com meu pai e seus irmãos para trabalhar e viver da terra.

Ouvi muitas histórias e relatos de meu pai e, principalmente, de meu avô Manoel Souza. A fome enfrentada por eles, o sofrimento e dificuldades trabalhando como peão e lavrador para fazendeiros e empresários da região, até o dia que conquistaram o seu pedaço de terra. Trabalharam muito criando e plantando para tirar sua subsistência, falavam da relação que tinham com a “mãe natureza” que o respeito a floresta e os animais era muito importante, “pois da natureza” diziam que “dela tudo dava”. Com esses ensinamentos, não poderia me furtar de começar minhas escolhas para uma pesquisa de doutoramento, se não fosse pelas questões socioambientais. Ter a possibilidade de unir estudos que discutem a realidade do campo com as injustiças agrárias, a luta camponesa e os impactos ambientais provenientes das atividades produtivas no mundo rural, foram decisivos para mim, volteias minhas raízes, pois sempre vi o pequeno produtor familiar se superando para se manter firme, nos seus lugares de sobrevivência, sempre com o sentimento de resistência.

Dentro da academia, sempre estive visitando a zona rural, desde 2005 realizando assistência técnica aos pequenos produtores familiares na atuação como profissional zootecnista, especialmente em Assentamentos rurais em todo o Pará, e por último como

professor de produção animal do IFPA, desde o ano de 2008 até o atual momento, no município de Conceição do Araguaia - PA.

Com o crescimento do conhecimento técnico e acadêmico, me especializei em educação do campo e realizei meu mestrado em ambiente e desenvolvimento. Há pouco tempo me formei em Direito, mas sempre mantendo o foco nas problemáticas socioambientais do campo, realizando estudos das caracterizações das produções familiares, do Direito ambiental e sobretudo da sustentabilidade em áreas de reforma agrária, que me serviram de motivação para prosseguir nesta temática que envolve os impactos ambientais nos assentamentos rurais. Por tudo, percebi que a vida no campo e a luta camponesa por justiça agrária na Amazônia e no Sudeste paraense se apresentam como necessárias e desafiadoras por diversos fatores, alguns tratados ao longo deste estudo.

São essas as motivações que me fizeram buscar entender a evolução do desmatamento nas áreas de PAs, por meio dos comparativos visuais da paisagem vegetativa de quando era criança e as áreas de campo que sempre se encontravam verdejantes. Desde quando retornei como profissional das Ciências Agrárias, se tornou perceptível visualizar muita degradação e sem aquele verde lindo de outrora.

Assim, proponho de início uma discussão teórica acerca da questão agrária no Brasil, buscando as suas raízes históricas dessa relação de injustiças agrárias. Seguindo essa propositura faço uma contextualização da história do município pesquisado e de como se deu as criações dos assentamentos rurais da região, no tocante às perspectivas da produção e do respeito ambiental, a partir de revisão bibliográfica e de relatos de agentes públicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) e dos assentados da reforma agrária desse município. Por último foi desenvolvida uma análise por meio de uso de imagens de satélite sobre a influência dos assentamentos rurais no avanço do desmatamento do município estudado com intuito de responder a problemática tratada nesta tese.

Apesar de todas as dificuldades, foi enriquecedor esse processo formativo. Afirmando que, após esses anos de dedicação a essas questões, saio desse doutorado bem melhor do que entrei, como pesquisador, como profissional e como eterno estudante, mais humano e preocupado com a vida nesse planeta. Serão aprendizados que levarei para a vida toda.

Apresentação da problemática e objetivos da pesquisa

A questão agrária no Brasil, por muitos fatores, abriga várias linhas de raciocínio, mas é preciso inicialmente realizar um recorte histórico a partir da colonização portuguesa, com a divisão de terras pelas sesmarias (1530) com o acesso restrito para quem poderia pagar parte de suas produções à coroa portuguesa. E somente em 1850 foi instituída a lei de terra pouco depois da independência, que veio regular com uma nova metodologia a distribuição de terras, concebendo uma nova estrutura fundiária do Brasil, construída sob os aspectos das velhas e novas formas de expansão do capital financeiro, no qual foi dividido o país em grandes extensões de terra com a centralização da produção agrícola e pecuária, com a prioridade nos abastecimentos do mercado externo (PRADO JR, 2000).

Stedile (2011) afirma que, a história registrou duas táticas de dominação: agregar indivíduos para suas ações de interesse; e o uso da repressão contra aqueles que não aderiam às suas vontades. E dessa forma, conseguiram dominar todo o território brasileiro de forma impositiva submetendo os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, à sua cultura e leis do capitalismo mercantil para atender as necessidades de produtos da metrópole europeia.

Na obra *“O que é Questão Agrária?”* de José Graziano da Silva, são apresentadas reflexões acerca do diagnóstico da estrutura agrária e da dinâmica histórica das relações de poder que existiu ao longo dos cinco séculos de opressão e injustiça imposta pelo latifúndio do Brasil, denominada também de capital colonial, que vem na sequência destacar a resistência e resiliência do campesino e/ou pequeno produtor familiar. Que foi expressada muito bem na passagem do referido livro desse autor, em que retrata a concepção da origem desses sobreviventes da relação desigual de poder do latifúndio no campo do Brasil.

O latifúndio escravista era o eixo de atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: Os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros livres, que não eram escravos, de índios e de mestiços, e desempenhavam uma série de atividades. Vários eram "técnicos" empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. outros ainda eram agricultores, ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades. Aí está a origem da pequena produção no Brasil e sua estreita ligação com a produção de alimentos (SILVA,1993, p.10).

Com o retrato histórico das injustiças agrárias com a concentração de terras do modelo colonial, para a nova dinâmica de produção que buscava o atendimento ao mercado externo pelo latifúndio, nos anos de 1940 inicia-se um maior debate sobre a questão agrária, ganhando

mais destaque no país. Nesse período, o Brasil vivenciava transformações intensas, principalmente na sua base de produção industrial, ganhando muitos incentivos do Estado com políticas públicas. Nos anos 1950 e 1960 se destacam as lutas das ligas camponesas com uma força política significativa dos trabalhadores do campo.

É a partir da década de 1960, quando se constitui um modelo de industrialização para a agricultura com ênfase no desenvolvimento rural para grandes latifúndios, com a consolidação hegemônica do modo de produção capitalista no país, foi que a questão agrária ganhou novas dimensões no modo de produzir em maior escala, visando índices de produtividade maiores para o atendimento ao mercado externo, e também atendessem um modelo para as pequenas propriedades (SILVA, 1993).

O modelo capitalista globalizado atual pautado no agronegócio pode não gerar benefícios significativos à situação socioambiental e agrária do Brasil, por que gera um ganho financeiro individual para quem detêm os meios de produção que são as vastas quantidades de terras concentradas. A sua expansão tem se dado principalmente por interesses econômicos do grande capital, que subjagam as expressões da questão social, em especial, a agrária e a ambiental. Os pequenos produtores familiares e/ou camponeses do país são subjagados na medida em que a terra, principal meio de sobrevivência e produção, tem um alto índice de concentração e se reafirma enquanto objeto de especulação financeira ao longo do tempo (SILVA, 2013).

Nesse sentido, Furtado (1962) comenta que o desenvolvimento econômico nesse período era basicamente um processo de industrialização com vistas para o campo. Em sua concepção, a questão central, estava nos padrões em que se constituiria esse desenvolvimento no Brasil. Assim, o impasse seria, com o país dando privilégios a produção de bens para o mercado externo, com a exportação de suas riquezas e promovendo a pobreza de sua gente, ou se mudaria de estratégia, para consolidar-se como um mercado forte internamente, ajudando na distribuição da renda, e conseqüentemente na contribuição da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Com esse dilema, a solução avaliada por estudiosos do assunto como Prado Jr. (2000), era a desconcentração de terras do país, por meio de uma reforma agrária, que fosse desenvolvido social e economicamente, criando novas perspectivas de justiça agrária para todos no Brasil.

Partindo dessas premissas apontadas por Prado Jr. (2000), Furtado (1962), Silva (1993) e (2013), o poder do Estado interpretou a questão agrária latente como sendo uma questão fundiária. A reforma agrária se fundamentava numa distribuição de terra somente. Sendo assim, se entendia que se fizessem essa distribuição os problemas sociais e econômicos do país seriam

resolvidos. Segundo Silva (1993), a reforma agrária se constituiria como o remédio para a crise agrária e para a crise agrícola no qual passava o país. Esse autor ainda complementa que, a reforma agrária visava alterar a estrutura de posse e uso da terra no país para um crescimento produtivo rápido. Mas a reforma agrária não foi dinamizada, por conta dos interesses da elite brasileira, que agia em desconformidade a essa reestruturação e a favor do atendimento das produções capitalistas no campo, provocando mais conflitos nessa questão agrária propriamente dita. Os dados desse mesmo autor mostram que houve uma maior concentração de terras, após as tentativas de reforma agrária e os trabalhadores rurais se tornaram ainda mais miseráveis.

Com isso, a estrutura agrária brasileira não constituiu empecilho ao modelo de desenvolvimento da industrialização no campo. No entanto na década de 1970, numa tentativa de pelo menos atender parcialmente a uma reforma agrária menos injusta, mas vale ressaltar que promove uma colonização por meio de Projetos de assentamentos, após as reivindicações de trabalhadores camponeses bem mais organizados por meio dos sindicatos de trabalhadores rurais e outras organizações representativas de pequenos produtores familiares, a exemplo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que atua a partir de 1975, apoia de forma concisa a causa da reforma agrária no Brasil, para haver uma efetivação da distribuição de terras e ou a criação de assentamentos rurais para o trabalhador familiar no campo.

É importante destacar, que apesar de toda a luta e mobilização dos movimentos sociais com conquistas parciais por justiça agrária, não houve reforma agrária, apenas uma distribuição de terras (IANNI, 1979). Nesse contexto, que a alternativa mais viável para essa finalidade definida por seus pares, foi à luta pela terra, mais precisamente na ocupação de áreas do latifúndio e ou de terras devolutas, para que o Estado brasileiro fosse pressionado a desapropriar e legalizar estas áreas, criando os assentamentos rurais.

Com esse novo contexto posto de enfrentamento organizado, a opção do Estado foi efetivar as novas áreas ocupadas, hoje caracterizadas como projetos de assentamentos rurais, que foram implantadas na perspectiva de expandir a produção agropecuária e/ou diminuir os conflitos por terra. A partir dessas ações pontuais na criação de PAs, os trabalhadores camponeses perceberam que a questão agrária era maior que a questão fundiária, ou seja, a sua resolução está além da distribuição de terras, pois enfrentaram muitos desafios para se estabelecerem dentro desse novo espaço recém criado. Sendo assim, a questão fundiária em nosso país tem uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais são remetidos para o marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

Macedo (2006) corrobora com as afirmações já mencionadas, afirmando que no Brasil historicamente se verifica um processo de concentração de terras nas mãos de poucos, visto que desde a colonização portuguesa preconizou-se pelas elites com poderes esse modelo de discrepância fundiária e na relação de poder, por meio dessa concentração de terras, sem valorizar outras formas de uso da terra como aquela da agricultura camponesa¹ e dos grupos indígenas, ou das comunidades tradicionais entre outros, que valorizam uma produtividade de subsistência com ênfase em suas emancipações do trabalho com justiça social e atividades menos impactante para atender as necessidades de seus integrantes do campo. Nessa seara, se torna necessário uma abordagem conceitual de grupos tradicionais para o entendimento das temáticas que se seguem.

Little (2002), que é antropólogo, levando em consideração a análise da “razão histórica”, indica três elementos que caracterizam um grupo social como “povo ou comunidade tradicional”: o regime da propriedade comum; o sentido de pertencimento a um determinado lugar; e a profundidade histórica da ocupação na memória coletiva desses integrantes do lugar. Ainda segundo esse autor, esses aspectos seriam partilhados em todos os povos tradicionais, chamando atenção para o fato de que essa condição não significa semelhança entre as variadas dimensões da dinâmica sociocultural (práticas, crenças, identidades, línguas, etc.), no qual cada grupo mantém suas próprias particularidades nesse entendimento.

Castro (2013) contribui para o debate afirmando que no espaço fundiário brasileiro, devido a sua biodiversidade grandiosa, existe uma grande diversidade cultural, fruto das múltiplas formas manifestadas de manejo dos recursos naturais. Respeitando as regionalidades de nosso país, Little (2002) afirma que, com base nos critérios antropológicos mencionados, os povos tradicionais seriam: os indígenas, os quilombolas, os extrativistas em geral (seringueiros, castanheiros, quebradores de coco-babaçu etc.), os caboclos-ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras (pescadores do mar), e algumas formas de agricultura familiar ou de subsistência. Ainda segundo a legislação brasileira pode ser extraído, atualmente, um conceito “jurídico” de povos ou comunidades tradicionais, a partir do Decreto 6040/07 (BRASIL, 2007).

¹ Muitas terminologias foram utilizadas no passado historicamente para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar e trabalhador familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social, contudo é devida as novas percepções sobre a mesma categoria social. A utilização de terminologias aparece para esses sujeitos do campo, com frequência, carregada de profundo significado político-ideológico. Os camponeses eram identificados com os diferentes tipos de minifúndios, uma categoria que expressava a oposição aos latifúndios e que podia ser encontrada na estrutura agrária do Brasil e num método dialético, procurava-se o sujeito da mudança social nas contradições e nas possíveis alianças de classe para alcançar uma estrutura mais justa e digna para esses atores sociais (WANDERLEY, 2001). Com isso iremos nos referenciar prioritariamente como pequenos produtores familiares ao longo do texto.

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Artigo 3º, I)

Abrindo um parêntese no debate do modelo da composição dos espaços fundiários nas relações de poder na dinâmica produtiva do Brasil, para um melhor entendimento da participação e relação do pequeno produtor familiar na sua busca por estratégias de sobrevivência em questões econômicas e socioambientais, se torna necessário uma breve síntese sobre campesinato.

Para Marx (1980), os camponeses são considerados como uma classe social “intermediária ou híbrida” e ao mesmo tempo consideravelmente resiliente, pois reúnem ao mesmo tempo as características de donos dos meios de produção e também as de trabalhadores. Nesse sentido, o mesmo autor considera o campesinato como uma classe em transição que se ressignifica, seja com rumo para a burguesia, tornando-se um empresário capitalista, seja para o proletariado, tornando-se um trabalhador assalariado livre.

Chayanov (1974), seguindo essa linha de raciocínio de Marx, diz que a lógica camponesa, é mediada por relações não capitalistas ou minimamente capitalistas, essa característica primordial torna-se fundamental para se examinar esse segmento, demarcados por essas relações que os camponeses alargam suas atividades, laboram na terra e a ponderam como herança familiar. Assim, no desenvolvimento do capitalismo o campesinato seria extinto enquanto classe social e a pequena propriedade desapareceria, por causa da modernização e industrialização do campo (SILVA, 1993).

Na concepção de Pereira (2005), o termo agricultura familiar para o Estado brasileiro afirma a tese de que o campesinato teria sido extinto. Abramovay (1992) reforça esse entendimento apontando para o enfraquecimento e desaparecimento do campesinato, considera que pela sua incapacidade de competir no mercado com os capitalistas (agronegócio) os camponeses se proletarizam, e/ou se transformam em agricultores familiares, para que possam continuar existindo, nos desafios constantes que lhes são impostos, mas que se resumem na sua resistência.

A (re)criação do campesinato ocorre por meio da luta pela terra e pela reforma agrária, defendendo a conquista da posse da terra, e a permanência nela desses pequenos produtores familiares, como Fernandes (2008) e Oliveira (2001) que colocam a conquista da terra e a interposição de resistências por meio da contestação da ordem constituída, pela soberania

alimentar e outras bandeiras de luta, como as estratégias da luta camponesa na disputa pelo território com o latifúndio.

No entanto, o modelo produtivo dinamizado para as áreas de reforma agrária na Amazônia instituídos na prática dos movimentos sociais, foram de experiências de outras regiões brasileiras, como o da criação de gado bovino, na maior parte dos estabelecimentos rurais em processos produtivos desenvolvimentistas, desconsiderando as estratégias de produção rural das populações locais. As fazendas, com vastos domínios de muitos milhões de hectares, ocupam entre 70 e 90% do espaço colonizado conforme as várias regiões da Amazônia desde suas implantações nos governos ditatoriais a partir das décadas de 1960 e 1970 com grande incentivo de seus governos desse período (TOURRAND et al., 1995).

Tourrand et al. (1995) ainda destaca que no início da década de 1990, a criação de gado bovino passou a ocupar um lugar ainda mais importante nos sistemas de pecuária na região amazônica, com as linhas de crédito e assistência técnicas em projetos pré-estabelecidos pelas linhas de fomento governamentais. Com atividades produtivas sem diversificação e somente como a do gado bovino, houve aumento da perda das áreas de mata, havendo uma contradição com a premissa agroecológica que sugere uma diversificação das atividades produtivas em consonância com a sustentabilidade do processo produtivo em pequena escala, como as de assentamento rural (ALTIERI, 2002).

Na Amazônia legal², há uma expansão da pecuária, que é impulsionada pelas características socioeconômicas, provavelmente por uma lógica econômica e política ditada pelas elites do poder, pelo baixo valor das terras, quando comparadas às outras regiões do país, além de se obter nessas áreas mão-de-obra barata ou até mesmo em condições de semiescravidão, o que torna o empreendimento nesses espaços produtivos ainda mais lucrativo (RIBEIRO et al., 2005).

A história recente tem mostrado que o contínuo fluxo de migrantes que chegam a esta região do portal da Amazônia, passam a ocupar áreas de terra, que os credencia como clientes da reforma agrária em condições de reivindicarem seus direitos de posse pelo seu uso. Com o tempo, entre poucos meses, ou anos, e com persistência, esses migrantes, também identificados

² Segundo Santos (2010) no portal da Amazônia, comenta que a Amazônia Legal, também chamada Amazônia Brasileira, foi instituída pela lei nº 1.806/1953, durante o Governo Vargas. A partir de então, os estados do Mato Grosso, Tocantins (na época Goiás) e metade do Maranhão (até o meridiano de 44º) além é claro de todos os estados da região Norte fazem parte desta região. Os critérios para incorporação à Amazônia Legal são as características naturais, como bacia hidrográfica entre outros, além das questões naturais, tem as questões políticas, pois fazer parte da Amazônia Legal é ter acesso a recursos governamentais.

como posseiros³ puderam ter a terra regularizada, desde que estivesse declarada improdutivo, e passasse a ser objeto de desapropriação. Conforme os estudos de Santos (2010), a construção desses espaços de assentamentos, numa determinada região está relacionada a conflitos territoriais e expropriações de terras para fins de estruturação da reforma agrária.

De acordo com Arraz (2015), o procedimento que envolve a criação de Projetos de Assentamento do Sudeste Paraense, tendo em vista a célere e ininterrupta ocupação de novas áreas de terra, a ação do INCRA foi limitada nas regularizações de invasões consumadas, ao invés de um planejamento para uma reforma agrária com a distribuição de terras para famílias produtoras que necessitassem. Assim, o contínuo fluxo de migrantes que chegavam a essa região, tornava impossível uma ação planejada de ocupação, orientada por critérios ambientais, de zoneamentos, ou em bases tecnológicas apropriadas (HOMMA et al., 2002).

Com esse recorte, o tratamento de problemas e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dessas regiões de assentamentos são negligenciadas pelo estado, pois conforme Arraz (2015), perpassa a uma análise da territorialidade, da transposição do espaço, da demarcação do rural e da conexão inevitável agrícola aos diversos setores, produtos e serviços que ligam à produção, trabalho e capital, à sustentabilidade e aos fatores do desenvolvimento no campo para essa gente que clama por uma vida mais digna.

Ao tratar de espaços de assentamentos rurais construídos e concebidos por grupos sociais diversos, é importante definir territorialidade, que segundo Little (2002), é o empenho coletivo de um grupo social para ocupar, utilizar, dominar e se identificar com uma parcela peculiar de seu espaço biofísico, convertendo-a assim em seu território. Para se ter uma compreensão específica do vínculo de cada sociedade para com seu território, o mesmo autor utiliza a cosmografia como conceito, sendo os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.

Dessa forma, se percebe que cada território social origina-se a partir das ações e comportamentos de territorialidade do grupo que o ocupa, como produto de um processo histórico de construção do espaço, como evidenciado no Brasil colônia pelos choques territoriais com resultados de sucessivas alterações e dinâmicas da sua territorialização ao longo de sua história, de indígenas, escravos, quilombolas, ribeirinhos e outros. Portanto, cada

³ Antes mesmo de vir a ser contemplado com um lote pela colonização oficial, o posseiro é considerado “aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando o seu sustento”, o qual se encontra a meio caminho dos sem-terra e proprietários (GUERRA, 2001, p.17).

localidade hoje ocupada “tradicionalmente” contou com um processo particular de construção com um sentimento de pertencimento que o sujeito passa a obter, no agir e pensar como um produto de uma identidade territorial.

Segundo Silva (2007), no contexto de criação dos Projetos de Assentamento (PAs) da mesorregião do sudeste paraense, a demanda por terra tem gerado forte tensão pela sua posse e uso, em função da célere exploração dos recursos naturais e da acirrada disputa pelos recursos entre grupos sociais envolvidos nos assentamentos para produção de alimentos, sejam os grandes produtores do agronegócio ou os produtores familiares.

Conforme Farias et al. (2018), os PAs são modalidades de regularização fundiária, estando em vigor no Brasil desde 1970 e ainda fazendo parte do Plano Nacional de Reforma Agrária. Esses instrumentos constituem-se em uma modalidade de regularização individual a ser aplicada em terras arrecadadas, desapropriadas ou compradas pela União, caracterizando uma forma de ordenamento fundiário. Sendo que cada lote entregue ao beneficiário individual ou à unidade familiar deve ter no máximo 100 hectares, onde o assentado deve residir e produzir atividades rurais para receber o Título definitivo. Esse conjunto de ações formatam o chamado ordenamento fundiário, que é essencial para o sucesso do Programa Nacional de Reforma Agrária (FARIAS et al., 2018).

A entidade responsável pelo ordenamento fundiário nacional é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que tem a atribuição de organizar e atualizar o cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, das terras públicas, de arrendatários e etc. O INCRA é o gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e tem a responsabilidade de promover a certificação de imóveis rurais, impedindo a superposição do registro imobiliário, em conjunto com o sistema cartorário federal, com auxílio de ações georreferenciadas. Essa autarquia ainda é responsável pelas atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, em ações de regularização de terras (INCRA, 2020).

Conforme Terence (2013), os assentamentos rurais de Conceição do Araguaia são formados por trabalhadores rurais que ocuparam esses espaços após muitas lutas, às vezes de forma violenta, inclusive com morte de muitos trabalhadores familiares, demonstrando a resistência destes ao modelo de exploração imposto. Em vários anos de lutas, o município tem um dos maiores números de PAs criados no Estado do Pará, mas há uma evidente contradição percebida, que é o repasse ou venda ilegal de lotes nos assentamentos já criados, após a não fixação dos que inicialmente lutaram e ocuparam suas Unidades Familiares de Produção (UFPs).

Ao longo da discussão tratada no contexto da história constitutiva dos assentamentos rurais e as questões correlatas deste estudo, se utilizará prioritariamente o grupo social das UFP⁴ (Unidade Familiar de Produção) de assentados, produtores familiares e de trabalhadores familiares dos assentamentos. Essas terminologias serão usadas como sinônimos, apesar de serem diferentes, mas que nesta discussão trataremos do mesmo ator social, beneficiados da reforma agrária, portanto nesta discussão, deve ser interpretado o referido termo sem distorções para o foco de análise da história de criação dos assentamentos rurais em Conceição do Araguaia. Na contextualização do local da pesquisa, a região do município de Conceição do Araguaia possui trinta e oito PAs que segundo dados do INCRA (2018) atendem mais de 4.000 famílias, além de receber migrantes de várias partes do país, que vêm para a região em busca de terra e de trabalho, dessa forma o município apresenta um expressivo aumento na população rural.

Com essa dinâmica conflituosa pela posse da terra com um aumento populacional nas áreas de PAs, são geradas maiores explorações dos recursos naturais para as atividades produtivas que demandam desflorestamento, essa realidade suscitou a problematização desse estudo, para buscar entender o desmatamento na região investigada e a sua relação com os PAs.

Soares (2008), sugere como causas para o avanço do desmatamento nos assentamentos, de que a maioria dos projetos não sistematizou algum planejamento nas áreas escolhidas para realizar as divisões para os trabalhadores rurais, conforme as funções de suas características agronômicas, mas que deveria existir por parte do INCRA essa responsabilidade desse planejamento organizacional dos PAs. Além disso, ressalta-se o pouco conhecimento dos assentados sobre a legislação ambiental, ao considerar que estes precisam entender mais das leis de proteção ambiental e deveriam ser obrigatoriamente orientados pelo INCRA que se omite dessa responsabilidade.

Essa discussão sobre as constatações do desflorestamento em PAs, despontando como um dos principais locais de desmatamento nos últimos dez anos na região amazônica, se torna pertinente, mas é também um desafio, que deve ser enfrentado nesse novo contexto de sustentabilidade socioambiental da reforma agrária no Brasil, trazendo a sua dinâmica de transformação florestal nesses assentamentos (ALENCAR et al., 2016).

⁴ UFP (Unidade Familiar de Produção), segundo o Decreto 10.688 de 26 de Abril de 2021, diz em seu Art. 1º que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar deverão considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA, seriam os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar, a partir do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF. Mas que nesta pesquisa será denominada somente de UFP, com a mesma interpretação da UFPA instituída nesse decreto (BRASIL, 2021).

A problemática desta tese se resume em entender como foi o ordenamento fundiário do município de Conceição do Araguaia (PA) e como se constituiu a evolução do desmatamento no município e em seus assentamentos rurais nos últimos 35 anos. Com esse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como foram constituídos os assentamentos rurais e se há relação do desflorestamento com os Projetos de assentamentos no município de Conceição do Araguaia (PA). Dessa forma, para o atendimento a esse objetivo geral, estabeleceu-se os objetivos específicos a seguir:

- Compreender como foi a história do ordenamento fundiário e as políticas públicas para a agricultura familiar nos assentamentos rurais da região estudada;
- Verificar a evolução de 35 anos (1985 a 2020) do desmatamento dos assentamentos rurais e de fora das áreas de PAs no município estudado, e as possíveis causas associadas ao avanço do desmatamento;
- Investigar, qual influência ou relação da perda florestal dos assentamentos rurais para com o município avaliado.

É indiscutível, que em um trabalho de tese, as questões apontadas nesta pesquisa, não seriam as únicas e suficientes. Constantemente, nos defrontamos com outros pontos que permeiam o assunto e que se tornam pertinentes na discussão da pesquisa. Por isso, essas questões são abordadas como um ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho. De tal forma, pretende-se produzir dados que poderão auxiliar na composição de possíveis políticas públicas de instituições governamentais ou quiçá, na forma de mobilização e cobrança de ações por movimentos sociais organizados para uma justiça agrária no país.

Nesse sentido, esta Tese apresenta uma composição estruturada em tópicos e subtópicos, com um referencial teórico para nortear cinco capítulos numa disposição que todos se conectam numa perspectiva única de discussão a priori, podendo ser visualizada na figura 1, esquema da estrutura da tese, que no aspecto central tenta responder se existe influência dos danos ambientais nos assentamentos rurais, no aumento dos desmatamentos evidenciados no município avaliado. Esta pesquisa está estruturada em uma introdução e nos seguintes capítulos:

Introdução, que busca relatar inicialmente, como foi constituída a problemática, objetivos e as questões correlatas a estrutura utilizada nesta investigação.

Capítulo 1 – Fundamentação Teórica, é formada pelos conceitos e o levantamento histórico da questão fundiária e agrária no Brasil, como se deu a busca pela reforma agrária nas lutas dos movimentos de pequenos produtores sem-terra, se houve políticas públicas para essas perspectivas e como foi a dinâmica de implantação dos assentamentos rurais no país, na

Amazônia legal e sudeste paraense e por último, uma discussão acerca dos desmatamentos nestas áreas a partir de pesquisa bibliográfica.

Capítulo 2 – Aspectos metodológicos, trataremos da metodologia de pesquisa dividida em dois métodos distintos nos capítulos 4 e 5, na qual abordará os meios de investigação no uso das entrevistas que compoñham o arcabouço de análise histórica da criação dos assentamentos rurais, como também procedimentos utilizados no uso de imagens de satélites para delimitar a evolução dos desmatamentos nas áreas de assentamentos rurais em relação ao município.

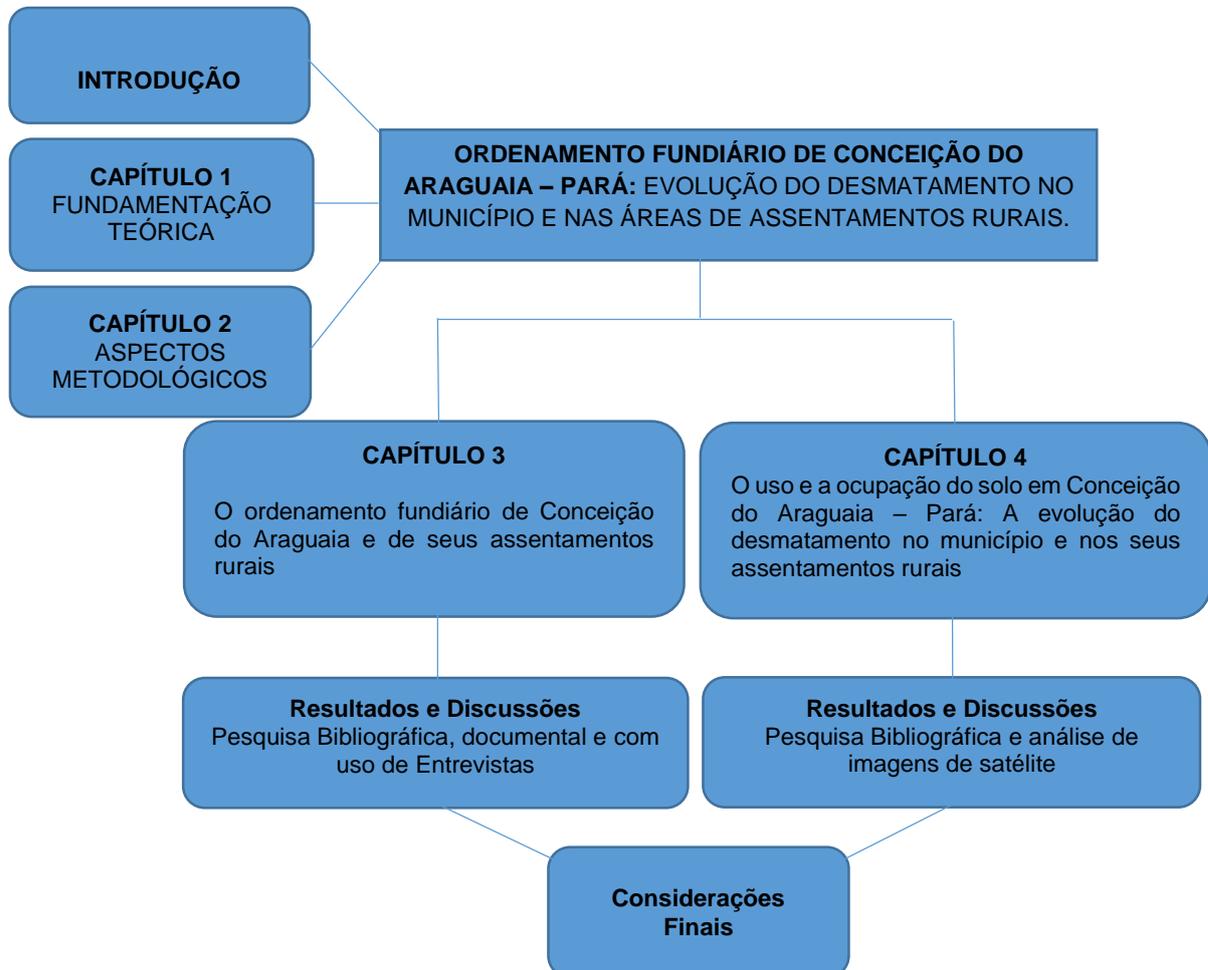
Capítulo 3 – O ordenamento fundiário dos Assentamentos rurais de Conceição do Araguaia, trata de um resgate da história do ordenamento territorial para a compreensão de como se deu a criação e regularização dos assentamentos rurais nesse município num recorte de um período que compreende 35 anos (1985 à 2020), discutindo como se constituiu as dinâmicas produtivas e ambientais levando em considerações às legislações ambientais para as atividades nos Projetos de Assentamentos que não são desenvolvidas para as especificidades de cada realidade local, apoiadas em outras pesquisas bibliográficas e nas entrevistas dos representantes do INCRA, ATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Assentados familiares que foram atores sociais dessa construção histórica, fazendo uso também de alguns Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) ⁵ para nortear e obter algumas informações, do município investigado.

Capítulo 4 – O uso e a ocupação do solo em Conceição do Araguaia – Pará: A evolução do desmatamento no município e nos seus assentamentos rurais, foi desenvolvido a partir dos estudo de identificação da evolução do desmatamento na área municipal e de seus assentamentos rurais, com o uso de imagens de satélites produzidas pelo Mapbiomas, no qual foi delimitada a avaliação nessas áreas de PAs, com discussões de autores que tratam o tema e com relatórios de publicações institucionais; e na coleta de dados oficiais sobre os Projetos de Assentamentos. As análises visam esclarecer a relação entre a redução da área florestal com a dinâmica de ação do uso e ocupação do solo no município e em seus assentamentos rurais, realizando um comparativo proporcional em percentagem, dentro ou fora dos PAs no município

⁵ Planos de Desenvolvimentos dos Assentamentos (PDAs) são documentos construídos por empresas especializadas junto aos beneficiários da reforma agraria com um diagnóstico geral do potencial produtivo, caracterização dos assentados entre outros, que são exigidos pelo INCRA para a sua regularização, instituído a partir da normativa/INCRA nº 02 de 28 de março de 2001. Publicado no Diário oficial de 03/04/2001 (BRASIL, 2001).

investigado. Para uma melhor compreensão deste estudo, a figura 1 retrata o desenho da estrutura dessa tese.

Figura 1 - Estrutura da tese



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022)

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Questão Agrária e a tentativa de uma reforma Agrária brasileira

A questão agrária brasileira é tema de vários debates e está intimamente ligada ao processo histórico da colonização. No período colonial brasileiro, o sistema de produção foi alicerçado em monoculturas como a da cana de açúcar e do café, em grandes extensões de terras. Isso viria com o emprego do trabalho escravo e com a produção destinada, quase exclusivamente ao mercado internacional, com baixos custos de produção e facilitando a intervenção da coroa portuguesa.

Segundo Stedile (2011) a propriedade da terra nesse período colonial adotada pelos europeus foi a do monopólio da propriedade, não havia propriedade privada de terras, porém, para inserir o modelo agroexportador e instigar os capitalistas a atribuírem seu capital na produção das mercadorias indispensáveis para a exportação, a coroa elegeu pela “concessão de uso” com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociais, a Coroa portuguesa distribuiu enormes extensões de terra – medidas em léguas, em geral com limites de grandes acidentes geográficos, instituindo as capitânicas hereditárias.

Nesse sentido, o critério fundamental para a selecionar quem tinha direito a “concessão de uso” das terras não eram simples favores aos fidalgos, teriam como provar a disponibilidade de capital para investimento e o compromisso de produzir na colônia mercadorias que seriam necessárias exportar para o mercado europeu. Com a concessão de uso de terras para os eleitos, que eram hereditárias, os seus herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam dar continuidade com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes davam direitos de vende-las, ou nem mesmo de comprar outras terras vizinhas, caracterizando não haver propriedade privada. Assim, se tratando de um Império a terra era um bem do imperador, o qual concedia o direito de uso, como base de um donativo aos homens de bens (que tinham prestígios econômico o que vinham da nobreza).

Stedile (2011) evidencia que logo após essa dinâmica implementada pela coroa portuguesa dos domínios de terras no país, começaram a sofrer pressões inglesas em 1850 para substituir a mão de obra dos escravos pelo trabalho assalariado. Isso viria conforme reza o preceito capitalista, que teria como consequência a abolição da escravidão, e para não permitir que boa parte dos então trabalhadores (ex-escravos) tomassem terras para si, o Império vigente promulga no mesmo ano a Lei 601, de 1850, que seria a primeira Lei de Terras do Brasil. A referida lei foi um marco jurídico de adequação do sistema econômico para o enfrentamento da

crise do trabalho escravo, a sua característica principal foi o de implantar pela primeira vez em nosso país a propriedade privada das terras, a partir de leilões públicos com pagamento a vista, mas a base do sistema agrário brasileiro continua a ser o latifúndio, com a escravidão da terra.

Em 1888, após a abolição da escravatura abriu-se espaço para à vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas atividades produtivas principalmente nas lavouras de café. Posteriormente a isso, com as crises no complexo cafeeiro, somadas à negação legal do acesso às terras pelo estado e com o início de um crescimento industrial nas cidades, foi gerado um precoce êxodo rural (CARVALHO, 2011).

Nessa seara, a injustiça agrária no Brasil, diz respeito ao fato de que a grande maioria da população rural do país se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que satisfaça para lhe garantir um nível apropriado de subsistência. Trata-se de grande parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra alguma alternativa para a sua subsistência, e se dispõem da sua força de trabalho para serviço dos grandes proprietários do latifúndio.

A estrutura fundiária brasileira é fruto de cinco séculos de apropriação privada de terras, em detrimento do interesse público. Todavia, muitos autores, como por exemplo Martins (1994), consideram sua existência a partir da emergência da moderna propriedade da terra. Assim, foi a partir da Lei de Terras de 1850 que ocorre uma mercantilização de propriedades por valores determinados, marcando uma forte dinâmica do capitalismo na agricultura. Com uma classe desfavorecida financeiramente e impedida de se tornar dona de terras, as propriedades ficavam nas mãos da elite agrária vigente, oficializando-se assim os latifúndios, grandes extensões de terras que ficaram nas mãos de uma minoria que tinham poder político e o domínio do capital.

No início dos anos de 1930, ainda há uma manutenção da concentração da terra na mão dos poderosos já citados, houve mudanças políticas significativas provenientes da difusão das ideias dos imigrantes que chegavam no Brasil, como na participação mais ativa de resistência ao poder político e econômico nos sindicatos de trabalhadores, nas indústrias e no campo, com a propositura de reivindicações de leis que dessem mais direitos aos trabalhadores, havendo de fato um avanço nesse sentido nesse período. Dessa forma, essa realidade contribuiu sobremaneira para que houvesse debates importantes acerca da necessidade de se reformar a estrutura agrária do país.

Os debates e as propostas referentes às necessárias mudanças no Brasil, surtiram efeitos nas relações de trabalhos com conquistas de direitos trabalhistas na cidade e no campo, mas a reestruturação agrária nacional que também foi pauta dessa discussão não avançou, houveram

algumas legalizações de propriedades reivindicadas, não havendo pelo governo Vargas o devido reconhecimento da propriedade familiar rural (CARVALHO, 2011).

Segundo Carvalho (2011) até meados da década de 1950, a mudança mais significativa na economia brasileira é a mudança do setor agroexportador pelo industrial como estratégia política econômica, sendo esse setor que passa a ser decisivo para a representação da força de trabalho. Com essa nova dinâmica produtiva do capital, é logo constatado um expressivo crescimento da economia nacional, mas ele não foi o suficiente para diminuir as desigualdades sociais e produtivas do campo como as de oportunidades na distribuição de renda e linhas de crédito para meios de produção para pequenos empreendedores urbanos e rurais como alternativas de dinamizar a economia no campo.

O problema do latifúndio no Brasil atravessou séculos e estende-se até hoje. Essa situação somente começou a ter importância significativa para o poder público brasileiro na década de 1960, quando movimentos sociais de resistência, como as ligas camponesas, surgidas na década de 1930, já contestavam a grande desigualdade social e a concentração fundiária existentes no meio rural brasileiro, pressionando o governo para a execução de uma reforma agrária (MIRALHA, 2006).

Em relação à luta pela terra, as ligas camponesas começaram a ganhar força no governo de João Goulart que era a favor de uma reforma agrária para modernização do país e sugeria uma melhor distribuição das terras improdutivas, propondo suas desapropriações para reassentar agricultores sem-terra e assim haver uma justiça agrária ou pelo menos diminuir a discrepância da injustiça fundiária brasileira, que infelizmente não obteve êxito. Nesse sentido, o primeiro avanço foi a partir do Estatuto da Terra de 1964, no período da ditadura militar, embora tenha sido construído antes, era um documento avançado para o Brasil da época. Vale lembrar que foi a primeira vez na história agrária brasileira que há um reconhecimento ao direito de posse do trabalhador familiar rural e/ou camponês, porém pouca coisa foi posta em prática em seguida no período de intervenção ditatorial (TOLETO, 2004).

A desigualdade, a contradição e o conflito são requisitos indissociáveis dessa questão agrária que se vislumbra no Brasil, sendo assim, o desenvolvimento dessemelhante e conflitante do capitalismo, provocado principalmente pela renda capitalizada da terra, gera a distinção do campesinato e, por conseguinte, o seu extermínio e recriação. Dessa forma, acontece a concentração da terra e a luta por ela, produzindo inevitavelmente os conflitos. Esse processo é inerente ao capitalismo e faz parte de sua lógica e da sua história, cabendo aos integrantes das pequenas propriedades familiares, criar mecanismos para contrapor essa lógica que os expropria de seus novos espaços, como a dos PAs (CELOS, 2007).

Conforme Celos (2007) com essa conjuntura, a questão agrária é um dos elementos estruturais do modo capitalista de produção, cujo processo de afirmação dá-se, em grande parte, com a expropriação do campesinato. O campo tem sido cenário de injustiças recorrentes, da negação de direitos sociais, mas também é onde ocorre a resistência do povo, na forma de organizações e movimentos sociais que lutam por terra e pela reforma agrária. Para os projetos políticos dos grupos elitistas, a reforma agrária pode até ter perdido a sua razão, mas continua sendo uma necessidade dos trabalhadores rurais, dentro de um desenvolvimento socioeconômico. Entretanto, não se pode entender a reforma agrária apenas como uma mera distribuição de áreas, que é o que geralmente acontece, mas sim como uma mudança radical na estrutura política e social do campo, na qual o pequeno agricultor tenha dignidade e autonomia para diminuir as desigualdades e a influência dos grandes latifundiários (CELOS, 2007).

Na década de 1980, inicia-se no Brasil uma reorganização das lutas camponesas com protagonismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que auxilia no começo da década de 1990 a construção da Via Campesina, como uma articulação dos movimentos camponeses em todo no mundo, tornando-se o principal movimento com destaque na luta mundial em defesa do campesinato e do desenvolvimento sustentável do campo.

No ano de 2010, tinha representação em sessenta e nove países das Américas, da África, da Europa e da Ásia. Ela é representada no Brasil pelo MST, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, pelo Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e pela Comissão Pastoral da Terra – CPT (DESMARAI, 2007). Os movimentos camponeses de trabalhadores rurais são bem conhecidos, principalmente por suas lutas contra o agronegócio e pelas ações contra o grande capital nas relações internacionais do comércio de alimentos. A segurança alimentar sem dúvidas é uma das principais bandeiras dos movimentos sociais do campo, que defendem os modelos de desenvolvimento a partir de seu próprio modo de vida.

Conforme Desmarais (2007), com a mobilização e as articulações dos movimentos sociais organizados reivindicando políticas públicas para reforma agrária, é que se percebe uma maior ação do estado em prol de uma distribuição de terras no país e as liberações de linhas de créditos para os empreendimentos familiares. Contudo, fica evidente que a estrutura agrária brasileira é injusta e sem acesso aos meios de produção que são as bandeiras de luta dos trabalhadores familiares, são as responsáveis pela miséria no campo que se propaga cada vez mais, com a concentração de áreas agricultáveis na mão da elite do agronegócio brasileiro.

Pode-se dizer assim, que a causa entre a miséria da população rural brasileira e a estrutura agrária do Brasil consiste e tem sua essência na concentração da propriedade fundiária.

Num lado, grandes proprietários e fazendeiros; do outro, trabalhadores sem terra ou com pouquíssima quantidade de terras, com desnível nas condições de vida e diferença demasiada na posição que ocupam frente às atividades produtivas no campo (CELOS, 2007).

Por tudo isso, após vários séculos de hegemonia do capitalismo, e do seu modo de dominação no sistema fundiário brasileiro com o latifúndio, as relações de trabalho no campo foram pautadas por uma exploração com o reforço constante da violência, o que garantiu uma mão de obra a custos mínimos, ampliando-se as possibilidades de acumulação de capitais, através da criação de valores excedentes.

A dinâmica das tentativas de reforma agrária no Brasil são frutos de um processo histórico que tem suas raízes na própria colonização do espaço rural brasileiro, envolve a exploração dos territórios mais produtivos para gerar uma produção que tinha a função não de atender às necessidades do país, então colônia portuguesa, mas de atender às demandas da improdutiva Europa, pois conforme estatísticas realizadas pelo Banco do Brasil, em meados do século XIX, o país chegou a exportar mais de 80% de sua produção (OLIVEIRA; STÉDILE, 2005).

Um ponto importante nesse debate é o da distribuição das propriedades fundiárias, em que, geralmente, a grande propriedade ocupa as terras mais favoráveis e uma considerável parcela da população rural não dispõe de terras suficientes para a sua subsistência em nível adequado. Há outra parcela da população rural, com maioria que habita o campo, que não dispõe de terras, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo, submetendo-se a procurar emprego a serviço dos grandes latifundiários, são essas razões que muitas vezes abaixam os padrões de qualidade de vida do trabalhador rural brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2000).

No Brasil, Alentejano (2005) aponta que a reforma agrária tem que ser um processo articulado por um movimento social que os represente nacionalmente, na luta por uma transformação na estrutura fundiária. Contudo, o que vem de fato ocorrendo é uma política brasileira de implantação de áreas de assentamentos rurais, caracterizada como uma reforma agrária de migalhas, pois, na maioria das vezes, são pequenas áreas reformadas mediante a pressão de movimentos sociais que as reivindicam para se materializar.

Alentejano (2005) ainda destaca que o que ocorre com a dita reforma agrária é uma precária política de assentamentos rurais, porque grande parte dos assentamentos são frutos de regularização fundiária provenientes de ocupações espontâneas e não de desapropriações de terras para pessoas sem acesso a estas, com uma conseqüente concessão de títulos definitivos para posseiros que já ocupavam por muito tempo essas áreas. Assim, nunca houve uma reforma

agraria, essa deve ser uma reivindicação dos movimentos sociais organizados, e deveria ser também uma política de Estado para uma justiça agraria para todos.

Com esse contexto de luta por justiça agrária, a partir da posse de terras por pequenos produtores familiares, inicia-se o dilema no empreendimento de quais meios e formas de atividades produtivas serão desenvolvidas, nesse sentido a agropecuária pode ser uma atividade de caráter principalmente familiar em muitos países desenvolvidos, porém no Brasil tem um caráter patronal com resultado histórico do impedimento, pelo desprezo e a intolerância das elites pelas formas familiares de pequena propriedade no uso da terra. As elites no Brasil tentam convencer a sociedade de que essa é uma questão sem importância alguma, pois o melhor caminho para o campo é o da grande fazenda com trabalhadores assalariados (VEIGA, 2006).

Toledo (2004) aponta que houve no governo Goulart (1961-1964), um certo estímulo para a sindicalização rural por mobilização dos próprios pequenos produtores rurais para essa organização, o que, por sua vez, culminou na criação de centenas de novos sindicatos, Federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em janeiro de 1964.

Aliado a esses estímulos na organização social que foram relevantes no debate agrário/agrícola, foi realizada também a construção do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado durante esse mesmo governo de João Goulart, pelo então Ministro do Planejamento, Celso Furtado, para que nos anos de 1963 a 1965, os objetivos desse plano fossem atingidos, as propostas denominadas de “reformas de base”, sendo a principal delas a reforma agrária com justiça social para todos (VEIGA, 2006). Esse autor ainda cita, nessa perspectiva de discussão que as reformas criadas por pressões populares dos pequenos trabalhadores rurais como uma alternativa viável com relação as injustiças agrárias foram as das criações de assentamentos rurais que não extinguiriam a questão agraria brasileira, mas criariam uma possibilidade de minimização da injustiça agraria vigente até os dias atuais.

Furtado (1989) fez um diagnóstico da questão agrária, comentando que a produção para a oferta de alimentos tinha caráter inelástico às pressões de demanda urbana e industrial. Sendo assim, para evitar gargalos e problemas futuros no setor agrícola nacional, eram necessárias mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo. Com a atual estrutura agrária, o setor agrícola poderia não só inviabilizar o processo de industrialização e abastecimento das cidades, como também poderia ser uma fonte de dinâmica inflacionária sobre a economia do país, por isso se faz necessária uma reforma agraria, que pese esses condicionantes e venham atender as demandas determinadas pelos governos militares nas décadas de 1970 e 1980, na qual realizaram políticas dos grandes projetos desenvolvimentistas

de produção agrária na Amazônia e posteriormente em meados da década de 1980 com as criações de Assentamentos rurais para atenuar os conflitos agrários principalmente na região sudeste do Pará.

Loureiro e Pinto (2005) afirmam que no Pará nas décadas de 1970 e 1980 haviam muitas grilagens realizadas por grandes empresários e ou investidores que se auto intitulavam de “Grandes Posseiros” mas na verdade eram grileiros, esses autores apontam que essa realidade aumenta a injustiça agrária no Pará: “a grilagem no Pará em grandes áreas são contestadas pelo Ministério Público ou por entidades diversas, as quais, na Justiça, tentam reverter o quadro originado nos anos anteriores e que até hoje persistem” (LOUREIRO e PINTO, 2005, p. 82).

Varela (1998) diz que, a necessidade do cumprimento da função social da propriedade é um direito básico do ser humano, previsto na cláusula pétrea da Constituição Federal de 1988. Delgado (2005) ressalta que a reforma agrária em questão, além de tornar mais rápida e menos onerosa a minimização da questão agrária, seria também para premiar e incentivar a produtividade, cujos índices precisam ser melhorados, que nos moldes em vigor não seria o ideal, mas diminui sobremaneira as injustiças fundiárias de séculos em nosso país.

De forma geral, as propostas elaboradas para a Reforma Agrária, aliadas à formação dos assentamentos rurais, além de diminuir a concentração de terra e viabilizar a sua socialização, deve vir atrelada à um conjunto de garantias sociais básicas como: apoio à educação, formação técnica, acesso à créditos, programas de inclusão da mulher nas atividades dos assentamentos, ações voltadas a preservação e manutenção dos recursos naturais, dentre outros fatores previstos na constituição de 1988 (ALENCAR et al, 2016).

Nessa seara, tudo isso serve para mostrar que a dinâmica histórica da questão agrária brasileira evidencia a ininterrupta concentração de terras pela elite capitalizada e que no último século como alternativa encontrada pelo Estado brasileiro para minimizar os conflitos e as pressões exercidas pelos trabalhadores familiares mais organizados, foram às regulamentações de projetos de assentamentos rurais.

1.2 Dinâmica dos Espaços agrários e os Assentamentos Rurais na Amazônia e no Pará

A dinâmica histórica dos assentamentos rurais da reforma agrária no Brasil tem seu início da década de 1960, com as discussões sobre as reformas de base e a pressão dos movimentos sociais sobre o latifúndio, que culminou na promulgação do Estatuto da Terra em 1964 no dia 30 de novembro. Foi nesse mesmo ano que os militares deram o golpe militar no país, com uma política fortemente voltada para a ocupação do território nacional, usando a

reforma agrária como uma das estratégias para promover esta ocupação, principalmente no Cerrado e na Amazônia (DELGADO, 2005).

Os assentamentos na Amazônia foram criados nesse contexto social e político como alternativa para minimizar as tensões populares sobre as buscas por terras agricultáveis nas outras regiões do país. Com as lutas e a pressão social por terras, o regime militar a partir da década de 1960 inicia-se uma política de colonização dirigida para uma dita integração nacional (“integrar para não entregar”), os assentamentos representavam uma oportunidade para os fugitivos da seca Nordestina e um escape de alívio da pressão migratória sobre os grandes centros urbanos, principalmente do sudeste brasileiro, mas deve ser destacada que a maior problemática dos conflitos agrários de qualquer região brasileira, são sem dúvidas “as cercas do latifúndios” controlada por poucos que as dominam e reverberam a injustiça agrária no Brasil (BECKER, 2001).

Os Programas governamentais como o Plano de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia (Polamazônia) entre outros, geraram uma forte corrida para as terras da Amazônia, marcando uma primeira fase da reforma agrária na região com fortes investimentos governamentais. A maior parte das famílias, que migraram para os estados da Amazônia durante esse período, foram motivadas pela política de colonização com promessas de oferta de terras e de crédito subsidiado do governo federal, que no final não foram efetivadas essas demandas, estes trabalhadores familiares foram distribuídos em sua maioria nos projetos de assentamentos rurais pelo então recém-criado INCRA⁶.

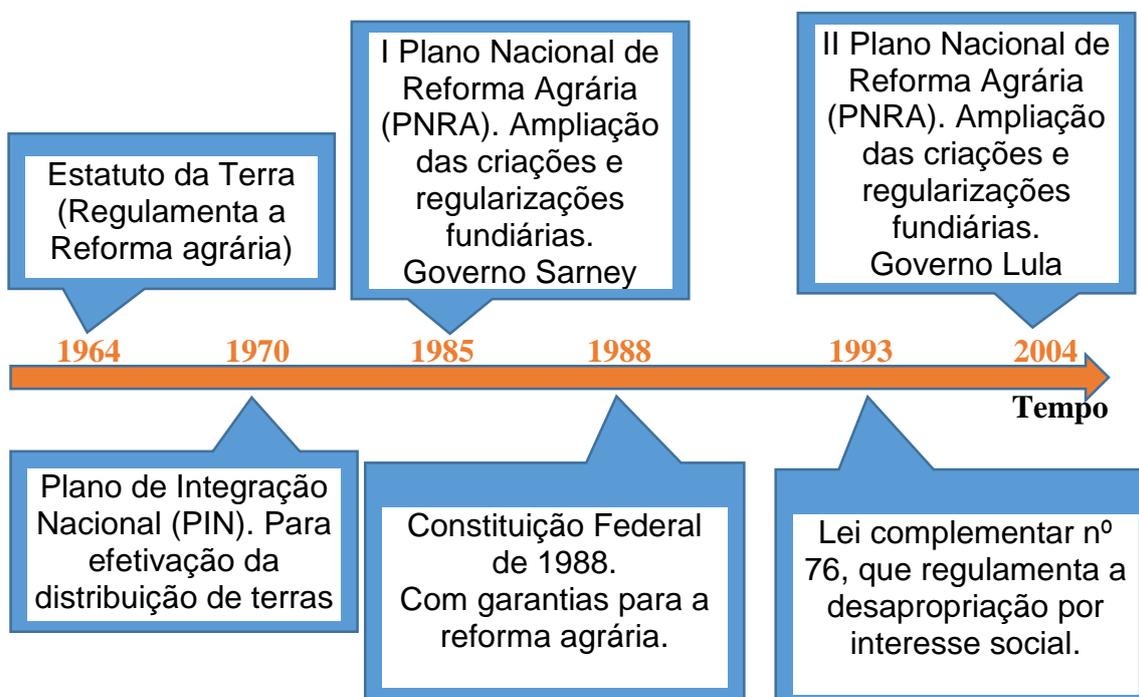
Em seguida com isso, abriu-se a vinda de grandes e médios investidores/especuladores de terras, criando uma expectativa de valorização dos imóveis rurais, com as atividades de criações de gado bovino, somado aos atos ilícitos de vários estelionatários com a grilagem de muitas extensões de terras (BECKER, 2001).

Conforme Delgado (2005) com esse novo contexto político surge o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Esse plano, lançado no momento da redemocratização do Estado brasileiro em 1985, marcou a segunda fase da reforma agrária que continua a assumir como alternativa estratégica as criações ou regularizações de Assentamentos rurais como a solução dos conflitos agrários, por consequência, na Amazônia, gerando metas claras para a criação de novos Projetos de Assentamento.

⁶ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União (BRASIL, 1970).

Essa fase também teve como fator relevante a Constituição de 1988, que veio a inserir a discussão sobre a função social da terra, pautada pelos movimentos sociais, garantindo a desapropriação do latifúndio para fins de reforma agrária. Cinco anos depois, o governo federal lançava a lei de desapropriação por interesse social, marcando a terceira fase da reforma agrária no país, incentivando um processo de invasão e/ou ocupação de terras e multiplicando a criação de assentamentos principalmente nos estados da Amazônia Legal, pelo advento das lutas dos movimentos sociais por justiça agrária. Para compor uma melhor compreensão e visualização dos acontecimentos ao longo dos cenários das políticas públicas institucionalizadas pelos governos, foi elaborada a composição de uma linha do tempo, conforme a figura 2, contento os principais acontecimentos que foram contextualizados acima.

Figura 2 - Linha do Tempo com os principais acontecimentos para a Reforma agrária no Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Becker (2001) e Delgado (2005).

Nesse sentido, passados quarenta anos desde a política de ocupação na Amazônia nos regimes militares, foi sentida desde então uma intensa migração para essa região, na qual continua representando a principal fronteira de expansão da reforma agrária do Brasil.

Com isso, o ordenamento fundiário do Brasil até 2017, apresentou 9.374 projetos de assentamentos, em uma área de quase 90 milhões de ha, distribuídos em todos os Estados da federação, sendo a Amazônia Legal a região que concentra os maiores quantitativos de assentamentos rurais do país com aproximadamente 40% do número total de assentamentos

criados. Cabe destacar, que 64% do número de famílias assentadas e 88% da área destinada a assentamentos de reforma agrária no Brasil estão localizados nos nove estados que compõem a região amazônica. Com base nos dados fornecidos pelo INCRA (2018), existem 3.417 assentamentos criados na Amazônia no período de 1970 a 2017, cuja área somam 71.700.253,26 hectares, concentrados ao longo das principais rodovias dessa região.

Segundo Alencar et al. (2016) a partir dos dados do INCRA, a Amazônia legal tem 39% do número de assentamentos do Brasil, esses ocupam uma área de 41,8 milhões de hectares, o que representa 81% da área destinada à reforma agrária no país e 8% dos estados da Amazônia Legal. Somente entre 2003 e 2014, foram assentadas em torno de 217,7 mil famílias na região, de um total de aproximadamente 331,7 mil famílias assentadas no Brasil no mesmo período. O Pará é o Estado que mais possui projetos de assentamentos de reforma agrária da Amazônia, são 1.132 assentamentos, tendo um grande destaque, a mesorregião do Sudeste Paraense, com 502 projetos (INCRA, 2018).

A partir de dados do painel do INCRA (2021) o desenho atual do ordenamento fundiário é constituído com a distribuição dos assentamentos nos estados da Amazônia Legal que até o ano de 2020, apresentavam 3.518 assentamentos identificados, o estado do Pará tem o maior número com 32%, seguido do Maranhão com 23% e de Mato Grosso com 16%. Os demais Estados da Amazônia Legal têm 29% dos assentamentos rurais, cujos quantitativos são mostrados no quadro 1.

Quadro 1 - Quantidade de Assentamentos na Amazônia Legal até 2020.

Estados	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias Assentadas
Acre	161	32.661
Amapá	54	14.723
Amazonas	145	57.234
Maranhão	808	112.269
Mato Grosso	549	82.424
Pará	1.132	247.410
Rondônia	224	38.963
Roraima	67	16.566
Tocantins	378	23.405
Total	3.518	625.655

Fonte: Painel dos Assentamentos INCRA (2020)

Os assentamentos rurais podem ter uma importância, no que diz respeito a uma minimização da concentração de terras para a Amazônia e para o Brasil, e vai além de sua função social, alocando terras para agricultores familiares que não dispõem de áreas produtivas ou créditos para subsidiar a produção, e podendo prover grande parte dos alimentos produzidos para sua subsistência por esse segmento produtivo (LE TOURNEAU e BURSZTYN, 2010).

Com a dinâmica das criações dos assentamentos rurais sendo desenvolvida ao longo dos anos 1990, atendendo uma demanda de resistência dos movimentos sociais organizados pela luta da terra na Amazônia, a ação governamental era frágil relacionada à instalação de infraestrutura básica nos assentamentos, à liberação de créditos, à assistência técnica muitas vezes descontextualizada, à falta de elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) para a produção e comercialização dos produtos, mesmo assim com as adversidades os estudos mostram que o papel dos assentamentos pode promover a melhoria das condições de vida das famílias (alimentação, moradia, autoestima) e a importância política e econômica para os municípios onde estes se instalaram (SANTANA E TARSITANO, 2009).

A importância econômica e social desses assentamentos em algumas áreas é considerável, uma vez que eles costumam se concentrar em zonas como, por exemplo, o Sudeste do Pará, sendo criados vilarejos estratégicos em um assentamento ou para alguns assentamentos, servindo de entreposto comercial ou área de referência para organizações, associações e ou cooperativas de trabalhadores e produtores familiares para aumento das relações de produção e socioculturais, como assinalam Heredia et al. (2003), e no qual são evidenciadas no município deste estudo.

Na compreensão da dinâmica no Pará sob o aspecto da criação de assentamentos rurais em parte se deve inicialmente pelos incentivos e investimentos estatais para a região sudeste do Pará, com a construção da rodovia PA-150, pois a partir da década de 1970, fazendo a ligação entre Conceição do Araguaia e Marabá, motivada pelo interesse do Estado de povoar e desenvolver a região economicamente, muitas foram às levadas de migrantes vindas de todas as regiões brasileiras, como dos estados de: Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão principalmente.

Uma boa parcela desses migrantes, vieram incentivados com a promessa de apoio de crédito financeiro para as suas atividades produtivas pelos governos do período militar, com a perspectiva de prosperidade na Amazônia, produzindo prioritariamente gado bovino e culturas agrícolas de arroz e de mandioca. Ressaltando ainda que, esses imigrantes já realizavam as extrações e comercializações em larga escala de madeiras para grandes empresas madeireiras,

se mantendo principalmente às margens da rodovia para uso de logística no escoar dos produtos, e mais tarde deram origem a várias cidades (FEITOSA, 2003).

No Sudeste Paraense há um contraditório processo de reforma agrária, baseado na criação de diversos projetos de assentamentos em áreas desapropriadas, que foram efetivados ao longo das últimas décadas a partir das ocupações de trabalhadores familiares que não tinham terra. Mostra-se como uma importante política no segmento rural, definindo a propriedade como local para se cumprir a "função social da terra". Os projetos de assentamentos rurais têm sua importância para o acesso as terras, beneficiando em sua maioria os agricultores sem-terra, que fazem da terra sua principal fonte de sobrevivência no trabalho, com a produção de subsistência de suas famílias e na relação de cooperação solidária, para uma sustentabilidade nos assentamentos rurais (ALVES & BISPO, 2018).

Homma (2015) aponta que a carência na oferta e a disponibilização de tecnologias agrícolas e ambientais, associada ao baixo nível de capital social, tem sido a causa e o efeito das atividades altamente dependentes na exploração dos recursos naturais dessas áreas de assentamento, aliada ainda, a não propagação e valorização dos saberes das comunidades tradicionais para que os pequenos produtores familiares possam fazer uso. Assim, os assentamentos rurais se inserem exatamente nesse contexto, pois possuem uma importância socioeconômica e ambiental significativa, podendo ser entendida como uma ação espontânea na tentativa de uma reforma agrária, que emperra em grandes problemas do ponto de vista ambiental e sociocultural, que conseqüentemente tem sua sustentabilidade e viabilidade ameaçadas.

Para Lima et al. (2020) os projetos de assentamentos são um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si e com importância social e produtiva, onde as famílias beneficiárias do Programa de Reforma Agrária são assentadas para iniciarem ou refazerem suas atividades econômicas e de vida.

Destaca-se ainda que, a dinâmica social de ocupação espontânea de terras públicas e os conflitos fundiários entre trabalhadores rurais sem terra e as áreas do setor privado na Amazônia provocaram uma situação nas quais muitos assentamentos foram criados sem a devida observação na sua aptidão agrícola, topografia, flora, fauna e presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.), podendo com isso desdobrar em muitas causas de repasse e abandono de suas UFPs pelos trabalhadores familiares nas áreas de assentamentos (LEITE et al., 2011).

1.3 Os assentados da reforma agrária – história de lutas

Oliveira et al. (2005) numa análise histórica das lutas camponesas, afirma que a partir da colonização no Brasil, particularmente na Amazônia legal, foi construída pelas elites a tentativa constante de se evitar uma reforma agrária nas regiões de ocupações mais antigas, e contratar mão-de-obra para seus projetos econômicos na fronteira agrícola da região.

Dessa forma, por meio da criação de projetos de colonização de grandes empreendimentos como os da época dos governos militares, tanto oficiais quanto particulares, ou mesmo da abertura de rodovias, os trabalhadores familiares do campo eram submetidos a essas atividades na venda de sua força de trabalho. No entanto, essa realidade que os movimentos sociais organizados buscaram elucidar para os trabalhadores familiares, foi na tentativa de que rompesse com esse processo de expropriação de sua força de trabalho a que eram submetidos, e assim pudessem conquistar a sua libertação e emancipação, para uma reconquista da terra com justiça agrária para todos. As consequências dessas lutas para a realidade do agricultor familiar foram as ocupações espontâneas com as regularizações dos assentamentos rurais.

Com um debate importante sobre os modos de vida nos assentamentos rurais e as influências que podem causar o avanço do desmatamento na Amazônia, não podemos deixar de falar das histórias de lutas e da resiliência dos pequenos trabalhadores assentados da reforma agrária de nosso país. Esses chegaram na região Amazônica e sudeste paraense num contínuo fluxo de migrantes nas décadas posteriores de 1980 e 1990. Com essa maior densidade social, acirrou-se a busca por mais áreas no campo, e assim os assentamentos foram implementados com as ocupações espontâneas e logo após a regularização sendo realizada pelo INCRA, tornando difícil as ações planejadas pelos organismos do estado (HOMMA et al., 2002).

Na realidade, com essa dinâmica de regularização de áreas nas regiões com tensões agrárias e conflituosas, sem um devido planejamento estratégico de suas implantações, são promovidas conseqüentemente as inevitáveis reconcentrações fundiária em várias áreas de distribuição e regulamentação do INCRA, principalmente por pressão do agronegócio (LUDEWIGS et al., 2009), bem como abandonos de lotes e algumas dificuldades de ocupação de todos os lotes criados nos assentamentos por inconsistência e insustentabilidade econômica e sociocultural aliada a outras questões de cunho pessoal (LE TOURNEAU; DROULERS, 2001).

Com esse possível planejamento estratégico de instituições governamentais como o INCRA, de certo não traria a resolução de todas as dificuldades percebidas pelo pequeno

trabalhador familiar para se fixar e obterem sucesso no campo, mas sem dúvidas minimizariam sobremaneira muitos dos problemas enfrentados em seu cotidiano, no que tange a maioria das histórias de resistência e de luta desses trabalhadores familiares.

Os assentamentos rurais brasileiros, se materializam por lutas de movimentos sociais, representando uma nova forma de produzir, um novo controle sobre o tempo de trabalho, a realização de atividades que até então não faziam parte de suas atribuições nas relações sociais anteriores. A redefinição das relações sociais em torno da posse da terra abre espaço para a construção de um conjunto de outras práticas sociais ligadas ao desenvolvimento rural de pequena escala, mas enorme no conjunto da obra a que se pretende atender (BERGAMASCO, 1997).

O posicionamento desses atores sociais sob a perspectiva da identidade territorial criada nos espaços de assentamentos é que traduzem os interesses transformadores com as bandeiras de luta nos diversos movimentos que são articulados em defesa do território e dos direitos individuais e coletivos. No contexto amazônico, é interessante referenciar o trabalho de Loureiro (2010), referente aos movimentos de resistência e obviamente geradores do conflito nos territórios disputados. A autora é enfática no argumento de que o poder público vem sempre subjugando as populações em todos os tipos de expropriação, como o do direito à terra e aos direitos mínimos garantidos na constituição. Ela comenta sobre os conflitos rurais e a resistência desses trabalhadores familiares.

A ocupação da fronteira na Amazônia tem a ver também com a dinâmica mais geral do país e com o estabelecimento de políticas que visam distender tensões da economia e da sociedade no “centro” mais desenvolvido, sem alteração das estruturas políticas e sociais de caráter elitista aí vigentes, em especial aquelas concernentes à concentração da terra e à agricultura (linha de crédito e subsídios aos grandes empreendimentos, etc.). Estas políticas repercutem negativamente no emprego e na renda das populações pobres, estimulando a migração (LOUREIRO, 2010 p.67).

Loureiro (2010) ainda afirma que, os assentamentos rurais no Brasil são compostos por famílias hoje assentadas, que se criam novos significados nas formas de produção, redefinindo suas atividades sobre o tempo de trabalho e de suas atribuições nas relações sociais com seus pares. Com essas redefinições das relações socioeconômicas em torno da posse da terra, entende-se como ponto de início na reformulação de um conjunto de outras práticas sociais. Isso demonstra que há a necessidade de observação sistemática das novas relações com o mercado e com muitas outras instituições envolvidas na produção agropecuária. Assim, de acordo com as parcerias, arrendamentos e, no trabalho prestado com salário, as diversas atividades que compõem o processo produtivo eram até então controladas pelo

fazendeiro/proprietário fundiário e agora, passam ao controle direto dos agricultores familiares assentados. Assim, a construção/reconstrução das relações sociais adquire um caráter histórico dinâmico (BERGAMASCO, 1997).

Contudo, as relações sociais no campo, dos assentados familiares nessa nova dinâmica de regularização de terras pelo governo, com a materialização das criações de assentamentos rurais, não significam a representação de uma reforma agrária com justiça. A partir dessas discussões nos conceitos e posições abordadas, se torna importante discutir e ter uma melhor compreensão de como foi constituído os assentamentos rurais, e se de fato existe alguma relação na sua composição com os desmatamentos da região.

1.4 A evolução do desflorestamento nos Assentamentos rurais na Amazônia

Quando se entra no debate dos desmatamentos nas áreas de assentamentos rurais, sobretudo em toda a Amazônia, se torna interessante entender esse processo que impacta ambientalmente toda a região. Esse cenário dos desflorestamentos na região de assentamentos rurais está no foco de muitas discussões, na qual tenta debater como será o futuro das atividades produtivas em áreas de reforma agrária da região amazônica e do Sudeste Paraense, uma vez que figuram entre as áreas que mais contribuem para o processo de desmatamento na região por conta do desenvolvimento e da permanência de atividades não florestais (ÁVILA et al., 2019).

Tal fato deve-se ao contexto dos processos de ocupação do Sudeste Paraense que foram impulsionados pelas políticas de colonização e tem relação com o desflorestamento da região, que foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (LEAL & MANIESI, 2018). Nesse sentido, Farias et al. (2018) colocam as ações para reforma agrária como uma política que contribui para o desmatamento, não os responsabilizando como únicos agentes desse processo de exploração florestal, uma vez que o processo de colonização do Sudeste Paraense está relacionado ao ato de desmatar como forma de demonstrar a posse da terra, por parte dos colonos.

Com isso, uma das dificuldades dos assentamentos rurais em atuar de forma mais sustentável nas suas atividades produtivas, estaria na forma de sua implantação, pois a maioria deles foram criados sem os recursos básicos necessários para os investimentos em infraestrutura de transporte, energia, serviços sociais básicos e assistência técnica após a aquisição dos beneficiários da reforma agrária (PASQUIS et al., 2005).

Mediante esse contexto, a dinâmica de ocupação espontânea no processo de reforma agrária no Brasil e na Amazônia, se cria como condicionantes para assegurar a posição de

assentados na resistência ao poder da elite, mas também o de “beneficiar a terra”, conceito esse que para muitos poderia significar a derrubada da floresta para as atividades de produção agropecuária.

Todavia, na Amazônia, os projetos de colonização, e mais tarde os projetos de assentamento convencionais, foram criados para garantir terras às famílias sem-terra, de forma que pudessem produzir a partir da substituição da floresta por cultivos agrícolas e pastagens cultivadas. Esse fato em si representa um dos principais motivos e origem do desmatamento nos projetos de assentamento criados durante aquele período, sendo o desmatamento incentivado pelo INCRA (governo federal) como estratégia necessária para a ocupação, produção e garantia de posse da terra (DELGADO, 2005).

Ao longo da história da Amazônia, houve um intenso processo de transformação na sua forma e no seu conteúdo de gerar riquezas, fazendo com que diferentes elementos sociais, políticos e econômicos promovessem uma modificação no seu espaço. Com a interpretação atual de seu uso e cobertura da terra, verificamos como os diferentes atores sociais e políticas envolvidas se associaram em cada momento da história e atualmente refletem no território amazônico a evolução do desmatamento (SILVA et al., 2013).

Homma (2015) destaca que, vários esforços para melhorar a política de assentamentos na Amazônia foram realizados nos últimos vinte anos a partir dos investimentos em programas para a agricultura familiar, em geral apoiados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), têm resultado em uma rica experiência, as várias modalidades de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os programas de Ater, o apoio à agroindustrialização, entre outros. Todavia, ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que os assentamentos alcancem um status de sustentabilidade e independência dos órgãos responsáveis pelo ordenamento territorial para uma reforma agrária verdadeiramente digna. Inevitavelmente será difícil com muitos desafios já existentes, mas poderá ser uma realidade, a partir da união de uma sociedade organizada, com apoio inicial de políticas públicas por meio de suas instituições, para suas emancipações na vida nos PAs.

Homma (2015) ainda aponta que a falta de oferta de técnicas agrícolas mais sustentáveis, atrelada ao baixo nível de capital social, tem sido a causa e o efeito das atividades altamente dependentes da exploração dos recursos naturais mais impactantes ao meio ambiente na região. Sendo que os assentamentos de reforma agrária se inserem bem nesse contexto, possuindo uma importância socioeconômica, mas ainda esbarra em grandes problemas do ponto de vista ambiental e consequentemente tem sua sustentabilidade e viabilidade ameaçadas.

Diante do avanço sobre a floresta e sob pressão internacional, no ano de 2004, o Brasil lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Região Amazônica (PPCDAm) com o objetivo de reduzir o desflorestamento na Amazônia. Nas primeiras etapas do plano obteve-se sucesso na contenção do desmatamento, com redução de 70% nos 10 primeiros anos, mas o processo de ações para o desenvolvimento mais sustentável mostrou-se inviável. A partir de 2015 os níveis de desflorestamento voltaram a crescer, sendo que em 2019, os índices verificados foram 30% maiores que em 2018, ano que foi recorde o número de focos de queimadas por todos os estados da Amazônia Legal (MMA, 2020; BARROSO & MELLO, 2020). O aumento dos índices de desmatamento coincidiu com a instabilidade política no governo da Presidenta Dilma Russel e com a eleição do Presidente Jair Bolsonaro em 2018, empossado em 1 de janeiro de 2019.

Fonseca et al. (2021), pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), por meio da formulação do Boletim do Desmatamento da Amazônia Legal em junho de 2021, detectaram no seu levantamento por meio de uso de imagens de satélite que nos últimos dois anos, a maioria dos 63% dos desmatamentos ocorreram em áreas privadas ou sob diversos estágios de posses. Os demais desmatamentos foram registrados principalmente em áreas de Assentamentos rurais com 22%, em Unidades de Conservação com 13% e nas Terras Indígenas com 2%, evidenciando danos ambientais incalculáveis e preocupantes no seu rápido crescimento.

Nicolav (2021) sugere que esses dados alarmantes são consequências constatadas das ingerências do Ministério do Meio Ambiente (MMA) pelas atitudes de seu ex-ministro Ricardo Salles, que durante mais de dois anos de atuação no governo Bolsonaro, atuando desde o início de sua gestão à frente da pasta, com o discurso do desenvolvimento econômico para o país e a Amazônia. Nesse período avançou-se consideravelmente na derrubada da floresta, sendo realizada a legitimação de ações de madeireiros criminosos e de garimpos ilegais em áreas de Reservas e Terras indígenas, e indo além nas interferências das ações até da Polícia Federal contra a esses crimes ambientais, fatos denunciados ao Ministério Público da União (MPU) por um delegado da PF que sofreu essas sanções.

Outra ação danosa desse atual governo que afronta a defesa do meio ambiente é o apoio ao PL 510/2021, que é a antiga “MP da grilagem”, que entrou como prioridade na pauta do Senado, e propõe aumentar o marco temporal para a legalização de terras ocupadas ilegalmente, afrouxando os critérios de fiscalização de desmatamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e redução dos valores para compra da terra para quem já possui outro imóvel, ou seja, uma legitimação de critérios de regularização escusos e

de crimes ambientais. Além disso, faz uso da precarização da atuação dos órgãos de fiscalização como o IBAMA, no qual cortou os seus gastos e do orçamento destinado aos programas do Meio Ambiente em 35%. Faz-se um comparativo rápido para essa constatação de boicote institucional, uma vez que, de acordo com a associação de servidores do IBAMA, em fevereiro de 2019, início do governo Bolsonaro, existia 543 fiscais aptos para operações de campo em todo o Brasil, em meados de 2021 são apenas 168 fiscais, assim, fica evidente que essas ações de precarização por parte do governo atual para com seus órgãos ambientais e respectivas fiscalizações são de interesse do capital rural – agronegócio brasileiro (NICOLAV, 2021).

E nesse contexto atual de retrocessos no avanço da proteção ambiental pelo poder público, que de acordo com o Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento cresceu em quatro meses consecutivos, frutos da consequente derrubada da floresta amazônica.

Além disso, destaca-se ainda a crise hídrica nos reservatórios de hidrelétricas e o menor regime de chuvas no ano 2021 comparando com anos anteriores, não sendo a única causa, porém se torna inegável a relação que há do desflorestamento com a disponibilidade hídrica pelos ciclos da água, confirmando essa premissa. Mediante essa triste notícia, de 2020 a 2021, segundo boletim do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), a Amazônia teve a maior perda florestal da última década, isso tudo demonstra a relação direta do aumento do desmatamento nos últimos anos com a questão da crise hídrica evidenciada em 2021 no país, além do desmatamento.

Resck (2021) cita em seu artigo o pesquisador Tércio Ambrizzi, do Grupo de Estudos Climáticos da Universidade de São Paulo (GrEC/USP), para afirmar que o fato de estarmos derrubando a floresta Amazônica tão intensamente, já se efetiva um grande impacto no seu ciclo da água, que é importante para retenção de umidade na região e para o transporte dessa umidade para outras regiões brasileiras e da América do Sul, gerando um impacto danoso na redução das chuvas e no aumento da estiagem do período seco.

O dano ambiental dos desmatamentos dentro dos assentamentos rurais é destacado por Brito (2014) como um desafio que deve ser enfrentado nesse novo contexto de sustentabilidade socioambiental da reforma agrária no Brasil, trazendo em sua dinâmica de transformação florestal nesses assentamentos alternativas que visem coibir o seu avanço. O melhor entendimento sobre a dinâmica do desmatamento nos assentamentos amazônicos e sua relação com a incidência de políticas públicas sobre os mesmos, é fundamental na busca pelo fortalecimento das relações socioambientais na região e quiçá no Brasil.

O foco nas questões socioambientais pode ser decisivo para reduzir conflitos agrários, avançar na modernização da reforma agrária, reduzir a pobreza no meio rural e cumprir as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento, estabelecidas pela lei que rege a Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) no país (BRITO, 2014). Para avançar nesse debate dos desflorestamentos na Amazônia, sobretudo da influência dos assentamentos rurais nesse contexto, faço alguns destaques por meio de subtópicos na tentativa de elucidar essa realidade.

1.4.1 Os Assentamentos Rurais e a contribuição no Desmatamento na Amazônia e no Pará

As transformações graduais nos aspectos da produção de riquezas na história da Amazônia, criou uma vasta área com rápida perda da cobertura florestal na forma de um grande arco, que vai desde a parte mais ocidental do Estado do Acre, engloba a região transversal do sul do Amazonas, do sul do Pará e norte de Rondônia e do Mato Grosso até a fronteira do Estado do Pará com os Estados de Maranhão e Tocantins, o último é o local deste estudo (GOMEZ et al., 2015).

Nos estudos de Diniz et al. (2015) sobre o desmatamento na Amazônia brasileira, esses apontam que seria um problema já discutido, com várias consequências negativas no âmbito local e internacional, tais como a perda de biodiversidade, a degradação do solo, e as mudanças climáticas e causando com isso sanções comerciais negativas, por exemplo em restrições e taxações nas exportações de nossos produtos para outros países, abalando conseqüentemente a economia. Os serviços ecossistêmicos no mundo estão claramente ameaçados pelo desmatamento com a vinculação da ação humana no tocante do grande capital na Amazônia brasileira. Contudo, permanece incerto o prognóstico para o bem viver socioeconômico de seus habitantes.

Em seu estudo Brito (2014) aponta que, entre os fatores que explicam a heterogeneidade do avanço do desmatamento estariam os aspectos relacionados às características naturais (relevo, clima, solo, condições de acesso); como ainda, as dinâmicas econômicas das atividades produtivas do mercado que se traduzem em diferenças quanto ao padrão de uso do solo, ocupação e, sendo assim, das forças impulsionadoras do desmatamento em cada caso.

Para Pupio (2018) com a dinâmica do desmatamento nos assentamentos rurais criou-se um dilema com hipóteses para suas causas. A primeira hipótese é que os assentamentos rurais, mesmo apresentando uma lógica socioeconômica diferente do agronegócio e de outros modos de produção capitalista, responderiam da mesma forma ao contexto socioeconômico ao qual

estão inseridos. Nesse sentido, a pressão por áreas agricultáveis na chamada fronteira agrícola do Brasil vai possibilitando a abertura de áreas com florestas inicialmente para o uso na pecuária extensiva ou de monoculturas, como a da soja que já é uma realidade atual. Com a pressão exercida pelo aumento da demanda por terras, que valoriza as áreas abertas, e a falta de estímulos para que os assentamentos possuam cobertura vegetal, eleva-se a pressão para a derrubada de áreas que estejam florestadas.

Por outro lado à mesma autora Pupio (2018) traz outra possível explicação, que seria a possibilidade em menor grau de conscientização ambiental dos pequenos produtores familiares, que não são instruídos nesse sentido de proteção de recursos naturais nas suas atividades produtivas. Cabe destacar que, podem considerar áreas de uso restrito dos assentamentos, como as reservas legais ou as áreas de proteção permanente, como espaços de pouca importância econômica ou talvez obstáculos para o desenvolvimento econômico dos lotes que ocupam, ou seja, promovendo assim, a extração de madeiras que tenham valor de mercado, alimentando um comércio ilegal junto aos madeireiros, e substituindo as árvores com madeiras menos nobres por pastagens ou a soja.

Assim, se há precariedade nas condições de vida desses assentados, essa realidade pode levá-los a explorar intensivamente alguns recursos para garantir a sobrevivência de suas famílias, também há irregularidade na ocupação das parcelas, decorrentes de vendas, arrendamentos ou abandono de lotes, sem a devida supervisão do órgão fundiário, podendo criar com isso, um ambiente propício à degradação ambiental nos assentamentos rurais.

Diniz et al. (2015) complementam esse rol destacando que, entre as causas primárias mais significativas, estariam a expansão da agricultura e da pecuária de caráter extensivo; a extração da madeira e as infraestruturas necessárias para seu acesso e deslocamento. Para Rosa et al. (2015), o desmatamento dito moderno ou talvez severo na Amazônia começou nos anos de 1960 e 1970 com a dita colonização implementada pelos governos militares do Brasil, por intermédio dos projetos de colonização regional e de integração nacional, criando os alicerces para a implantação dos assentamentos rurais na Amazônia que se propagaram até a atualidade.

Fatorelli & Mertens (2010) destacam que a fronteira amazônica foi aberta de forma tensa, no período de 1966-1979, através dos projetos pecuários beneficiados pelos incentivos da SUDAM e dos projetos de colonização agrícola conduzidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo a pecuária a principal atividade econômica responsável por ocupar as terras na fronteira do Pará. A consequência dessa política de incentivos governamentais, foi a de maior fonte de financiamento do desmatamento para a formação de pastagens com a atividade da pecuária de corte em sistema de criação extensiva.

Conforme Schneider & Peres (2015), os programas de migração rural movimentaram muitos migrantes para regiões remotas e pouco povoadas a exemplo da amazônica, esses programas são normalmente motivados por estratégias políticas de cunho nacional para tentar atender reivindicações territoriais, independentemente da sobrevida dos ecossistemas nativos para atendimento de um crescimento abrupto da população e das mudanças no uso do solo. Dessa forma, os assentamentos rurais em áreas antes ocupadas pelos povos originais da Amazônia brasileira, são associados a altos níveis de perda de floresta e resultados sociais pouco claros ao longo do tempo (GUEDES et al., 2014). Vale (2019) ainda vai além afirmando que, o desmatamento florestal na fronteira produtiva do Estado do Pará está ligado ao processo de ocupação mais recentes e das atividades agropecuária, madeireira e de mineração, como também com o avanço da agricultura de subsistência itinerante.

O desflorestamento e a dinâmica ambiental na Amazônia Legal têm gerado preocupações internas e externas para com o Brasil, dada a contribuição dos desmatamentos no aumento da geração de gases de efeito estufa, a partir dos alertas disponibilizados pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), desenvolvido pelo INPE (BRITO, 2014). Os dados fazem alertas e trazem preocupações, revelando que os princípios de respeito à sustentabilidade presentes nos art. 225 da Constituição de 1988 não foram suficientes para deter o processo de desmatamento na Amazônia Legal, que tem sido observado uma escalada crescente desde então.

Segundo dados do PRODES/INPE (2019) os 402.615 quilômetros quadrados de desmate na Amazônia Legal desde a constituição de 1988 até 2012, equivalem à média de 16.104 quilômetros quadrados ao ano. Considerando-se um período mais recente, já entre 2007 e 2013, o crescimento da taxa anual do desmatamento chegou à média de 7.979 quilômetros quadrados por ano. Contudo, registra-se uma tendência em declínio no desmatamento anual nesse último período. Esses números do desmatamento na região tiveram uma nova inflexão a partir do Novo Código Florestal, registrando uma mudança com o viés de crescimento, conforme disponibilizado pelos levantamentos ambientais do PRODES/INPE (2019).

Dessa forma, Farias et al. (2018) apontam que, a distribuição de terras em assentamentos rurais pode ser considerada como uma política que promove o desmatamento, uma vez que o processo de colonização do Sudeste Paraense sempre esteve relacionado ao ato de desmatar como forma de explorar a terra e demonstrar a posse dela, por parte dos assentados beneficiados.

Ressalta-se que, o desmatamento no Sudeste Paraense é composto por um sistema complexo promovendo alterações na cobertura florestal e provocando mudanças na estrutura e uso da vegetação, não podendo ser reduzido por somente uma variável e sendo composta pela

história de ocupação do território marcado por peculiares ciclos econômicos de exploração dos seus recursos naturais, como os ciclos: da madeireira, do minério e o ainda da criação do gado bovino e o do mais recente ciclo da monocultura da soja, os quais provocaram e provocam muito mais impactos ambientais como o desflorestamento, na comparação com os provocados pelos assentamentos rurais.

Tornam-se urgentes ações planejadas para minimizar os impactos evidentes como os desflorestamentos, no uso de estratégias como o reaproveitamento e recuperação de áreas degradadas com o apoio do INCRA e de ATER que pudessem desenvolver ações, como as capacitações e instruções no uso de recursos naturais para as atividades produtivas em conjunto com os assentados. Sendo assim, nessas áreas de assentamentos rurais, é preciso salientar que essas possíveis ações não são a solução de toda a problemática da redução das florestas na Amazônia, sobretudo também nos PAs, mas servem como mecanismos que podem auxiliar no sentido de minimizar esses impactos ambientais evidenciados, que se tornam cada vez mais desastrosos ao futuro do planeta.

Nessa seara, o planejamento da infraestrutura do projeto de assentamento rural seria no sentido do formato organizacional da área produtiva em sua distribuição dos lotes para as famílias a serem contempladas, visando as indicações da área socioeconômica e da área de preservação ambiental, com vistas na garantia e sustentabilidade social, econômica e ambiental e a otimização dos seus recursos naturais. Com essa demanda de organização, foi lançado o Novo Código Florestal Brasileiro em 25 de maio de 2012, com o objetivo de estabelecer normas sobre a proteção da vegetação, em Áreas de Preservação Permanente e áreas de Reserva Legal, na exploração florestal, promover também o controle da origem de madeiras e o controle e a prevenção dos incêndios florestais. Com esse código estabeleceu-se, instrumentos de monitoramento (AZEVEDO et al., 2014).

Com o estabelecimento da monitoração das florestas nos imóveis rurais pelo que preconiza o novo Código Florestal de 2012, está o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é um registro público eletrônico, de natureza declaratória e obrigatória a ser aplicado a todas as propriedades rurais da federação. A sua função é gerar informações ambientais sobre os imóveis rurais, a possibilitar o “controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, além do combate ao desmatamento” em todo território do país (AZEVEDO et al., 2014).

Ainda com relação ao desflorestamento na Amazônia e no Sudeste Paraense, Araújo e Vieira (2019) afirmam que as consequências da degradação das florestas são cumulativas e seu impacto ambiental é gradual e será espalhado por outras gerações, podendo afetar os ecossistemas, as comunidades tradicionais e em última análise, o clima do planeta.

1.4.2 Panorama dos desmatamentos nos assentamentos rurais

Com as regulamentações nas criações de assentamentos rurais, normalmente os acessos a terra vem acompanhado de assistência técnica e financeira para o cultivo de alimentos e na criação de gado que são as mais difundidas por questões ligadas a cultura desses assentados. No período dos anos 2000, o número de assentamentos aumentou em curto espaço de tempo em áreas de floresta densa da Amazônia. Essas áreas cobriam 4,8% do território amazônico em 2002 e já em 2014 essa cobertura chegava a 8,3%, o que corresponde a um aumento de mais de 70% (INPE, 2015).

Mas antes da discussão da evolução e impactos do desmatamento nos assentamentos rurais na região amazônica, seria importante retratar algumas possíveis causas do desflorestamento, na qual a pecuária se destaca ao longo dos 35 anos. A produção pecuária é uma das atividades mais difundidas no Brasil e em especial na Amazônia, ela faz parte da cultura produtiva de muitos pequenos, médios e grandes produtores rurais em todas as regiões brasileiras, com a utilização de pastagens como subsídio principal para alimentação animal, que viabiliza o processo produtivo desses animais, se percebe com isso, o avanço das pastagens cultivadas, que se tornam as principais responsáveis diretas no aumento do desflorestamento nas décadas de 1980 até 2000.

O Mapbiomas (2021) realizou um estudo no Brasil, num levantamento do uso do solo das três últimas décadas no país, identificou que pelo menos 252 milhões de hectares, ou quase um terço do país, é ou já foi ocupado por pasto. Atualmente, a Amazônia é o bioma com maior extensão de pastagens cultivadas (56,6 milhões de ha), seguido pelo Cerrado (47 milhões de ha), Mata Atlântica (28,5 milhões de ha), Caatinga (20 milhões de ha) e Pantanal (2,4 milhões de ha). Dessa forma, esses dados aumentam a preocupação por ser uma atividade que ainda avança sobre a floresta, podendo causar danos irreparáveis a todo o ecossistema dos biomas brasileiros e, sobretudo nas áreas de assentamentos rurais que são os espaços objetos de nossa pesquisa.

Oliveira et al. (2004) relatam que, persiste há muito tempo uma ameaça à floresta Amazônica, pois o comércio ilegal de madeira é outro fator do desmate predatório. Um relatório do Ibama publicado em 2021 indicava que mais de 80% do total da madeira extraída da Amazônia e comercializada no mundo são ilegais. O prejuízo que isso causa à floresta é incomensurável, ocorre de forma gradativa e cada vez mais destrutiva e pode ser constatada nos relatos de assentados familiares entrevistados nesta pesquisa.

Nessa perspectiva Barbieri (2017) aponta a produção de soja na Amazônia atualmente, como a principal ameaça do desflorestamento, pois vem crescendo em área de plantio ano após ano, suscitando a mesma preocupação como a dos impactos das pastagens cultivadas na região amazônica de outrora. Este autor vai além com a preocupação do avanço da soja em especial nas áreas de assentamento rurais, na qual provoca uma enorme discussão sobre o aspecto da função social na redistribuição fundiária e do engajamento da agricultura familiar aos mercados, contextualizando que se veem reféns dessas pressões do agronegócio frente aos desafios da vida no campo para suas atividades.

1.4.3 O avanço da produção de soja nos assentamentos rurais

De todas as ameaças que existem contra a floresta em pé, sobretudo nas áreas de reforma agrária, a produção de soja vem se destacando significativamente como fator predominante para com esses danos. Destaca-se ainda que além de pôr em cheque a função social das áreas que haviam sido regularizadas para a reforma agrária, com a luta de outrora da agricultura familiar, o agronegócio pressiona essas áreas na reconcentração para a produção de soja como já mencionados, pela fragilidade dos assentados familiares, com os desafios vivenciados, na falta de apoio e de políticas públicas, para subsidiar suas vidas no campo (BARBIERI, 2017).

E com essa realidade, se percebe um grande risco no aumento do desmatamento nas áreas de assentamento rurais e provocando assim, uma maior concentração de terras pelas ações dos sojicultores. A forma mais frequente do uso de áreas de assentamento rural para a soja é o arrendamento por tempo determinado, com valores definidos por contrato entre as partes (DOS SANTOS, 2014).

Barbieri (2017) constata que o arrendamento de uma área advinda da reforma agrária, viola a função social da terra e anula a condição intrínseca que identifica o beneficiário de um assentamento rural. O arrendamento ainda pode resultar no fenômeno de “concentração fundiária funcional”. Isto é, embora os lotes pertençam legalmente a cada beneficiário, funcionalmente eles acabam sendo usufruídos por um único arrendatário. A soja tem provado ser uma cultura altamente concentradora porque dependente da eficiência de escala, e isso é uma realidade também nos PAs.

Diante da necessidade do próprio assentado em se engajar aos mercados, da falta de cadeias estruturadas para produtos tradicionais, da escassez de crédito subsidiado ou pelo menos da dificuldade em acessá-los, e da baixa qualidade da assistência técnica, a prática do arrendamento tem sido vista como saída para o assentado conseguir manter o benefício da posse

formal da terra, seja para sanar dívidas, seja para complementar a renda, mas principalmente para financiar reforma de solos degradados (BARBIERI, 2017).

Segundo Ludwings et al. (2009), as vulnerabilidades encontradas nos assentamentos rurais país a fora, são expostas com o recente movimento de expansão da monocultura de soja para a região. O problema se destaca porque, na situação em que as lavouras avançam para o norte da Amazônia, os agricultores familiares em situação de fragilidade vão sendo pressionados, com ou sem conflitos, a comercializar ou arrendar as suas terras para os grandes produtores expandirem suas lavouras. A expansão da soja gera riscos à permanência dos assentados familiares no campo, sobretudo quando os grandes proprietários encontram vulnerabilidades socioeconômicas locais, impactando diretamente com isso o aumento do desflorestamento das áreas de assentamentos (LUDEWIGS et al., 2009).

1.4.4 Contexto evolutivo do desmatamento nos assentamentos de Conceição do Araguaia – PA

Inicialmente é importante ressaltar a partir dos estudos de Rocha et al. (2010) que no assentamento rural Pe. Josimo Tavares no município estudado, já foram relatadas várias denúncias ao poder público, de crimes de desmatamento e de comercialização ilegal de madeira nesse PA. Muitos criminosos por vezes se passam por assentados, praticando a derrubada de árvores fora e dentro da área de reserva ambiental do assentamento citado e para a venda ilegal de toras de madeira para as serrarias e madeireiras da região, tendo a possibilidade de haver a negligência do INCRA e do IBAMA para tal ilegalidade. Insta esclarecer que, existem investigações da Polícia Federal para averiguações dessas denúncias, mas até o momento não tiveram denunciados e processados por esses crimes, e que pudessem ser confirmadas nas entrevistas do capítulo anterior desta tese.

No âmbito das dinâmicas produtivas nos assentamentos rurais, se constata que em Conceição do Araguaia no sudeste paraense se configura à consolidação de seu espaço produtivo, pois até o ano de 2019 as atividades agropastoris já ocupavam 50% do território do município. Essa constatação das mudanças de uso e cobertura na região, caracterizada pela conversão das áreas florestais em sistemas agrícolas ou de pastos, resulta na maior deposição de carbono na atmosfera e contribui sobremaneira para as alterações climáticas (MALHI et al., 2008).

Uma das atividades que possivelmente contribuem para o desmatamento é a pecuária extensiva e o avanço da produção da soja no município estudado, sendo também vislumbrado essa prática produtiva nas áreas de assentamentos pelos próprios beneficiários e pela realização

de arrendamento e/ou repasse de algumas áreas para médios e grandes produtores dessas práticas produtivas, região que contém características de manchas de cerrado, com predomínio de vegetação típica de savanas amazônicas (VALE et al., 2020).

Com extensões de terras mais baratas e com boas condições edafoclimáticas evidenciadas na região, se torna mais fácil a entrada dos empreendimentos do agronegócio nesse território, principalmente, com as práticas da pecuária extensiva e mais recentemente dos cultivos de soja e milho (GIBBS et al., 2015). De acordo com Vale (2019) o tamanho da propriedade tem forte influência na ocupação e no uso da terra, pois propriedades menores tendem a apresentar florestas secundárias com ciclos de vida mais curtos devido à menor disponibilidade de terras para as atividades empreendidas.

Esses fatos, devem-se ao contexto dos processos de ocupação do Sudeste Paraense que foram impulsionados pelas políticas dos grandes projetos de colonização e estão intimamente relacionados com o desflorestamento da região e dentre essas políticas, estão os assentamentos rurais da reforma agrária, que foram criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (LEAL & MANIESI, 2018).

Sendo assim, não se pode criminalizar os beneficiários da reforma agrária pelo desmatamento ocorrido na Amazônia, sob o risco de culpar algumas possíveis vítimas. Nesse sentido, é necessário entender o contexto da implantação dos assentamentos, se existem organizações sociais fortes nesses locais e se existe um processo de reconcentração fundiária.

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será desenvolvido a metodologia utilizada nesta pesquisa, nos quesitos: do tipo e abordagem, da caracterização da área de estudo, métodos de coleta de dados e análise de dados e as definições das escolhas realizadas para alcançar os objetivos a partir dos Capítulos:

Capítulo 3 - O ordenamento fundiário dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia - PA.

Capítulo 4 - O uso e a ocupação do solo em Conceição do Araguaia – Pará: A evolução do desmatamento no município e nos seus assentamentos rurais;

2.1 Tipo e abordagem da pesquisa: Quali-Quantitativa (Mix-Métodos)

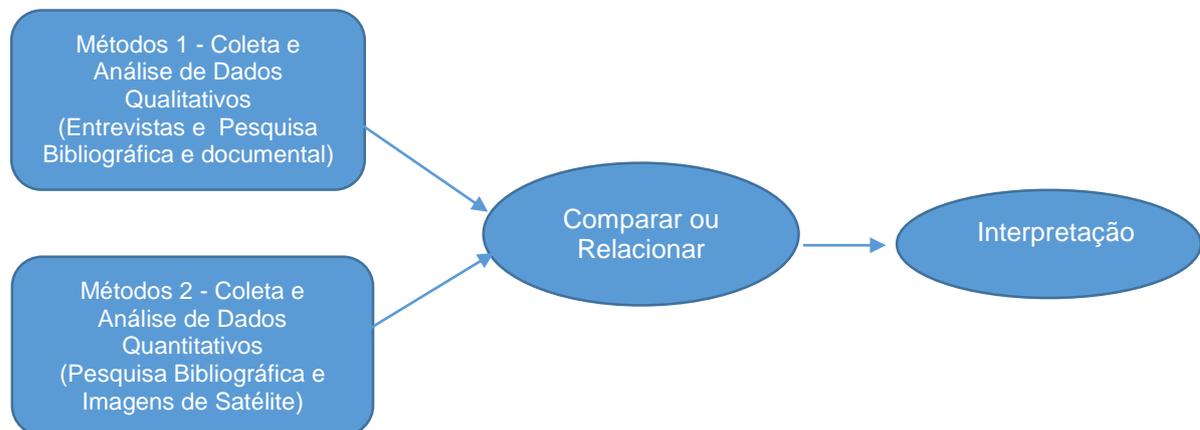
A tese proposta tem uma característica interdisciplinar com questões socioambientais no tocante ao uso das áreas de assentamentos em conformidade ao tempo de exploração. Tem caráter exploratória, com estudo de caso envolvendo a pesquisa documental, revisão bibliográfica e a percepção dos atores quanto à problemática levantada. Se faz imprescindível utilizar as abordagens qualitativa e quantitativa, com o propósito de obtermos respostas mais próximas do fenômeno objeto de estudo.

Esta pesquisa tem como natureza, ser uma pesquisa aplicada, visando gerar conhecimentos e reflexões para possíveis soluções de problemas socioambientais, quanto a sua abordagem a pesquisa é considerada mista, pois visa a integração das pesquisas quantitativas e qualitativas, pois suas análises e resultados, possam de forma conjunta fornecer um entendimento mais completo sobre o objeto estudado. Com isso, pretende-se utilizar o melhor que cada uma pode oferecer para minimizar suas limitações e fragilidades.

O desenho adotado nesta pesquisa é com métodos mistos, o chamado projeto convergente paralelo ou simplesmente projeto convergente. Conforme Creswell e Clark (2013), esse desenho acontece quando o pesquisador coleta dados quantitativos e qualitativos na mesma fase da pesquisa, não prioriza somente um dos métodos, trata-os iguais e os analisa separadamente, realizado posteriormente os dois resultados obtidos, com a finalidade de dar uma interpretação otimizada. É feita a interpretação dos resultados analisando de que forma os resultados obtidos podem convergir, ou divergir um com o outro, ou se existe relação para de

fato entender e dar uma resposta ao problema, como foi desenvolvido neste estudo e demonstrado no desenho esquemático apresentado na figura 3.

Figura 3 - Desenho esquemático – Projeto convergente



Fonte: Adaptado de Creswell e Clark (2013)

Esta pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa, pois de acordo com Oliveira (2001), esse tipo de abordagem, permite descrever a complexidade de um problema, classificando e compreendendo os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais analisados, para apresentar as contribuições na formação de opiniões de um determinado grupo, com a interpretação das ações e comportamentos dos indivíduos.

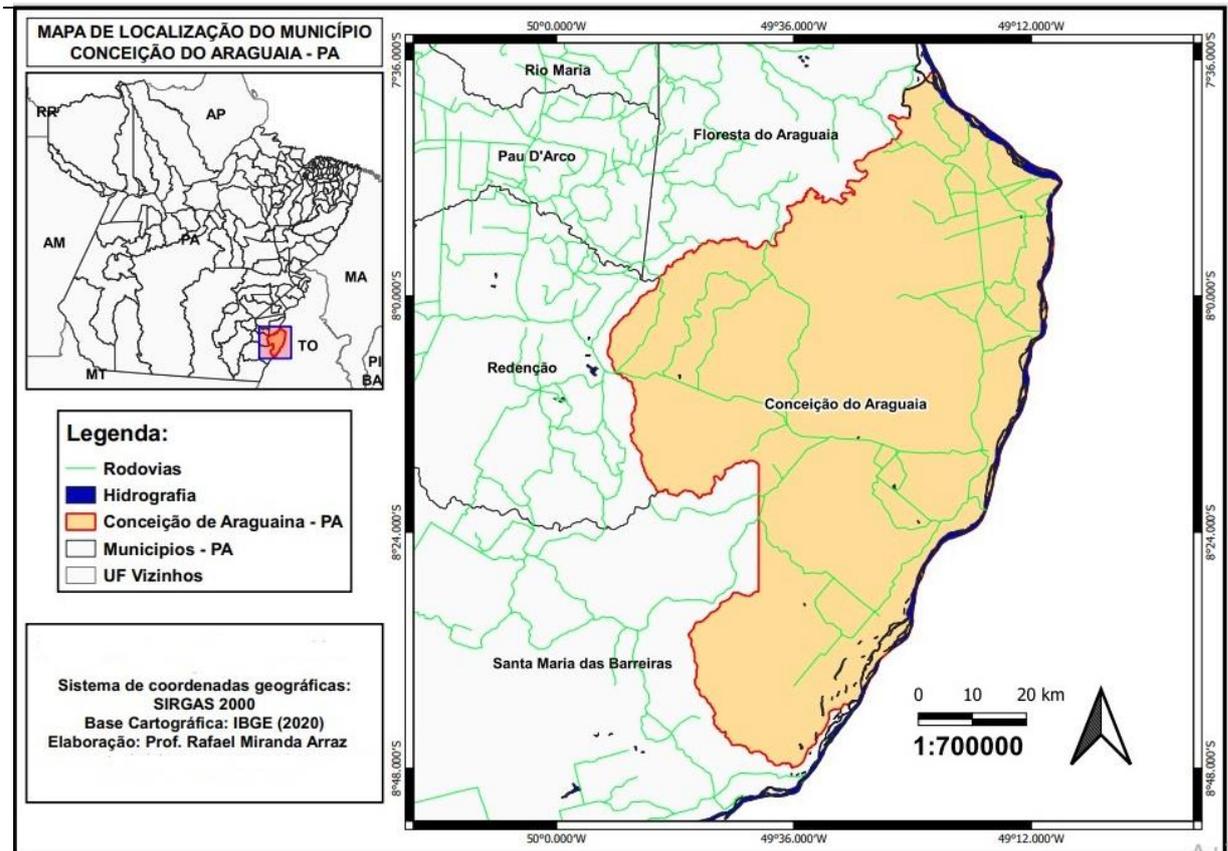
Foram utilizadas imagens de satélite para o levantamento da área desmatada nos assentamentos rurais do município estudado, quantificando e identificando as principais atividades empreendidas na região. Foram também aplicadas entrevistas abertas e posteriormente analisadas o seu conteúdo, que forneceram informações sobre a própria fala dos entrevistados, oferecendo diferentes perspectivas sobre a temática e os aspectos subjetivos do fenômeno. Assim, a utilização dessas abordagens se complementa e ajuda no atendimento dos objetivos desta pesquisa.

2.2 Caracterização da área de estudo e dos assentamentos rurais

O município de Conceição do Araguaia localiza-se no sudeste paraense, tem limite territorial no Estado do Pará e com os municípios paraenses de Floresta do Araguaia, Santa

Maria das Barreiras e Redenção. Esse município tem uma população de 47.560 pessoas, está na margem esquerda do rio Araguaia e tem como principais vias de acesso as rodovias PA-287, PA-327 e PA-449, faz divisa territorial com o estado do Tocantins, no qual pode ser visualizado na figura 4 (IBGE, 2018).

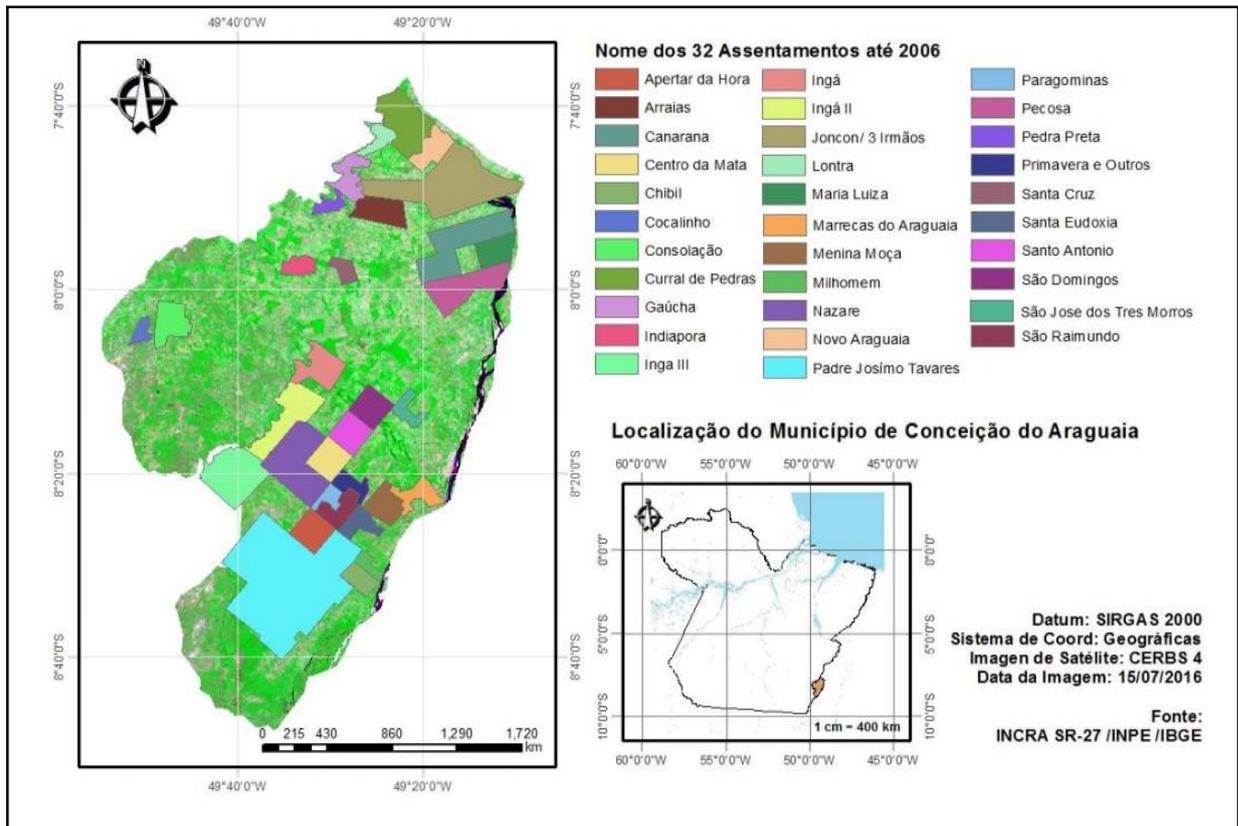
Figura 4 - Localização de Conceição do Araguaia – PA.



Fonte: Elaborado pelo Autor a partir da Base Cartográfica IBGE 2020.

Segundo dados do INCRA (2018), Conceição do Araguaia, tem atualmente 38 assentamentos rurais no município. De acordo com a figura 5, o mapa do município destaca a maior parte desses, com 4.338 famílias assentadas, numa área total de 227.193,62 hectares.

Figura 5 - Assentamentos rurais regularizados pelo INCRA no município de Conceição do Araguaia.



Fonte: INCRA, 2018.

Foram agendadas com os agentes públicos do INCRA, da ATER e STR, a realização das entrevistas nos seus respectivos locais de trabalho, esses representam as entidades públicas e privadas que estão atuando juntos as áreas de reforma agrária da região. Já as entrevistas realizadas com os produtores familiares, realizaram-se de forma aleatória nas UFPs dos seus respectivos assentados, em algumas visitas nos assentamentos rurais: Pe Jósimo Tavares, Marrecas do Araguaia, Jocon, Pecosa, Canarana, Capivara e Chibil.

Nessas oportunidades, aqueles que se disponibilizavam a partir do convite e tinham mais de vinte anos de vivência no assentamento estariam aptos à participar, fornecendo informações a partir das questões abertas e com uso de gravadores para posterior degravação das entrevistas, com o uso de análise de conteúdo a ser discutida as informações prestadas.

2.3 Métodos de pesquisa (CAPÍTULO 3 – O ordenamento fundiário dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia - PA)

A pesquisa teve por objetivo gerar conhecimentos para entender fatos que serão descritos e detalhados na história do ordenamento fundiário do município investigado. Para essa construção de entendimento, foi realizado o uso de pesquisa bibliográfica a partir de periódicos científicos como o da Scientific Electronic Library Online (SciELO), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Google Acadêmico que fossem mais recentes, como também para apoiar as discussões dos dados encontrados na pesquisa documental (Portarias, Mapas oficiais, legislação e PDAs) e nas entrevistas realizadas.

2.3.1 Pesquisa documental

O estudo documental é embasado na análise de documentos guardados em órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com indivíduos: registros, atas, normativas, ofícios, memorandos, mapas cartográficos, fotografias, vídeos, dentre outros. Esse procedimento de pesquisa é constituído pela avaliação de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que, já foram analisados por órgãos oficiais, mas podem obter vistas a uma interpretação nova ou complementar, para posterior objetivo de utilização (GIL, 2016). Com isso, para a análise documental, foram utilizados os seguintes documentos: mapas cartográficos do INCRA, planilha, decretos e normativas de criação de assentamentos rurais, dados informativos oficiais das plataformas do INCRA e IBGE, Projeto de Desenvolvimento de Assentamentos – PDAs e a legislação brasileira que tratam a temática desse estudo.

O acesso aos documentos citados se deu tanto por meio de solicitações de acesso à informação e documentos públicos em sites dos órgãos oficiais - como também, nas mais de 10 visitas aos órgãos fundiário, o INCRA, uma empresa privada de ATER e o STR do município estudado. Com essas visitas, tomando posse dos dados informados nos documentos e a partir da organização e análise das entrevistas, foi possível identificar como se deu o ordenamento fundiário dos assentamentos rurais dessa região, sendo um dos objetivos deste estudo, obtendo ainda, uma visão panorâmica para um melhor entendimento do processo de formação dos PAs.

Nessa consulta documental também se obteve informações sobre os períodos das ocupações e regularização dos assentamentos a partir de uma planilha fornecida pelo INCRA e adaptada para esse estudo, entre outras informações que contribuíram para a melhor compreensão da realidade dos assentamentos rurais dessa região.

2.3.2 Entrevistas

O critério de escolha dos participantes foram, ter no mínimo 20 anos de vivência nas atividades como agente público, sendo o mesmo tempo mínimo de vivencia para os assentados da reforma agrária nos PAs. As entrevistas semiestruturadas com os agentes públicos foram realizadas inicialmente no período dos meses de junho a agosto de 2021, uma vez que, além do tempo de atuação, eles tinham que aceitar o convite para colaborar com o fornecimento das informações, auxiliando na compreensão de como se deu o ordenamento fundiário dos assentamentos rurais. Cabe esclarecer que, o roteiro de entrevista dos agentes públicos foi diferente das realizadas com os assentados, devida as logísticas empreendidas nas visitas para .

A partir dos aceites foram realizados agendamentos prévios com 6 agentes públicos, 2 Técnicos do INCRA, 1 Técnico da ATER e 1 representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR. As entrevistas foram desenvolvidas nos seus respectivos locais de trabalho. As entrevistas com os produtores familiares foram aplicadas num segundo momento, nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, de forma aleatória em 50 visitas nos seguintes assentamentos do município estudado: Pe Jósimo Tavares, Marrecas do Araguaia, Jocon, Pecos, Canarana, Capivara e Chibil. Destaca-se que foram realizadas 20 entrevistas, uma vez que das 50 visitas nas UFPs realizadas nesses assentamentos, somente 20 Assentados atendiam ao critério mínimo de viver e atuar por mais de 20 anos nos PAs da região.

As identidades de todos os participantes deste estudo foram mantidas em sigilo. Foi utilizada uma codificação para todos os pesquisados, os códigos utilizados foram: Técnico 1 e Técnico 2 para os servidores do INCRA; José, para o Profissional Técnico da ATER; Chico, para o representante do STTR; a partir das 20 entrevistas com os assentados familiares, foram selecionadas três entrevistas que a partir da Análise de conteúdo as suas respostas se repetiam nos discursos de outros pesquisados e que materializavam a representação de sua classe de assentados. Assim, temos como destaque em suas falas, trazendo informações importantes que foram discutidas com apoio de autores que tratam da temática, com os seguintes Códigos: João, Dara e Joana. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre-Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A) sendo que uma via do TCLE ficou com o pesquisado e a outra com o pesquisador, no âmbito ético o uso dessa ferramenta de coleta de dados foi autorizada pelo comitê de ética da UFT e anexada a esta tese.

Essas entrevistas contaram com a participação desses após a exposição do objetivo da pesquisa e com a sua concordância e autorização, esses se dispuseram a dar informações a partir da vasta vivência nos serviços prestados aos assentados nos PAs. Segundo Triviños (1987), esse

instrumento é de um dos principais recursos que o investigador utiliza como técnica de coleta de informações:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, que vão surgindo à medida que se recebem as respostas. Desta forma, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar da elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVINOS, 1987 p.56).

2.3.3 Análise do Conteúdo

Para analisar os relatos das entrevistas dos agentes públicos, recorremos a Análise do Conteúdo (AC), que segundo Galvão (2005) diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestados, indo além das aparências do que está sendo comunicado. Dessa mesma forma, a análise de narrativa pressupõe a exploração não só do que é dito, mas também de como é dito. A análise de conteúdo permite ao pesquisador delinear categorias que possibilitem a compreensão além das descrições nas entrevistas, permitindo-nos trilhar caminhos que nos levem às respostas das nossas perguntas pelas experiências trazidas a luz.

Análise de Conteúdo consiste em várias técnicas que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados. A análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. As mensagens expressam as representações sociais, elaboradas mentalmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Deve haver a importância do sujeito na pesquisa, viável saber a distinção entre significado e sentido. O significado é de cunho objetivo, compreende-se a partir das suas características definidoras com seu corpo de significação. Por sua vez, o sentido implica a atribuição de um significado pessoal ao objeto, pautada por práticas sociais subjetivas, valorativas, emocionais, necessariamente contextualizadas (FRANCO, 2008).

Franco (2008) diz que é prudente alertar que a essas três ações: descrever, analisar e interpretar, ocorrem ao longo de todo o processo de pesquisa, e muitas vezes é preciso voltar às fases anteriores. A análise e interpretação é o momento em que o pesquisador procura finalizar o seu trabalho, ancorando-se em todo o material coletado e articulando esse material aos propósitos da pesquisa e sua fundamentação teórica. Os objetivos das entrevistas realizadas primaram na identificação da visão dos participantes que estão atrelados com a vida nos

assentamentos rurais e que atendeu aos objetivos de fazer um resgate histórico de como se deu o ordenamento fundiário, como foi a luta pela terra na resistência ao poder do latifúndio e nas questões ligadas ao meio ambiente. Nesse intuito, foram utilizadas nove questões norteadoras presentes no quadro 2 para os assentados familiares, já para os agentes públicos pesquisados, foram utilizadas essas mesmas questões do quadro 2 com a supressão das questões 01 e 08 para as coletas de informações desses participantes.

Quadro 2 - Questões norteadoras para a entrevista semiestruturada

01. Qual a cidade de origem da família e quando chegaram?
02. Como foi a ocupação e dinâmica de divisões dos lotes no assentamento rural que vive?
03. Na sua visão, o governo por meio do INCRA, das ATERs desenvolveram e desenvolvem um bom trabalho nos assentamentos?
04. Houve alguma capacitação e orientação para o atendimento das legislações ambientais, nos respeitos as RL e APLs, para não realizar desmatamentos nos assentamentos?
05. Fazem parte de alguma representação de trabalhadores familiares, associação e cooperativa, se sim como é?
06. Houve planejamento prévio do INCRA para as divisões dos lotes nos assentamentos rurais respeitando os relevos, parâmetros ambientais e agronômicos?
07. Havia fiscalização ambiental e fundiária de organismos públicos após a regularização dos assentamentos, do INCRA?
08. Já houve investidas de Grandes produtores para compra de seu lote para a produção de Soja ou criação de bovinos?
09. Quais as expectativas para o futuro de vida nos assentamentos rurais?

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

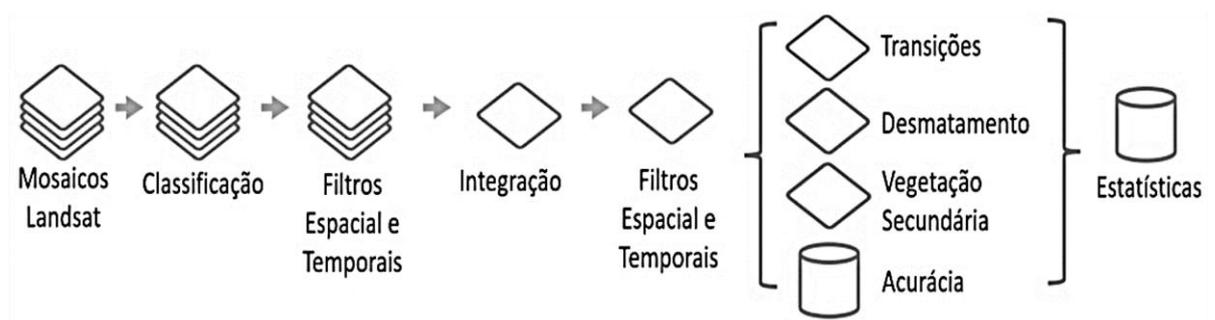
Bardin (2011) sustenta que a Análise de Conteúdo pertence ao domínio de técnicas que consistem na explicitação e sistematização das mensagens e da expressão desse conteúdo, a partir de uma análise direta das interpretações, que podem ser parciais, ou são complementares na dinâmica de discussão com autores que tratam das mesmas temáticas. Neste estudo em específico, a categoria de análise de conteúdo que será utilizada é a **enunciação**, tendo como principal característica a de se apoiar na concepção de discurso como palavra em ato, considerando a construção da palavra como um processo. Partindo do princípio de que o discurso não é um produto acabado, mas um processo de elaboração (BARDIN, 2011).

2.4 Métodos de pesquisa (CAPÍTULO 4 – A evolução do desmatamento no município e nos seus assentamentos rurais)

Essa metodologia encontra-se na categoria das pesquisas de natureza explicativa, em que a preocupação foi identificar fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos relatados como o do desflorestamento. Fizemos a pesquisa eletrônica de informações das atividades produtivas e ambientais da região estudada, com análise dos dados coletados na composição da cobertura do solo, que proporcionaram o desenvolvimento do tema em uma perspectiva crítica e relevante para a identificação e compreensão da evolução desta composição ao longo de 35 anos, que foram apresentadas em sua dimensão quantitativa. Destacam-se, ainda, as análises feitas por organizações não governamentais dedicadas ao estudo das questões ambientais na Amazônia Legal, como referência do MAPBIOMAS.

O mapeamento do MAPBIOMAS segue a rotina apresentada na Figura 6, onde destacam-se as principais etapas do processo para a geração dos mapas anuais de cobertura e uso do solo, observando as zonas de transição, desmatamento, vegetação secundária e acurácia das informações. Desse modo, é gerado a identificação de diversas classes, possibilitando a manipulação para diferentes limites do território brasileiro, bem como o download e a importação para softwares, possibilitando realizar análises e cálculos de áreas (MAPBIOMAS, 2021).

Figura 6: Procedimentos metodológicos do Mapbiomas



Fonte: MAPBIOMAS (2021)

O desenvolvimento deste estudo utilizou imagens de satélite dos anos de 1985, 2000, 2010 e de 2020 disponíveis na plataforma Google Earth Engine (GEE), a partir do levantamento do Mapbiomas, que é uma ferramenta tecnológica que funciona de forma online em nuvem.

Com isso, foram mapeadas as classes feitas neste estudo adaptado de Vale et al. (2020): Vegetação Nativa; Pecuária; Agricultura; Outros Usos e Corpos D'água. O Quadro 03 apresenta as características das classes mapeadas.

Quadro 3 - Caracterização das classes de uso e cobertura do solo para análise das imagens do Mapbiomas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS
Vegetação Nativa	Área de floresta primária, com vegetação arbórea pouco alterada ou sem alteração. Áreas que após a supressão total de floresta, podem encontrar-se em regeneração.
Agropecuária	Áreas que desenvolvem atividades de produção animal, principalmente Gado Bovino, com o cultivo de pastagens. Atividades produtivas com cultivos agrícola principalmente milho e a soja.
Outros Usos	Áreas: Urbana, extração mineral com presença de solo exposto; manchas de cerrado com vegetação típica de savana; áreas de associação de diversas modalidades de uso não identificados ou com padrão diferente das demais classes mapeadas.
Corpos D'água	Águas superficiais formadoras de espelhos d'água (Rios, Riachos, lagos, barragens e etc).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Vale et al. (2020).

2.4.1 Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa utilizada neste estudo será a exploratória descritiva com uma abrangência restrita aos assentamentos localizados no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará. Conforme Beuren (2004), com o estudo exploratório, busca-se conhecer o assunto com maior profundidade de tal forma a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa. O delineamento desta pesquisa, a qual nos propomos investigar, será de uma possível relação entre os projetos de assentamentos de Reforma Agrária e a ocorrência do desmatamento na área de estudo. A abordagem desenvolvida neste trabalho, classifica-se como uma pesquisa quantitativa, pois uma vez que, de acordo com Martins & Bicudo (2005), a temática discutirá fatos, por todo conjunto da obra podendo tornar-se objetivo através da observação sistêmica.

2.4.2 Coleta de Dados

Buscou-se apoio teórico e conceitual sobre a dinâmica do tema do desmatamento em projetos de assentamentos, que foram obtidos por meio da análise de artigos científicos nacionais e internacionais, relatórios e publicações institucionais compondo uma pesquisa bibliográfica a partir das bases acadêmicas e de periódicos como a Scielo, Capes e Google acadêmico que fossem mais recentes.

Os dados cartográficos utilizados nesta pesquisa foram as informações de uso e ocupação do solo do município de Conceição do Araguaia nos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020. A partir do levantamento do Mapbiomas que utiliza o tratamento das mesmas no software Qgis na versão 3.14.16, onde foi realizado os cálculos da área de cada classe e a composição dos mapas que permitiu analisar as transformações ambientais (MAPBIOMAS, 2021).

Outra informação levantada neste trabalho foram análises das transformações de uso e ocupação do solo em locais de assentamentos rurais do referido município. Assim, buscou-se informações em formato *shapefile* dos mesmos na plataforma do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

2.4.3 Análise de Dados da Pesquisa

As pesquisas que tratam de questões ambientais, como as que utilizam produtos e técnicas de Sensoriamento Remoto e de Geoprocessamento são importantes, ainda mais com a particularidade dos impactos provocados pelo homem, pois podem auxiliar no entendimento dos processos de ocupação e no uso dos solos de uma determinada região num determinado período, para com o seu desenvolvimento político e econômico (WATRIN et al., 2005).

Com os dados do Sensoriamento Remoto e de ferramentas de Geoprocessamento é possível sobrepor e comparar diversas informações espaciais, e também oferecer a oportunidade de executar modelagens para simular cenários futuros.

Com essa perspectiva, essa parte da tese tem o intuito de fazer uma análise das mudanças de uso e ocupação do solo no município de Conceição do Araguaia-PA. Isto, para mensurar a evolução do desmatamento ao longo de trinta e cinco anos, a partir do ano de 1985 até o ano de 2020 através de geotecnologias. Esse período foi definido por saber que na história da região se percebe a estabilização e a totalidade do número de regularizações fundiárias de assentamentos rurais nesse município investigado. Isso, a fim de contribuir com os estudos ambientais da região pesquisada.

Com a geração dos mapas em períodos distintos para a análise, produziu dados quantitativos sobre a evolução da agropecuária, da vegetação nativa, dos corpos d'água, e de outros usos. A partir dessas informações foi possível caracterizar os pontos da área de estudo que sofreram os maiores graus da ação do homem, decorrentes das práticas principalmente da pecuária e da agricultura, de outros usos do município investigado (RODRIGUES, 2019).

Além disso, nessas imagens produzidas dos anos investigados foi produzida a sobreposição das áreas dos assentamentos do território do município avaliado, para compor uma comparação da perda da classe de vegetação nativa (VN) em percentual de dentro e fora das áreas de PAs do município avaliado. O estudo teve a intenção de apresentar o cenário evolutivo da composição da cobertura do solo no recorte temporal de 35 anos do município e de seus assentamentos rurais para a discussão do aspecto do desflorestamento e suas possíveis variáveis.

CAPÍTULO 3 – ORDENAMENTO FUNDIÁRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA

Este capítulo foi desenvolvido inicialmente a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental em fontes como o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e a legislação brasileira e apoiado nas entrevistas dos agentes públicos e dos assentados da reforma agrária do município investigado. Esses subsídios serviram para elucidar a história e as características desta região de seu ordenamento fundiário e assentamentos rurais. Antes de dar início às discussões sobre o aspecto do ordenamento fundiário de Conceição do Araguaia, é necessário compreendermos a diferença dos conceitos de ordenamento territorial e de fundiário.

Pollock (2022) esclarece que o ordenamento territorial consiste no planejamento dos usos da terra em um determinado espaço. Esses usos podem ser áreas destinadas à agricultura e pecuária, à conservação, ao uso urbano, à instalação de infraestrutura, ao reconhecimento e proteção do uso da terra por comunidades tradicionais, dentre outros. Já o ordenamento fundiário é o ato do Estado de estabelecer direitos de propriedade ou concessão de uso a quem é de direito, com consequente destaque do patrimônio público e titulação em favor de entes privados, como é o caso em tela da regularização fundiária dos projetos de assentamentos rurais discutidos neste estudo.

3.1 História e a caracterização do município e a regulamentação dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia – PA

No contexto histórico da região norte brasileira, é possível perceber a partir de Feitosa (2003) que a chegada dos migrantes nesta região, mais precisamente no Estado do Pará durante as primeiras décadas do Período Republicano Brasileiro, se inicia a partir do ano de 1889 operando transformações com o processo de distribuição de terras e a implantação de um “modelo” de desenvolvimento político-econômico. O sudeste paraense começou a ser ocupado com migrantes de outras regiões do país por volta do século XIX, quando surgiram as primeiras fazendas, muitas delas ocupando terras indígenas para a extração de recursos naturais (era fundamentalmente a base da economia da região), como fruto de ações do estado e das missões religiosas católicas.

Ressalta-se que o território da região sudeste do Pará, localizado à margem oeste do Araguaia ao rio Xingu até fins do século XIX era ocupado por indígenas que se

autodenominavam Mebengroke. Conforme Cunha (1998), o povo Mebengroke era ligado ao tronco linguístico Jê, que era conhecido como Kayapó.

No século XIX, os missionários capuchinhos, dominicanos e posteriormente os colonizadores estabeleceram-se no território e utilizaram-se da catequese, do comércio de ferramentas e de outros produtos para aproximarem-se do povo Kayapó. Esses contatos acarretaram para a comunidade dos indígenas a redução demográfica pelas doenças e também a redução do território tradicional que habitavam, motivo pelo qual passaram se deslocar e fixaram-se às margens do rio Pau D'arco, afluente do Rio Araguaia, sendo chamados pelos missionários e outros povos indígenas de Kayapó Pau D'arco (CUNHA, 1998).

Alguns governantes da época consideravam os indígenas um problema para estabelecer o desenvolvimento que se pensava em dinamizar na região do Araguaia. Com a expulsão desses indígenas nas décadas finais do século XIX, foi percebido o aumento da navegação no rio Araguaia, facilitando o comércio com Belém. Ainda que a viagem fosse longa e demorada, nem se comparava com as dificuldades de se buscar noutros mercados por via terrestre. A ascensão da coleta do látex da seringueira e a efetiva entrada da chamada frente de expansão com pequenos e médios criadores de gado vindos do sul do Maranhão, e de agricultores voltados para produção de gêneros voltados para a alimentação fizeram com que todas essas atividades fossem estimuladoras para a atração de pessoas para essa região (IANNI, 1979).

É nesse contexto que Conceição do Araguaia, no ano de 1897, caracterizou-se como símbolo da chamada “pacificação” dos Kayapó. Segundo Ianni (1979) aponta, as conquistas dos territórios indígenas foram estabelecidas pela fundação do arraial, e em consequência houve sucessivos confrontos entre roceiros, seringueiros e fazendeiros de um lado, e os indígenas do outro disputando áreas do território do município. Hoje se observa uma estratégia semelhante na tentativa de desterritorialização das comunidades de pequenos produtores familiares, na falta de governança com políticas públicas para estes e no advento da pressão do agronegócio forçando-os a desistir de seus projetos de vida no campo (ARRAZ, 2015).

De acordo com estudos de Luz (2011), esse município pesquisado foi fundado pelo francês Frei Gil de Vilanova, cujo nome Conceição seria recebido em homenagem à Nossa Senhora da Conceição no ano de 1897 e “Araguaia” é uma expressão de origem tupi que significa "rio do vale dos papagaios" e faz referência ao rio que banha a cidade, compondo seu nome. A porta de entrada seria o Rio Araguaia permitindo o fluxo e tráfego de pessoas e mercadorias, também chamado de caminhos d'água. Através de barcos a remo, os produtos como querosene, açúcar, óleo, roupas e cosméticos eram comercializados vindos das principais cidades do Pará, como Marabá e Belém.

As manifestações religiosas que se destacam no município são Santos Reis, que ocorre anualmente no dia 6 de janeiro; o Divino Espírito Santo, anualmente no mês de maio; e Nossa Senhora da Conceição, também anualmente no período de 28 de novembro a 8 de dezembro. Outro destaque na questão cultural da cidade é o artesanato local, em que predomina a utilização do barro e da madeira, a partir dos quais são fabricados potes, filtros, jarros, barcos, garrafas para café e cinzeiros (SEPOF, 2014). Com a abertura da BR 153, conhecida como Belém-Brasília, o fluxo migratório para o sul do Pará aumentou, acarretando um território miscigenado com migrantes de diversas partes do país, destacando a região como uma das principais em conflitos agrários do campo no Brasil.

Segundo Hébette (2004), por muito tempo as terras do sul e sudeste paraense eram ocupadas por povos indígenas, dando espaço ao processo de colonização espontânea com os migrantes ocupando as terras devolutas nas matas do Tocantins e do Araguaia e tornando-se posseiros. Esse processo de ocupação pelos imigrantes foi concomitante aos grandes empreendimentos de infraestrutura que visavam a integração econômica da região ao sudeste do Brasil.

Os projetos de desenvolvimento instalados na Amazônia foram estrategicamente pensados pelos governos militares para atender as demandas dos sujeitos que migraram para a região ou que lá já estavam, mas principalmente para a viabilização geopolítica da exploração mineral e vegetal amazônica. O governo do General Médici (1969-1974) no período da ditadura militar no Brasil colocou em prática o processo de integração nacional, que facilitou com que os recursos naturais da região amazônica fossem destinados a grupos internacionais, nesse contexto constata-se a mesma realidade sendo materializada em Conceição do Araguaia situada no sudeste do Estado do Pará.

A formação fundiária do local da pesquisa é desequilibrada socioambientalmente, economicamente e também politicamente no meio rural e urbano e é motivada principalmente por novos arranjos produtivos nesta região, com uma exploração desordenada de recursos naturais. Esse território passou por uma dinâmica de readequação de projeto de desenvolvimento que se iniciou na década de 1980 até meados da década de 2010 (TEISSERENC, 2016).

Com essa lógica de novos arranjos produtivos, os assentados constroem suas relações interagindo com o território, promovendo de forma desequilibrada o desenvolvimento econômico e social. Cabe ressaltar que nesse território estudado os elementos da resistência caracterizam-se pela expropriação de terras, trabalho escravo ou análogo, sistema de aviamento, atravessadores, dentre outros que degradam as pessoas mais carentes no sentido de suas

vulnerabilidades sociais. Ao analisar a dinâmica de ocupação do território no município de Conceição do Araguaia, na perspectiva de seu desenvolvimento, são perceptíveis diversos desafios impostos pelas lógicas de organização que se formaram a partir da movimentação dos atores sociais da governança e de assentados familiares organizados e das disputas que se travam tanto em termos de espaço físico, quanto em relação aos espaços de poder (BOURDIEU, 2010).

Com essa abordagem se instala o objetivo da pesquisa que busca analisar a construção desses novos espaços de vida e da formação dos atores que compuseram esses PAs na tentativa de compreender e refletir sobre a polarização existente na luta de classes, abordando os movimentos sociais que participaram, como as lutas pela terra, se houve e existe acesso a serviços públicos, educação e saúde, produção e verticalização sustentável, como também a sua relação com os mais diversos atores e segmentos; observar se há organização política e ambiental do território, passo esse fundamental ao desenvolvimento territorial sustentável.

Assim, o município de Conceição do Araguaia, na sua estruturação fundiária, é caracterizado pelas frentes de expansões de desenvolvimento econômico dos grandes projetos agropecuários a partir de meados da década de 1970 até a década de 1990. Com isso os conflitos do campo foram intensificados e abrangiam não só o Estado do Pará, mas os Estados do Maranhão, Goiás (atual Estado do Tocantins) e o Mato Grosso (MELO, 1999). É importante ressaltar que esse território de Conceição do Araguaia destaca-se como uma grande área de fronteira agrícola, onde a disputa por terra resulta em assassinatos, deslocamento compulsório de comunidades tradicionais, entre outras. Nesse contexto a Igreja Católica teve uma contribuição importante por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na organização dos trabalhadores rurais e no diálogo para minimizar os conflitos pela terra (MELO, 1999).

Conforme Intini (2004), os movimentos sindicais, através dos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs) e das delegacias sindicais, posteriormente Movimento dos Sem Terras (MST), mobilizavam os trabalhadores rurais para o enfrentamento aos latifundiários para conquistar a tão sonhada terra, e o INCRA difundia o encaminhamento das regularizações para a criação dos projetos de assentamento. Os anos 1990 ainda foram marcados por intensas mobilizações dos trabalhadores rurais na região por influências de eventos temáticos fortes como a realização do “Grito do Campo” (em 1991 e 1992), do “Grito dos Povos da Amazônia” (1993) e, a partir de 1994, do “Grito da Terra Brasil”.

Com essas mobilizações organizadas, houve em seguida uma maior ação nas ocupações e em consequência logo após um maior número de regulamentações de assentamentos rurais no município. Podemos assim considerar que o debate político e atuante da classe de trabalhadores

familiares tornou-se um elemento que influenciou diretamente a construção social de pautas de reivindicação e de conquistas. Sendo responsável pela distribuição de recursos públicos através de diversas políticas governamentais, fazendo surgir novos arranjos produtivos e novas formações sociais e interferindo diretamente na distribuição demográfica e fundiária na paisagem desta região (INTINI, 2004).

3.1.1 Regulamentação dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia-Pará

Nessa parte do estudo foi realizado um resgate histórico do ordenamento fundiário, na concepção da criação dos assentamentos rurais do município investigado, a partir de outros estudos com bibliografias que tratam dessa temática. Além disso, utilizaremos documentos oficiais importantes fornecidos pelo INCRA e também os PDAs de alguns assentamentos disponibilizados pela ATER.

O Sudeste Paraense nas últimas décadas tem sido alvo de um sucessivo e contraditório processo de reforma agrária baseado na criação de diversos projetos de assentamentos em áreas que antes eram fazendas administradas pelo setor privado, constituídos por comerciantes da região e também por grandes empresas brasileiras como o grupo Bradesco, mas que foram desapropriadas após ocupações espontâneas. Esses projetos de assentamentos são importantes para distribuição de terras para os agricultores familiares sem terra principalmente advindos do Nordeste e Sudeste do Brasil que fazem da terra a principal fonte de sobrevivência (ALVES & BISPO, 2018).

A partir dos conhecimentos prévios de mais de 32 anos vivendo na região de estudo, o modo de vida nos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia é dificultado e desestimulado por alguns fatores importantes como a pressão fundiária do agronegócio gerando conflitos pela posse da terra, a falta de infraestrutura em estradas para escoar as pequenas produções familiares, a falta de energia em vários PAs, transporte de péssima qualidade, quando existe, uma educação no campo precária e a falta de capacitação para os pequenos produtores criarem mais viabilidade e sustentabilidade nas UFPs (ALVES & BISPO, 2018).

Os modos de migração e exploração iniciados no meio rural se projetam para o meio urbano com os empresários locais e os atravessadores são responsáveis por determinar os preços dos produtos e dominar os espaços de comercialização na feira pública na região estudada, há a formação de carteis de postos de combustíveis, e boicote dos supermercados às iniciativas de comercialização dos agricultores familiares. A mesma lógica de exploração é reinventada,

impactando negativamente as classes mais pobres, o modo de produção rural e a vida dos pequenos produtores nos PAs (PUPIO, 2018).

Esses assentamentos rurais foram implantados sem nenhum planejamento prévio na região de Conceição do Araguaia - PA o que os inviabilizou econômica e ambientalmente ao longo dos anos principalmente pela falta de governança e política pública organizada. A inviabilidade é confirmada pela leitura dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) desse município. Para esse estudo, o representante e chefe da empresa de ATER Coopvaga forneceu os Planos dos assentamentos Centro da Mata, Chibil, Novo Araguaia, Pecososa, Santa Mariana e Marrecas do Araguaia. Esses documentos atestam a falta de planejamento institucional nas desapropriações realizadas pelo INCRA.

Ainda com relação aos PDAs, podemos destacar que a maioria dos assentados que migraram para a região do município estudado e que foram contemplados na época de sua regularização eram oriundos em sua maioria dos seguintes estados da federação: Pará, Goiás, Maranhão, Ceará e Minas Gerais.

Atualmente, em Conceição do Araguaia, segundo dados do SIPRA/INCRA (2018) e o documento oficial do INCRA (2021), (Tabela 01), os projetos de assentamentos contam com 4.338 famílias assentadas, numa área total de 227.193,62 ha em 38 Projetos de Assentamentos rurais regularizados.

Tabela 1 - Projetos de Assentamento rurais Criados em Conceição do Araguaia-PA.

Ord	Projeto de Assentamento	Quantidade de famílias assentadas	Área (ha)	Data criação
1	PA Joncon/3 Irmãos	377	25.211,7089	07/08/1987
2	PA Ingá	99	10.650,4272	23/03/1988
3	PA Menina Moça	67	3.596,0000	11/11/1988
4	PA Arraias	73	4.006,0000	31/10/1991
5	PA Centro da Mata	103	4.356,0000	02/09/1992
6	PA S. José dos 3 Morros	20	2.500,0000	24/09/1992
7	PA Ingá II	70	4.531,3165	12/08/1993
8	PA Ingá III	70	3.368,1539	12/08/1993
9	PA Apertar da Hora	72	4.356,0000	22/07/1994
10	PA Lontra	69	2.441,1850	23/10/1995
11	PA Pecosa	180	7.922,7200	23/10/1995
12	PA São Domingos	65	2.470,8200	23/11/1995
13	PA Santo Antônio	77	3.801,7198	17/05/1996
14	PA Canarana	305	12.851,2900	24/09/1996
15	PA Cural De Pedras	154	8.223,2380	24/09/1996
16	PA Maria Luiza	79	3.694,6300	06/11/1996
17	PA Nazaré	245	12.968,0000	14/07/1997
18	PA Novo Araguaia	85	3.747,0000	14/07/1997
19	PA Gaúcha	90	3.965,5093	10/09/1997
20	PA Pe Josimo Tavares	1126	60.655,7060	07/10/1997
21	PA Milhomem	53	1.630,8525	15/10/1997
22	PA Primavera E Outros	47	2.901,8500	22/10/1997
23	PA São Raimundo	19	970,2000	16/11/1998
24	PA Indiaporã	63	2.639,0000	14/01/1999
25	PA Santa Cruz	41	1.742,4000	05/10/1999
26	PA Chibil	76	2.488,8055	30/12/1999
27	PA Pedra Preta	49	2.447,6846	30/12/1999
28	PA Santa Eudóxia	71	3.436,1714	15/06/2000
29	PA Marrecas Do Araguaia	93	3.676,3451	26/11/2001
30	PA Paragominas	35	1.554,7527	20/09/2004
31	PA Cocalinho	28	1.281,4276	25/11/2004
32	PA Consolação	90	4.117,0468	08/08/2005
33	PA União Batente	103	4.030,3708	27/11/2009
34	PA Aguas Claras	28	1.434,1175	29/12/2009
35	PA Santa Mariana	50	1.829,3971	29/12/2009
36	PA Cristo Rei	34	1.366,000	09/11/2015
37	PA Estivas	64	2.774,6179	19/05/2015
38	PA Capivara	68	1.970,0000	04/11/2016
	TOTAL	4.372	225.638,4641	

Fonte: Planilha fornecida pela Unid. do INCRA, 2021 - Adaptado pelo autor (2022).

A tabela 1 demonstra que a grande maioria das regularizações de PAs realizadas pelo INCRA se efetivaram antes dos anos 2000. Foram 27 assentamentos rurais dos 38 atualmente instituídos. Isso se deve talvez pelas ações coordenadas dos movimentos sociais organizados nas suas ocupações espontâneas e por uma maior cooperação do poder público para resolução dos conflitos pela terra nesse período.

Segundo informações de técnicos do INCRA na unidade de Conceição do Araguaia, desde 2018 os processos de regulamentações de novos assentamentos rurais se encontram parados, sendo que as mais de 4 mil famílias nos assentamentos vivem de forma difícil e precária sem apoio e suporte para suas atividades produtivas. Nos últimos anos sofrem muitos deles com a pressão de grandes produtores de soja na oferta para a compra e o arrendamento de UFPs para esta produção, que se materializam de forma irregular, havendo uma reconcentração fundiária sistemática no município. Não há fiscalização ambiental do IBAMA nas defesas de áreas protegidas. A unidade dessa instituição na cidade foi fechada há mais de sete anos e não existe pessoal suficiente no INCRA para realizar ações de fiscalizações fundiárias. Dessa forma não há controle efetivo dos reais beneficiários da reforma agrária sob o aspecto legal de suas funções sociais e também fica sob risco grave o meio ambiente nas áreas de assentamentos, sobretudo com o aumento do desmatamento.

3.2 O ordenamento e reordenamento fundiário nos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia-PA

Com o aporte do método da análise de conteúdo já mencionada na metodologia desta tese, analisou-se a partir de discussões dos dados fornecidos pelas entrevistas como foi constituída a regularização dos assentamentos rurais e a realidade nos rearranjos das UFPs com relação à pressão do agronegócio sobre os assentados da reforma agrária e as suas atividades produtivas no município investigado.

Pupio (2018) em seu estudo na região afirma que são frequentes os conflitos agrários na região de Conceição do Araguaia no sudeste paraense, ainda que, com saldo positivo para o movimento social, como a quebra da hegemonia do grande capital que estava à frente das muitas fazendas que foram instaladas nas décadas de 1970 e 1980 e que mais tarde foram transformadas em áreas de assentamentos rurais, mas que atualmente são ameaçadas pelo mesmo modelo de desenvolvimento capitalista nomeado de agronegócio. Essa é uma estratégia diferente de retomada dessas áreas pela pressão do capital com a expansão dos produtos agrícolas de grãos, que são mais valorizados no mercado internacional, principalmente o modelo de produção da soja.

Esse modelo que está sendo desenvolvido na região estudada dificulta a fixação e manutenção dos pequenos produtores nos seus lotes nos assentamentos rurais. Segundo a entrevista cedida no dia 10/08/2021 pelo Técnico 1 do INCRA, esse relatou que a situação de posse irregular de UFPs nos PAs existe devido a repasses irregulares sendo feitos das mais

variadas formas e infelizmente não existe pessoal suficiente para a realização de fiscalização nos assentamentos para coibir parte de tal prática. Corroborando com essa realidade irregular, em entrevista fornecida no dia 11/02/2022 pela produtora assentada Joana no PA Pe. Josimo Tavares, comumente chamada pela comunidade em geral de PA Bradesco⁷, a entrevistada afirma:

Estou aqui nesse assentamento desde o início, e lhe digo dos que entraram na ocupação conosco, não têm mais nem vinte por cento dos companheiros e companheiras. Os produtores de soja estão comprando muitas áreas do PA Bradesco para produzirem. Então daqui uns 10 anos vai concentrar tudo novamente nas mãos de uns dois ou três grandes produtores. Falta apoio para a gente. Eles oferecem dinheiro fácil pelas terras. A situação tá difícil, então vendem (PRODUTORA JOANA, 2022).

Fica claro com essa fala da assentada Joana que a irregularidade é um fato e que já existe uma reconcentração de terras advindas da reforma agrária para a produção de soja. É necessária uma força-tarefa urgente para coibir tal prática e de mais apoio do poder público na liberação de créditos rurais para os projetos produtivos familiares. Há irregularidades nos lotes com indivíduos que não constam na relação de beneficiários do INCRA, acarretando um comércio especulativo nas áreas de assentamento por produtores capitalizados que não tenham perfil para serem contemplados pelo INCRA. Pode-se fazer uso da instrução normativa 71 que o INCRA lançou tardiamente em 2012, mas que tenta combater a compra e venda de lotes nos assentamentos rurais. Em seu texto regulamenta que é proibida a venda de lotes que não tiverem posse de domínio do INCRA (Contrato de Concessão de Uso ou Título de Domínio) com pelo menos 10 anos de emissão. O eventual comprador não poderá regularizar esse lote (TERENCE, 2013).

O agronegócio apropria-se das terras, inclusive de assentamento agrário, em especial para a plantação de soja em um avanço exponencial nos últimos anos. A ausência do poder público, de uma governança local, estadual e federal provoca uma mobilização dos pequenos produtores que constituem a resistência aos projetos de exploração do capital, e o apoio dado pelo Estado é favorável ao modelo econômico de desenvolvimento do município, o do grande capital.

⁷ O Projeto de assentamento rural Pe. Josimo Tavares, foi regularizado pelo INCRA em 1997. Antes era a grande fazenda Bradesco gerida pelo grupo empresarial Bradesco por muitos anos até a sua desapropriação para reforma agrária citada. Por essa relação com o grupo que administrava a referida fazenda, a população em geral ainda a cita a área do PA como “Região do Bradesco” (PUPIO, 2018).

Uma evidência que leva a essa constatação é a presença do poder público municipal nos espaços de divulgação desses empreendimentos (câmara municipal e comunidades) e o apoio dado aos projetos desenvolvimentistas como parcerias na construção e melhorias das estradas vicinais que ligam principalmente as áreas de produção da monocultura da soja, sob a égide do discurso de desenvolvimento do município com geração de emprego e renda.

O mesmo apoio tem sido observado nos níveis de poder estadual e federal com a legalização oficial dos empreendimentos em áreas de reforma agrária, ignorando o uso de agrotóxicos na contaminação dos solos e dos cursos d'água, como rios, riachos e águas subterrâneas da região. Essas servem como fonte de alimentação e apoio à produção para as comunidades rurais nos assentamentos rurais, que atuam ainda em pequena escala com sua diversidade produtiva, favorecendo assim o que fatalmente terá como consequência a expropriação dos agricultores nas áreas mapeadas, sobrepostas aos assentamentos. Assim, a área destinada à reforma agrária, concedida aos agricultores em ato institucional está sendo autorizada, também oficialmente, para empreendimento de monoculturas como a da soja (PUIPIO, 2018).

Os novos empreendimentos do capital, visando o lucro, como nos plantios da soja, alcançam êxito por encontrar no território local o apoio necessário pelo poder público, principalmente político, na contraposição de um modelo de produção das populações tradicionais que resistem culturalmente no implemento da pequena produção familiar, pois os governantes valorizam mais o que é de produção industrial ou o que é produzido por grandes marcas em empreendimentos.

Nos assentamentos rurais do Sudeste paraense e em Conceição do Araguaia-PA, Domingues e Bermann (2012) afirmam que o uso de áreas para a produção de soja está cada vez mais presente e avançando na tática que os investidores vindos de outras regiões utilizam para o acesso às terras, arrendando ou comprando pequenas propriedades rurais. O arrendamento atrela o agricultor familiar ao modelo de produção capitalista que em alguns casos passa a trabalhar para o grande empresário contrariando a lógica de produção familiar. Todas essas práticas são evidentes nos PAs do município investigados.

Na situação de compra de propriedades, há a conseqüente concentração de terras na junção de várias pequenas propriedades rurais, muitas delas efetivamente em áreas de assentamento rural, por meio de compras ilegais sem a devida titulação e ciência do INCRA, na contramão da reforma agrária realizada nas últimas décadas com muita dificuldade a favor de famílias que não conseguiram resistir ao agronegócio.

Outro ponto observado nos PAs no município estudado nesta tese, Domingues e Bermann (2012) identificaram a dinâmica da inserção da monocultura da soja na região de PAs e grande parte do alimento consumido pelas famílias nas UFPs passa a ser adquirido da cidade, transformando o agricultor familiar em trabalhador rural. Isso desperta um alerta sobre a possibilidade de retrocesso com o modelo de concentração de terras no município pelo grande capital, no qual as práticas de preservação dos recursos naturais não são respeitadas.

A partir de dados apresentados por Miranda e Silva (2016), o município desta pesquisa já desponta como uma área produtivamente consolidada, juntamente com outros municípios do Estado do Pará: Dom Eliseu, Floresta do Araguaia, Redenção entre outros municípios da mesorregião do sudeste paraense, operando desde 2000 com a produção de soja, teve 188.799 ha de área plantada em 2014. Essa produção tem parte destinada à exportação, outra parte para a produção de biocombustível e formulação de ração.

Cabe ressaltar que no bioma amazônico, embora existindo a moratória da soja que consta do pacto ambiental realizado entre entidades representativas dos produtores de soja no Brasil, ONGs ambientais e o governo federal, em 2006 a produção na região amazônica foi normatizada. Com vista à adoção de medidas contra o desmatamento da Amazônia, foi oficializado em Lei 11.326 de 24 de julho (BRASIL, 2006) e normatizado pelo MMA na mesma data no ano de 2006. E mesmo assim, o que se tem visto é o avanço da produção de soja principalmente na região sul paraense em áreas não degradadas e irregulares de assentamentos rurais sem o devido respeito às normativas ambientais e legislações vigentes por parte desses empreendimentos do capital da soja.

A pressão ambientalista não consegue fazer força na tomada de consciência ecológica para a mitigação aos danos ambientais do desenvolvimento da monocultura da soja na região amazônica e no sudeste paraense. Os problemas desconsiderados nas teorias convencionais ainda favorecem o agronegócio crescendo em produtividade e avança o desmatamento a cada ano em novas áreas antes destinadas às pequenas propriedades familiares. Essa realidade ainda é replicada na atualidade no mundo rural (VEIGA, 2006).

Na Amazônia, especialmente no Sudeste Paraense, a prática da agricultura familiar tem representado bem mais que uma fonte de emprego e renda para centenas de famílias. Para Stead e Stead (2000), o principal desafio de um desenvolvimento com base sustentável é a sinergia entre os aspectos ambientais, sociais e econômicos de determinado meio, garantindo assim a qualidade de vida das atuais e futuras gerações, com todos os demais seres que fazem parte da natureza. De acordo com os referidos autores, o entendimento sobre sustentabilidade pode mudar ao longo do tempo, tendo em vista que os sistemas são dinâmicos e suas relações estão

em constante mudança e adaptação. É possível evoluirmos como uma sociedade mais preocupada com o nosso meio ambiente e com as dimensões da sustentabilidade (econômico, sociocultural e ambiental).

Como proposição, tem-se buscado um processo de desenvolvimento rural que tenha como base um crescimento econômico qualitativamente distinto e que possibilite o aumento ao longo do tempo do conjunto de bens econômicos, ecológicos e socioculturais, reforçando a necessidade de aliar de forma interdependente ao crescimento econômico: justiça social e conservação dos recursos naturais como os que poderiam ser encontrados nos PAs que foram objeto desse estudo. Considera-se ainda que o estabelecimento dessa interdependência favorece a igualdade de oportunidades, possibilitando um aumento do número de pessoas com maior formação intelectual e a consequente maximização do crescimento econômico (ASSIS, 2006).

Esse modelo de desenvolvimento local se adéqua à realidade das pequenas propriedades, sejam elas os assentamentos rurais da reforma agrária ou as comunidades rurais onde a base do trabalho está na unidade familiar. O modelo familiar, bem estruturado, com políticas públicas adequadas, pode ser econômica e socialmente eficiente, assim como sensível às questões ambientais, trazendo elementos que contribuem para o alcance de uma perspectiva mais sustentável. Infelizmente não são essas condições que identificamos nesta pesquisa (GEHLEN, 2004).

A agricultura sustentável, em especial o padrão agroecológico de produção, surge como uma opção para os agricultores excluídos do sistema produtivo oriundo do padrão de produção praticamente “imposto” pela Revolução Verde (BRUM, 1985; ALTIERI, 1989; EHLERS, 1996; FLORIANI; FLORIANI, 2010).

A Agroecologia surgiu como um enfoque novo ao desenvolvimento agrícola mais sensível às complexidades das agriculturas locais, ao ampliar os objetivos e critérios agrícolas para abarcar propriedades de sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade junto ao objetivo de uma maior produção (ALTIERI; YURJEVIC, 1991. p. 26).

A agroecologia poderia ser um caminho de construção desses novos ambientes criados (PAs). Ela representa uma alternativa viável de produção animal e vegetal e se baseia em tecnologias que atendem os princípios de produtividade, rentabilidade e qualidade do produto, além de levar em consideração os aspectos sociais e ambientais. Como busca estabelecer um ambiente na propriedade rural mais equilibrado em seus aspectos físicos e biológicos, torna a produção agropecuária mais sustentável para todos que vivem nos assentamentos rurais,

incrementa a qualidade de vida do produtor e minimiza com efetividade os danos ambientais em constante aumento no modelo do agronegócio (ALTIERI, 2002).

Se houvesse governança valorizando os pequenos produtores familiares que têm a prática de cuidados e trabalho com a terra cuidando da sustentabilidade, em especial os assentamentos rurais e as comunidades tradicionais, teríamos uma inversão na centralidade das grandes para as pequenas propriedades, mudando esse quadro caótico de insustentabilidade nas áreas de reforma agrária por todo o país. O maior desafio para as pequenas produções familiares é a inversão da lógica do grande capital “Agronegócio” nas tentativas de usá-las em pequenas empresas da agricultura familiar, como as encontradas nos PAs, para uma lógica que atenda suas especificidades no trabalho e produção do pequeno produtor familiar, como as diversificações produtivas e de subsistência da agroecologia, por exemplo, entre outras.

3.3 A história dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia-PA

Nesta parte do estudo analisou-se o histórico de como se constituíram os assentamentos rurais do município pesquisado, com o uso da análise de conteúdo, na discussão de autores que tratam o assunto, a partir da legislação ambiental vigente e das entrevistas que se somaram a esta pesquisa para se obter uma melhor compreensão dos que ali viviam a realidade nos PAs.

Tomamos a entrevista realizada com o Técnico 2 do INCRA da unidade de Conceição do Araguaia que comenta que a ação do INCRA nunca era planejada no sentido de organizar o público a ser assentado, pois os trabalhadores e/ou posseiros atuavam de forma organizada na ocupação de grandes fazendas, dirimindo a pressão nas disputas por terras contra o latifúndio. Essa dinâmica organizada na luta dos camponeses é percebida na fala do Produtor João em 10/02/2022.

Aquí na Jocon nos unimos com todos os trabalhadores, ocupamos a antiga fazenda e abrimos picada dividindo os lotes de forma justa, quem chegava primeiro escolhia primeiro, não tinha confusão, a gente se entendia, depois de um tempo o INCRA veio e regularizou fazendo a desapropriação e legalizando para nós, e foi o primeiro assentamento rural regularizado de nosso município (PRODUTOR JOÃO, 2022).

Com relação aos aspectos de criação de assentamentos rurais para reforma agrária, Homma et al. (2001) afirmam que enquanto a ação do INCRA nos projetos de assentamentos do Sudeste Paraense tem sido muito mais em regularizar fatos consumados das ocupações face à agressividade do processo de ocupação feitos por trabalhadores familiares, do que

desenvolver uma dinâmica de política pública com o foco para uma reforma agrária e com um planejamento estratégico nesse sentido.

Dessa forma, o INCRA, órgão de regularização fundiária, quando chegava nas ocupações em visitas já não tinha como contribuir com planejamento ou com alguma ação coordenada, pois as divisões dos lotes já haviam sido realizadas pelos integrantes das ocupações espontâneas, como evidenciado na fala do Produtor João do Assentamento Jocon em que ainda faz referência por ter sido o primeiro assentamento rural regularizado no município de Conceição do Araguaia.

O INCRA somente efetivava a regularização. Na maioria das vezes, os colonos desconheciam as legislações ambientais, pois era perceptível que a cada conquista de uma nova UFP nos assentamentos rurais do município existia um avanço na derrubada da vegetação durante as ocupações e após a regularização. Isso se confirma nas falas da maioria dos entrevistados desta pesquisa e de forma mais contundente nas contribuições dos Produtores João e Dara, nas entrevistas cedidas dia 10/02/2022 e 11/02/2022 respectivamente. Esses afirmam veementemente que era uma prática da grande maioria dos assentados em todos os assentamentos rurais. Assim que adquiriam o seu lote, realizavam uma derrubada de vegetação seja para iniciar um processo de plantio de pasto para a criação de gado ou para o plantio agrícola. Uns derrubavam poucas áreas, quando a fazenda desapropriada já não detinha boa parcela de floresta, e outros desmatavam uma maior área, porque ainda havia uma área de mata considerável. Sendo assim, nessa hipótese, teriam que obter espaço para as atividades produtivas dos assentados familiares. Esses e outros entrevistados nas áreas de assentamento confirmam que não recebiam visitas de técnicos do INCRA e/ou fiscais do IBAMA para alguma orientação ou autuação de cunho ambiental.

Nessa perspectiva dos relatos do agente público do INCRA e dos assentados familiares, somadas aos pressupostos de Soares (2008), torna-se mais claro que as causas para o avanço do desmatamento nas áreas de assentamentos rurais são que a maioria dos projetos de assentamento não foram planejados e suas áreas escolhidas não possuíam uma definição pelas suas características agronômicas, tampouco por algum conhecimento dos assentados sobre a legislação ambiental e sem orientação de nenhum organismo institucional como INCRA ou IBAMA. Por tudo isso, os assentados familiares dificilmente teriam condições de respeitar as Áreas de Preservação Permanente (APP) ou as Reservas Legais (RL), aumentando dessa forma a ocorrência de desmatamento ilegal. A existência de um planejamento nas áreas de assentamentos, nas dimensões agrícola, econômica, social, de distribuição estrutural e das

Reserva Legais, poderia configurar-se em um dos instrumentos mais importantes da gestão ambiental rural. Isso é confirmada pela fala do Técnico do INCRA entrevistado em 10/08/2021.

Não era indicado e possível em todos os mais de 25 anos que atuo nesta unidade do INCRA, que houvesse planejamento em alguma área em disputa agrária para reforma agrária, com a exceção do PA Bradesco, não era realizada as divisões das unidades de lotes para as famílias que seriam contempladas e muito menos sobre as áreas protegidas, quanto as legislações ambientais, quando chegávamos lá nas áreas já estava tudo dividido pelos colonos que ocuparam as fazendas, só atuávamos realizando a regularização” (TÉCNICO 1 - INCRA, 2021).

Nesse sentido em entrevista cedida pela produtora Dara em 11/02/2022, ela reafirma o que o Técnico 1 do INCRA aponta também na sua fala: as divisões dos lotes nos assentamentos rurais não foram definidas conforme alguma perspectiva de gestão ambiental rural. A falta de planejamento pode gerar problemas graves nos assentamentos, tais como falência econômica, desmatamento ilegal, ineficiência produtiva agrícola e outras (FATORELLI & MERTENS, 2010).

No final dos anos 1990, o INCRA começou a seguir uma ação que seria a de compensar com passivo ambiental dos assentamentos criados na Amazônia. Após diversas negociações, o INCRA admitiu ceder áreas arrecadadas por ele ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para a criação de novas áreas protegidas, como no ato da portaria que cria o assentamento rural Pe. Josimo Tavares, que comumente chamam de Bradesco, sendo o único na região do município de Conceição do Araguaia que obteve essa regularização da criação da área protegida de reserva legal para a tutela do IBAMA, e que pode ser confirmada na entrevista cedida pelo técnico da unidade do INCRA de CDA em 01/09/2021.

[...] só teve um assentamento rural que foi o Pe. Josimo Tavares, que chamam de Bradesco, que conseguimos realizar as divisões de alguns lotes para serem entregues, e tivemos pouco tempo para a demarcação da Reserva legal de 50% da área em 1997, que na época era referente ao passivo ambiental, por força de lei, mas conseguimos” (TÉCNICO 2 - INCRA, 2021).

O PA Pe. Josimo Tavares foi o único do município investigado a obter uma área de passivo ambiental com esta finalidade porque esse serviu para o INCRA como uma espécie de modelo que viesse a ser seguido respeitando as áreas de preservação. Assim foi acordado com o grupo que acampava ao lado da fazenda Bradesco em 1997. De pronto foi efetivada a regularização por uma equipe do INCRA advinda de Brasília após esse aceite (ARRAZ, 2015). A Produtora Joana, que esteve na luta pela terra proveniente da fazenda Bradesco e ainda mora no referido assentamento, em entrevista relatou que:

[...] Foi muito sofrimento até sair a regularização dos nossos lotes no assentamento Bradesco, acampamos fora da área da fazenda mais de três meses passando fome e muitas vezes sem água, após muita luta nossa em 1997 o Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann veio pessoalmente aqui dizer que tinha sido efetivada por meio de decreto a desapropriação da área e que haveria uma reserva ambiental em gleba única para servir de passivo ambiental de nosso assentamento, após isso ficamos mais de nove meses acampados já dentro da fazenda esperando as divisões, após pressões nossas em Brasília, veio uma equipe do INCRA realizar as demarcações conosco, nós participamos de tudo” (PRODUTORA JOANA, 2022).

Após a efetividade da criação do passivo ambiental proveniente da desapropriação da antiga fazenda Bradesco para o atual PA Pe. Josimo Tavares, nenhum outro projeto de assentamento do município investigado foi desenvolvido pelo INCRA com essa particularidade da preservação vegetativa, fato que foi investigado neste estudo, mas não houve resposta pelos agentes públicos pesquisados.

Alencar et al. (2016) ressaltam que no governo de Fernando Henrique Cardoso houve algumas tentativas de atender as legislações ambientais nas dinâmicas de criações de assentamentos por meio do INCRA na década de 1990, como o atendimento das demarcações de áreas de reserva legal e de proteção permanente no atendimento das licenças ambientais, no entanto não obtiveram êxito para essas prerrogativas importantes. Sendo assim, essa questão foi tratada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e a partir de deliberações deste, foi exigido do INCRA que os assentamentos rurais fossem licenciados ambientalmente a partir da Resolução CONAMA 237/97.

Devido à dificuldade de operacionalização deste trabalho, o INCRA não conseguiu atender as exigências ambientais do CONAMA. O mesmo Conselho promulgou em 2001 a Resolução 289, que estabelece um modo de licenciamento simplificado para os assentamentos, que não obteve adesão institucional em sua execução pelo INCRA. Depois dessa segunda resolução, o INCRA continuou a não atender o que se pregava legalmente. Com novas negociações junto ao CONAMA, em 2003, chegou-se a um termo de ajustamento de conduta (TAC), no qual se comprometeu a licenciar todos os novos projetos a serem regularizados no país. Contudo esse termo também não foi cumprido, pois somente 10% dos assentamentos existentes até 2003 eram licenciados (ARAÚJO, 2006). Não se justifica essa atitude institucional e de insistência em não atendimento aos dispositivos legais, cabível em procedimentos administrativos e jurídicos. Isso fica evidente na afirmação do Técnico 2 da unidade do INCRA em CDA em 01/09/2021:

Na década de 1980 não tínhamos orientação e muito menos determinação de superiores do INCRA, nas áreas de assentamento para definição de áreas protegidas, como de reserva legal, nada de lei para isso, na década de 1990 houve algumas leis nesse sentido, um tal de CONAMA, mas para a gente que atuava diretamente com as regularizações e organizações dos lotes em assentamento rural nada foi feito para licenciamento de assentamento e outras coisas afins, só mesmo na Bradesco com a orientação da Reserva legal que criamos junto com o IBAMA”. (TÉCNICO 2 - INCRA, 2021).

No ano de 2005, um seminário sobre o tema produziu uma proposta para reformular novamente o processo de licenciamento dos assentamentos rurais. Em 2006, o Conselho de Meio Ambiente promulgou nova resolução (nº387/06), que previu que uma licença prévia deve ser obtida antes de começar o processo de assentamento para que evitasse os fatos consumados, no qual o INCRA poderia justificar a sua ineficiência. Foi exigido também que os assentamentos antigos passem pelo processo de Licença de Instalação e Operação e simplificou o trâmite no caso de áreas ocupadas por populações tradicionais. Apesar de várias discussões e debates, ainda hoje a maioria dos projetos de assentamento não tem o licenciamento ambiental exigido por medida de lei (ALENCAR et al., 2016).

Os projetos de assentamento em sua grande maioria não conseguem realizar planejamento estratégico produtivo, porque grande parte são ocupados por trabalhadores familiares sem a preocupação de suas características agronômicas para atendimento das atividades por esses empreendidas (NASCIMENTO SOARES, 2008). Com isso, agricultores familiares que têm pouco conhecimento das características agronômicas das áreas que irão trabalhar dificilmente terão condições de respeitar as áreas de preservação permanente (APP) ou as reservas legais. Constata-se com isso que a dinâmica de omissões das instituições de regularização e de assistência técnica era evidente no sentido de instruir a comunidade de famílias assentadas com respeito às legislações ambientais e às áreas protegidas, pois percebemos isso nas falas de agentes do INCRA e ATER entrevistados em 10/08/2021:

[...] as instruções ambientais eram de reponsabilidade das ATERs pois eles prestavam serviço fazendo as orientações da produção agropecuária e não a gente do INCRA, mas lhe digo que a cultura dos assentados era derrubar tudo que é madeira e ainda em pôr fogo em tudo antes da época de plantar” (TÉCNICO 1- INCRA, 2021).

Além do que já foi apontado quanto à falta de cuidado e orientação sobre o respeito às legislações ambientais, outra questão evidente é que as numerosas ocupações ocorrem geralmente em fazendas pouco desmatadas, nas quais as famílias assentadas têm um grande interesse de modificar a cobertura vegetal para ganharem dinheiro com a venda de madeiras, muitas vezes ilegais, ocorrendo como efeito inevitável da implantação dos assentamentos.

Verifica-se essa condição na fala do Senhor José, em 05/09/2021, que é profissional Técnico de uma ATER desde 1996 em Conceição do Araguaia.

Para ser sincero não era uma pratica obrigatória nossa de instruir os colonos dos assentamentos, alguns de nossos técnicos as vezes desenvolvia uma fala para não derrubar arvores e não pôr fogo nos lotes, mas nem sempre dava tempo e os assentados não respeitavam muito o que orientávamos, a cultura de produzir deles era do fogo mesmo” (JOSÉ, 2021).

Um projeto de assentamento corresponde a uma unidade de área destinada ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais, regularizado e reconhecido pelo INCRA, a quem pertence a titularidade do imóvel. A distribuição dos lotes provisoriamente se realiza através do Contrato de Concessão de Uso – CCU, que prevê como uma das cláusulas resolutivas a observação da “legislação ambiental, em especial quanto à manutenção e à preservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente. No entanto torna-se necessária uma explicação e orientação para os efeitos esperados de responsabilidade de seus beneficiários com o respeito aos recursos naturais e limites de atividades produtivas e previsões legais (BRASIL, 2018).

Conforme a Instrução Normativa nº 97, de 17 de dezembro de 2018 do INCRA, a concessão definitiva da área ao beneficiário se dá pela Concessão de Direito Real de Uso – CDRU ou pelo Título de Domínio – TD, havendo também condições resolutivas de caráter ambiental nos mesmos termos do CCU. A grande maioria dos beneficiários, residentes e trabalhadores familiares nos assentamentos do município pesquisado, tem a titularidade provisória, e há negligência nas ações de orientações aos assentados como responsáveis solidários dos impactos ambientais constatados nos assentamentos rurais.

No âmbito do dano ambiental em assentamentos, vislumbram-se como possíveis responsáveis pelo dano ambiental o INCRA, o beneficiário do lote, o ocupante irregular do lote ou ainda terceiro que deu causa à degradação ambiental (ANTUNES, 2012). Com esses apontamentos de possíveis responsáveis pode-se inferir que o ente público, no caso o INCRA, é o negligente na obrigação de fiscalizar o regular usufruto das UFPs e de orientar ambientalmente os assentados familiares que são beneficiados pela regularização dos PAs, como evidenciado neste estudo.

O desmatamento ligado aos assentamentos da reforma agrária tem muita importância e é polêmico, aparecendo repetidas vezes no debate público e na pesquisa de muitos estudiosos do assunto. Essa afirmação ganhou em 2008 mais destaque quando o Ministério do Meio Ambiente (MMA) veio a incluir os projetos de assentamento do INCRA na lista dos maiores

desmatadores da Amazônia. Com dados acumulados, parece difícil determinar a participação de cada categoria de produtor no desmatamento da região amazônica, por falta de dados confiáveis até 1997, sobre a situação fundiária das terras desmatadas e a localização e extensão dos projetos do INCRA. Nas pesquisas de Brandão Jr. e Souza Jr. (2006), estes analisaram, a partir de uma amostra de aproximadamente 350 projetos, que os assentamentos em 2002, instalados no bioma amazônico tinham uma proporção de desmatamento de 49% em média, mas só respondiam por 15% do total do desmatamento da região.

Isso está em conformidade ao estudo de Pacheco (2009), que apontou que 85% do desmatamento ocorre fora das áreas de assentamento do INCRA, ou seja, de áreas privadas de pequeno, médio e grande porte. Contudo vale afirmar que a instalação dos colonos geralmente resulta em mais desflorestamento.

Em entrevista cedida pelo produtor Chico, no dia 08/09/2021, assentado atuante no STTR de Conceição do Araguaia, foi relatado por este que infelizmente os trabalhadores rurais instalados nos assentamentos nem sempre respeitam as legislações ambientais, porque não têm nenhuma orientação para compreenderem e respeitarem as leis que preconizam a preservação das áreas protegidas. Esse entrevistado ainda vai além dizendo que, assim que tinham posse e/ou a regularização confirmada pelo INCRA, a grande maioria dos colonos já derrubava várias madeiras, que utilizavam de imediato para se estabelecer na sua UFP com a construção da casa e/ou cercas. Alguns criavam outras alternativas ao invés de derrubar imediatamente, mas aqueles que derrubavam de início, o faziam para obterem uma capitalização na venda da madeira, mesmo sendo de forma irregular. Colaborando com essa fala do produtor Chico, em entrevista fornecida em 11/02/2022 pela produtora Dara, essa comenta que a maioria dos assentados rurais não tem respeito pelas legislações ambientais. Fazem uso de fogo antes de plantar e para limpar a área e desmatam também as áreas de reserva legal.

Nesse sentido, uma outra motivação do desflorestamento nas áreas de assentamentos foi apontada em forma de denúncia no estudo de Rocha et al. (2010) em específico do assentamento rural Pe Josimo Tavares a partir de sua criação no município objeto desta tese, que seria a ambição pela retirada e a comercialização de madeira por criminosos que se misturam no meio de trabalhadores familiares que são assentados, mas que os seus interesses são da derrubada de árvores nas áreas de reserva ambiental para a venda ilegal em conluio com muitas madeireiras e serrarias da região. Esses crimes ambientais podem envolver também alguns servidores do INCRA, existindo investigações da Polícia Federal para elucidar tais fatos sem ainda nenhuma responsabilização criminal de autores.

Segundo os autores Brandão Jr. e Souza Jr. (2006), mesmo que os assentamentos instalados sejam as mesmas antigas fazendas, já com certo grau de desmatamento, é observado sempre um aumento de desflorestamento após a criação dos projetos, sinalizado por taxas de desmatamento anuais altas, podendo existir uma correlação direta entre ocupação de lotes na fronteira amazônica e ações de desmatamento que se percebe após certo tempo. Esses resultados estão em consonância com os de Fearnside (2005) que mostra que há uma lógica de produção que incentiva boa parte dos pequenos agricultores a desmatar proporcionalmente mais a sua propriedade do que as dos grandes fazendeiros.

Não seria surpresa ter notícias de que projetos de assentamento são responsáveis por uma proporção importante do desmatamento constatada na Amazônia, haja vista que as grandes fazendas do agronegócio desmatam mais do que PAs, sendo assim, ao realizar uma comparação com os projetos de assentamento, que têm muitas centenas ou milhares de famílias. Assim, seria certamente considerada desigual para esse comparativo pela ação pulverizada das pequenas áreas em cada UFPs. Mas um caso em específico no município estudado é o assentamento rural Pe. Josimo Tavares. A fala contundente da produtora familiar Joana ressalta que já vivem com as pressões de produtores de soja fazendo uso de capital financeiro para as compras irregulares e também com o risco à saúde dos assentados familiares pelo contato com os resíduos dos agrotóxicos dessa produção.

Desde o início tem derrubada de árvores dos próprios assentados nas suas áreas e na área de reserva ambiental protegida, são poucos que fazem isso, mas tem! A maioria são gente de fora que invadem a área de reserva. Outro problema é o veneno do agrotóxico, cada ano que passa tá ficando pior, estamos sofrendo com a saúde e com a diminuição da nossa terra, pois existe uma maior concentração de terras aqui no assentamento produzindo soja. Essa nossa terra é boa, então direto estão oferecendo dinheiro para comprarem nossos lotes (PRODUTORA JOANA, 2022).

Compreender a contribuição efetiva dos projetos de assentamento no desmatamento da região Amazônica ainda é uma questão bastante discutível e não pode ser vista de maneira simples, mas de uma forma que integre os diferentes fatores envolvidos, já que o desmatamento está diretamente relacionado ao desenvolvimento social e econômico para os assentados familiares.

Um fator interessante encontrado no estudo de Farias (2018) foi de que quanto maior a densidade de famílias nos assentamentos, maior é a proporção de área desmatada, pois a procura por áreas na região amazônica e no sudeste paraense reflete o ponto de destino de migrantes de outras regiões do país estimulados ou não por políticas públicas. Tal alegação pode ser

fundamentada no estudo do referido autor ao perceber o crescimento populacional do município referente ao período em estudo com o aumento do desflorestamento evidenciado independentemente do tempo analisado.

Como indicativo do IBAMA, que está disposto na Orientação Jurídica Normativa nº 21 de 2010/IBAMA, o INCRA será responsável pelo dano ambiental quando ocorrer três situações:

1. como agente degradador direto (Estado degradador-agente), quando é o próprio empreendedor;
2. como agente degradador indireto (Estado degradador-conivente), quando comissivamente apoia ou legitima, seja com incentivos tributários e crédito, seja com a expedição de autorizações e licenças para poluir, projetos privados que causem dano ambiental; e
3. por omissão (Estado-degradador-omisso), quando despreza ou cumpre insatisfatoriamente suas obrigações de fiscalização e aplicação da legislação ambiental (ANTUNES, 2012).

Diante dessas premissas legais e apontamentos, é incontestável a responsabilização solidária do INCRA prevista nas ações ambientais em curso. Pode-se presumir o litisconsórcio passivo nas ações civis de danos ambientais entre o INCRA, o beneficiário do lote, o ocupante irregular/terceiro que deu causa ao dano, como agente(s) poluidor(es). Nessa prerrogativa faço alusão ao embasamento jurídico no sentido de uma política pública necessária para o Estado brasileiro colocar em prática de orientação e instrução que o INCRA possa a vir promover nos atos de regularização, realizando cooperação técnica com as ATER para as capacitações ambientais aos assentados familiares nos PAs.

3.4 Síntese da Análise de Entrevistas

Cabe assinalar que não existe um desflorestamento homogêneo nos assentamentos, podendo esta prática variar segundo fatores como o tipo de produção, o acesso ao mercado, os padrões culturais dos assentados e o tempo de instalação nos assentamentos. Pode ser visualizada no quadro 4 uma síntese objetiva da compreensão das informações prestadas sobre como cada representação defende ou percebe as questões abordadas.

Quadro 4 - Síntese da Análise de Conteúdo das Entrevistas.

Classes representativas	Resumo das Questões realizadas nas Entrevistas					
	Desenvolvimento do trabalho do INCRA e ATERs	Modo de criação dos PAs	Houve Planejamento Estratégico do INCRA	Fiscalização do INCRA após a regularização fundiária nos PAs	Assentados Respeitam as Reservas, não desmatam	Orientação do INCRA na gestão ambiental dos PAs para Assentados
Técnicos do INCRA	Acreditam que estes desempenham um bom trabalho	Feitas por Invasões	Somente em um PA, nos demais não dava tempo de organizar	Nos primeiros anos após a regularização	Ninguém respeita nada e há muita derrubada	Não somos responsáveis e não teve ordem do INCRA
ATER	Percebem que estes realizam um bom trabalho	Realizadas por Invasões	Dizem que não houve planejamento	Nos primeiros anos após a regularização	A maioria dos assentados não respeitam	Não houve orientação e não teve cobrança do INCRA
STR	Foi realizado um Razoável trabalho	Ocupações em áreas não produtivas	Houve estratégia nossa e não do INCRA	Não houve	Alguns assentados não respeitam	Não houve orientação ambiental
Assentados Familiares	Péssimo trabalho por estes	Ocupações em áreas não produtivas	Houve estratégia nossa e não do INCRA	Não houve	Alguns assentados não respeitam	Não houve orientação ambiental

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Com a síntese das respostas pelas classes de atores sociais no contexto do ordenamento fundiário dos assentamentos rurais no município estudado, fica claro em suas respostas que as diferenças nos discursos dos conteúdos expressos divergem, mas os seus significados são compreendidos no contexto em que são representativos. Compreender a contribuição efetiva dos projetos de assentamento nos impactos ambientais da região Amazônica ainda é uma questão bastante polêmica e não pode ser vista de maneira simples, mas de uma forma que integre os diferentes fatores envolvidos, já que o desmatamento está diretamente relacionado ao desenvolvimento social e econômico, mas é dever institucional do INCRA realizar as orientações e/ou capacitações para essa realidade nas gestões dos PAs em todo o país. No caso em tela, a partir das falas dos pesquisados, fica evidente que a instituição INCRA não realizou as orientações devidas aos assentados nos PAs no que tange à preocupação com o meio ambiente, confirmando a negligência e a responsabilização pelo que seria de sua competência conforme as legislações vigentes no país.

CAPÍTULO 4 - O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PARÁ: A EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO MUNICÍPIO E NOS SEUS ASSENTAMENTOS RURAIS

O desmatamento é caracterizado pela remoção da vegetação nativa de uma determinada área, sendo consequência de um processo histórico de uso e ocupação de um espaço territorial com a predação dos recursos naturais ao longo dos anos. É marcado pela atividade de agentes econômicos que utilizam esses recursos, somado à ausência do Estado em desenvolver políticas de prevenção e fiscalização do desmate das florestas, provocando um conjunto de impactos ambientais negativos, sendo um dos grandes responsáveis pelas mudanças climáticas (INPE, 2015). Assim, neste capítulo, demonstraremos a evolução no uso e ocupação do solo do município de Conceição do Araguaia - PA e de seus PAs com a sobreposição destas áreas para encontrarmos o panorama da perda florestal no período de 35 anos (1985 a 2020), numa correlação de dentro e fora dos PAs nesse município.

4.1 Evolução do uso e ocupação do solo de Conceição do Araguaia e de seus Assentamentos rurais

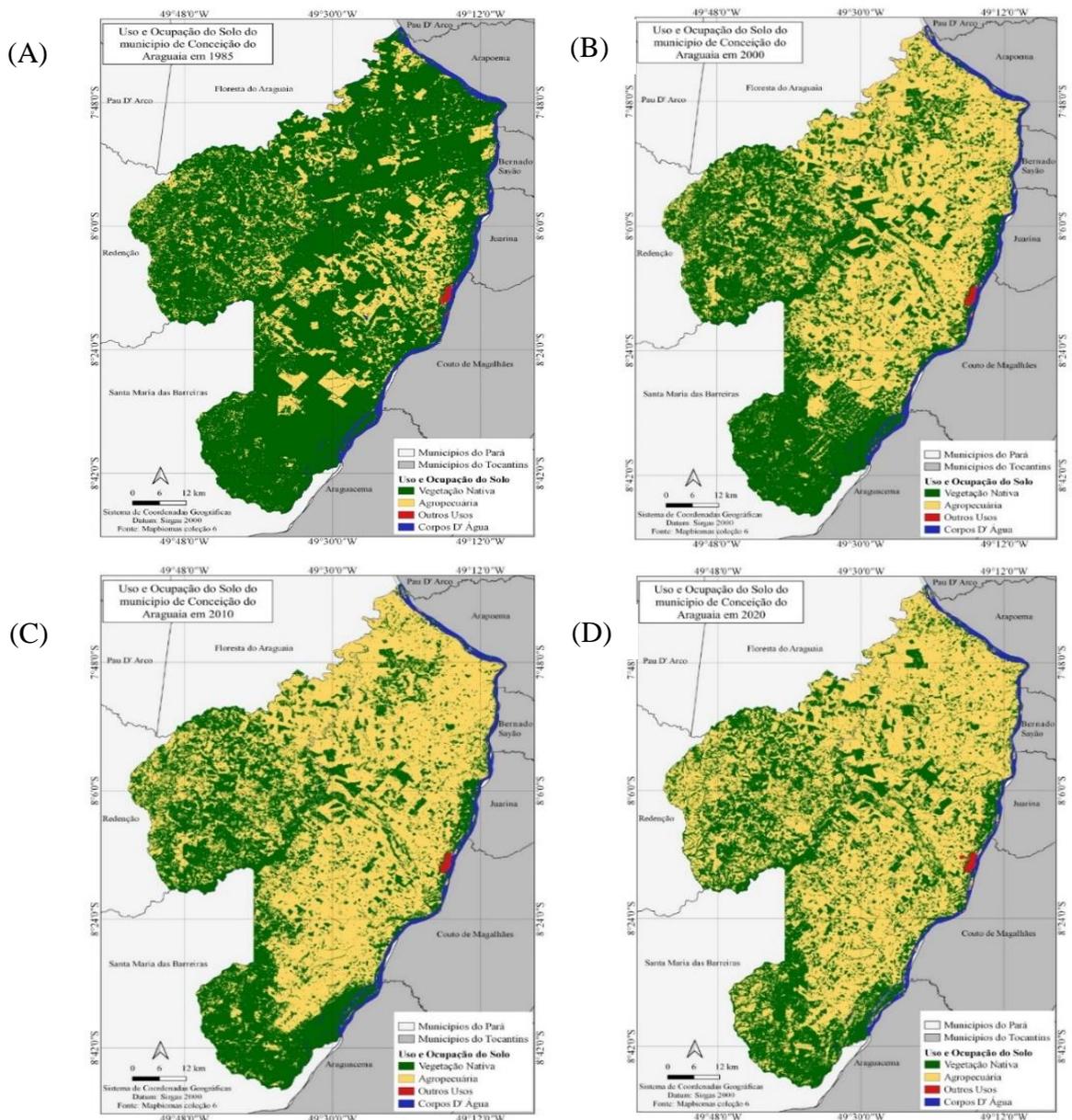
Neste tópico é desenvolvido inicialmente o estudo para analisar a dinâmica multitemporal do uso e ocupação do solo no município de Conceição do Araguaia-PA, sendo utilizado o sistema do Mapbiomas para a construção dos mapas e das tabelas que serão discutidos. O estudo do desmatamento nos assentamentos de pequenos produtores do Sudeste Paraense mostra-se como uma ferramenta importante para a melhor compreensão do que impulsiona a degradação ambiental nesses locais, sendo necessário investigar o contexto da implantação do assentamento e a forma como se deu a consolidação das famílias como pôde ser identificado no capítulo anterior.

De acordo com Vale et al. (2020), os assentamentos se tornaram um conjunto de unidades familiares de produção independentes, com importância socioeconômica, nos quais as famílias beneficiadas buscaram iniciar ou refazerem seus projetos de vida. Ávila et al. (2019), por outro lado, comenta que nessa dinâmica de ações para produzirem seus alimentos como uma nova perspectiva de vida, os assentamentos atuais estão no centro de novos debates sobre a perda de cobertura florestal no Sudeste Paraense, pois são apontados como sendo as áreas que mais contribuem para o processo de desflorestamento na região por conta do desenvolvimento das atividades produtivas não florestais. Desse modo, a atividade agropastoril vem ganhando notoriedade no território municipal de Conceição do Araguaia, nas áreas de fazendas privadas, como também na maior parte dos PAs instalados. Pela infraestrutura viária e boas condições

naturais, a pastagem e a agricultura vêm tomando o espaço das áreas florestais do bioma Amazônico e Cerrado na região.

Conforme Vale et al. (2020), o município de Conceição do Araguaia se encontra numa região de expansão do agronegócio na Amazônia, sendo consideravelmente estratégica sua posição geográfica, situada no chamado portal da Amazônia em área de fronteira no Estado do Pará, fazendo divisa com Estado do Tocantins. Sendo assim, esse município passou por um processo intenso de mudanças do uso e cobertura do solo. Isso pode ser verificado no mapeamento multitemporal das últimas três décadas (Figura 7).

Figura 7 – Evolução do uso e cobertura do solo no território de Conceição do Araguaia - PA, nos anos de 1985(A), 2000(B), 2010(C) e 2020(D).



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

O território estudado tem uma área de 5.836,92 km², correspondendo a 100% do território do município de Conceição do Araguaia-PA. A figura 7 sintetiza-se na evolução do uso e cobertura do solo dos anos 1985, 2000, 2010 e 2020, distribuída em quatro classes, com valores relacionados na visualização de todos os mapas utilizados como o da vegetação nativa, da agropecuária, de outros usos e dos corpos d'água. A tonalidade de cores varia do azul, para os corpos d'água, à verde-escuro para a vegetação nativa, vermelho para outros usos que incluem a parte urbana e por última a amarela para agropecuária.

Ressalta-se ainda que para este tópico, foram realizadas análises comparativas do uso e ocupação dos solos de forma proporcional dentro das áreas dos PAs já regularizados com o total do território municipal, pois, de acordo com cada período de investigação e com suas especificidades melhor descritas, temos uma interpretação mais próxima da realidade, retratando assim a evolução do desmatamento no município e seus assentamentos rurais.

4.1.1 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 1985

De acordo com a extensão do município avaliado e a análise do uso e ocupação do solo em 1985, temos como observação visual do mapa a evidência de uma grande área verde na maior parte do território. Vale ressaltar que nesse ano em específico ainda não existiam assentamentos rurais regularizados pelo INCRA no território desse município. Fica perceptível na época a composição da classe de vegetação nativa sendo predominante. O primeiro assentamento rural criado nesse território municipal foi o PA da Jocon em 1987, sendo um parâmetro do antes das regularizações de assentamentos rurais e o após a estabilidade das atividades dos PAs no uso e ocupação do solo na área investigada.

A análise da ocupação do solo no ano de 1985 mostra que a maior parte do município correspondia à classe de vegetação nativa, com extensão de 4.500,94 km², que representam 77,11% da área total do município com uma área de mata considerada (Tabela 2). Nesse retrato de 1985 não existia área em km² de PA, então em todas as classificações de cobertura do solo nesse período considerou-se o valor percentual de 0,00%, por não existir assentamentos regularizados para esse comparativo das áreas de desmatamento do município com as dos PAs.

Tabela 2 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia - PA e de seus PAs - 1985.

Classes	Área (km ²)	Percentual (%)	Área (km ²) de	Percentual (%)
	Município	Município	PAs	PAs
Cobertura Vegetal				
nativa	4500,94	77,11	0,00	0,00
Agropecuária	1175,92	20,15	0,00	0,00
Outros usos	11,72	0,20	0,00	0,00
Corpos D' Água	148,34	2,54	0,00	0,00
Total	5836,92	100	0,00	0,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

A área territorial de Conceição do Araguaia segue tendência de desflorestamento que se estabelece na região amazônica, na qual as maiores taxas de perda de floresta ocorreram no final da década de 1990 até o ano de 2004. De acordo com Fearnside (2005), a comercialização de madeira dá início ao primeiro ciclo de atividades econômicas da região amazônica que avançaram na floresta. O mesmo autor ainda afirma que com a implementação de uma maior fiscalização e o combate ao comércio ilegal de madeira pelas instituições públicas, percebeu-se uma redução considerável no desmatamento na Amazônia e no município investigado a partir dessas ações.

Vale et al. (2019) apontam que a base da economia municipal na década de 1990 correspondia à extração de madeira com a comercialização e beneficiamento por algumas empresas locais. Cabe destacar que outra dinâmica econômica muito importante na mesma época ainda continuava sendo a agropecuária com a criação de gado bovino utilizando o sistema extensivo com vastas áreas de pastos cultivados, destacando assim, nesse período, com o percentual de 20,15% do território municipal. Dessa forma, fica notório o quão de espaço territorial do município que os PAs ocupam em pouco mais de 10 anos em Conceição do Araguaia-PA. Assim se torna claro que com o aumento exponencial de novos assentamentos rurais nesse município até o ano de 2000, a década de 1990 se apresenta como a maior temporalidade de regularização fundiária da história na região municipal.

4.1.2 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2000

Conforme as análises da cobertura do solo no município, a classe com maior representatividade no ano de 2000 corresponde à agropecuária que veio crescendo ao longo da década dos anos 1990, obtendo 2.858,49 e o percentual de 48,97 % do município, com quase o

mesmo percentual de composição da área com vegetação nativa que cobria 48,32% do território, com uma extensão de 2.820,24 km², sendo a segunda maior área a compor o município (Tabela 3). Já fica perceptível o aumento do desflorestamento com a diminuição da vegetação nativa e com o crescimento da classe da agropecuária no município a partir do mapa da Figura 7(B), que representa a evolução do uso do solo no município pesquisado.

Fearnside (2005) ainda constata que logo após o ciclo do comércio da madeira na década de 1990, nos anos 2000 uma das principais causas da derrubada das matas na Amazônia e no sudeste do Pará se daria pela plantação de pastagens cultivadas para o desenvolvimento da pecuária extensiva. Assim, boa parte dessas áreas foram convertidas em vegetação secundária ou atividades agrícolas, nas quais se destacaram na última década o plantio do milho e da soja.

Tabela 3 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia – PA e de seus PAs - 2000.

Classes	Área (km ²) Município	Percentual (%) Município	Área (km ²) de PAs	Percentual (%) PAs
Cobertura Vegetal				
nativa	2820,24	48,32	820,40	39,29
Agropecuária	2858,49	48,97	1200,17	59,33
Outros usos	11,12	0,19	5,18	0,10
Corpos D' Água	147,07	2,52	20,25	1,28
Total	5836,92	100	2.046,00	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

É importante ressaltar que houve uma maior perda de vegetação nativa na última década que antecedeu o ano de 2000 avaliado na figura 7(B) visualizada na evolução do mapa de uso e ocupação do solo. De acordo com Souza et al. (2019) e mediante o levantamento do Mapbiomas de 1985 a 2020, podemos constatar que o implemento das atividades produtivas do agronegócio no município seria responsável pela redução de 1.680,70 km² de floresta só no território de Conceição do Araguaia no sudeste paraense.

Nesse período de retrato do ano de 2000, é importante apontar que as regularizações de assentamentos rurais nesse município já eram presentes em 28 PAs, a partir das ocupações espontâneas dos trabalhadores familiares e regularizados pelo INCRA, compondo uma área que correspondia a 2.046,00 km². Nessa área territorial dos PAs já se constata proporcionalmente que a composição da vegetação nativa é quase 10% menor em relação à mesma composição dessa vegetação do total do município. E somando a esse entendimento, a classe agropecuária

nas áreas de PAs é 10% maior em relação à composição do percentual das áreas de fora dos PAs do município investigado. Dessa forma, pode-se inferir que nas áreas de assentamentos rurais se desmata mais do que no total da área do município avaliado.

4.1.3 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2010

Com análise do uso e ocupação do solo relativo ao ano de 2010, o cálculo da área da classe da vegetação nativa tem mais uma significativa redução somada a um consequente aumento do desmatamento no território avaliado, com 2.308,93 km², atingindo o percentual de 39,56%. Fica evidente a partir da figura 7 C no referido mapa de 2010, que há um rápido crescimento da classe da agropecuária na composição do uso do solo, continuando a ser a principal responsável pelo desflorestamento do município com 3375,07 km², representando, assim, a maior área de uso do solo com o percentual de 57, 82% (Tabela 4).

Souza et al. (2019), a partir de seus estudos sobre as dinâmicas de uso e cobertura da terra, sugerem que o decréscimo de áreas florestais e a expansão das atividades agropecuárias estão diretamente relacionados com o desmatamento de uma determinada região. Sendo assim, os municípios da Amazônia seguem esse padrão mencionado, consolidando as áreas desflorestadas e a busca por novas frentes de ocupação para produção agrosilvipastoril.

Tabela 4 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia - PA e de seus PAs - 2010.

Classes	Área (km ²) Município	Percentual (%) Município	Área (km ²) de PAs	Percentual (%) PAs
Cobertura Vegetal				
nativa	2308,93	39,56	588,55	26,44
Agropecuária	3375,07	57,82	1614,88	73,12
Outros usos	10,36	0,18	3,78	0,17
Corpos D' Água	142,56	2,44	18,79	0,27
Total	5836,92	100	2226,00	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

Fica evidente com a análise comparativa dos valores de ocupação do uso do solo nas áreas de assentamentos rurais que no ano de 2010 havia 35 PAs já regularizados pelo INCRA e uma ocupação de uma área de 2.226,00 km² do município pesquisado. Nos PAs, ainda se percebe que a composição da vegetação nativa (26%) continua reduzindo, sendo mais de 13%

proporcionalmente menor em relação à composição da vegetação nativa do total do município (39%). Já a classe agropecuária nas áreas de PAs ocupa 73%, sendo 16% maior que a composição dessa mesma classe em relação à área do município (57%). Com isso, fica evidente o avanço do desflorestamento ser maior no comparativo de percentuais das áreas de assentamentos do que fora delas do município avaliado.

4.1.4 Análise do uso e ocupação do solo no ano de 2020

Como se observa na (Figura 7 D) e na Tabela 5, a representação da agropecuária no uso do solo no ano de 2020 já tem uma área de 3.519,54 km², apresentando um pequeno aumento em relação a 2010, com 60,30% de ocupação desse território, implicando assim uma redução da vegetação nativa em relação ao último levantamento. A vegetação nativa ficou distribuída em uma área de 2.173,25 km², equivalente a 37,23% do território analisado. Assim, consideramos esses dados alarmantes uma vez que esses percentuais de composição de uso do solo do município avaliado comprometem o equilíbrio do ecossistema para a preservação dos recursos naturais e da vida dos seres vivos.

Vale et al. (2020) constataram em seu estudo que no ano de 2019 foram mensurados 9.762 km² de áreas desflorestadas nos estados da Amazônia legal e o estado do Pará foi o que mais contribuiu para essa soma com 3.862 km² de desmate. Ainda houve nesse mesmo ano um aumento significativo do desmatamento no município de Conceição do Araguaia, no sudeste paraense. Esses aumentos acenderam a luz amarela, criando uma maior preocupação dos ativistas e da comunidade internacional defensora do meio ambiente. Consequentemente houve uma maior cobrança de políticas públicas para atuação do governo atual no âmbito das fiscalizações ambientais para a defesa da Amazônia.

Nesse sentido, tendo como parâmetro as imagens do ano de 2010, observa-se que ocorreram alterações nas respostas espectrais referentes ao uso do solo do ano de 2020, podendo ser visualizadas na (Figura 7 D) e na (Tabela 5), mas que não foram tão significativos seus aumentos. Assim, podemos inferir que houve uma certa estabilidade das classes investigadas no território do município pesquisado. No entanto, vale destacar a exceção da classe dos corpos d'água, sendo constatada uma considerada redução nesse último período avaliado, ou seja, uma menor disponibilidade hídrica de 9,10 km² para o consumo nas atividades produtivas no solo desse território municipal.

Tabela 5 - Classes de cobertura do solo de Conceição do Araguaia - PA e de seus PAs - 2020.

Classes	Área (km ²) Município	Percentual (%) Município	Área (km ²) de PAs	Percentual (%) PAs
Cobertura Vegetal				
nativa	2173,25	37,23	564,00	25,03
Agropecuária	3519,54	60,30	1667,40	74,60
Outros usos	10,67	0,18	6,35	0,26
Corpos D' Água	133,46	2,29	18,25	0,11
Total	5836,92	100	2256,00	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022)

Corroborando com esta tese, o estudo de Vale et al. (2020) aponta que as áreas desmatadas no município de Conceição do Araguaia entre os anos de 1999 e 2019 mostram que o desflorestamento nesse período foi de 22%, sendo que a produção agropecuária aumentou cerca de 14,6%. A partir dos dados desses autores e da ampliação do recorte temporal (1985 a 2020), aliado ao levantamento histórico do ordenamento fundiário por esta tese, afirmo que a agropecuária é a matriz econômica mais importante, sendo a maior causadora do desflorestamento do município avaliado e também dentro das suas áreas de PAs.

Em 2020 Conceição do Araguaia já tinha 38 PAs regularizados desde 2018, compreendendo o total de 2.256,00 km². Nessa área, a perda florestal foi de 12% dentro dos assentamentos em relação comparativa ao total do município, constatando uma continuidade na proporção do avanço da classe da agropecuária que teve 16% da avaliação anterior. Sendo assim, proporcionalmente se avança ainda mais na composição do uso do solo dentro dos PAs do que em relação ao município em sua totalidade. Mediante esses dados, fica evidente que existe um comprometimento do equilíbrio ecossistêmico quando se aponta comparativamente os dados de evolução em km² e seus percentuais do município, juntamente com os das áreas de assentamentos rurais, sendo considerado um retrato preocupante dessa evolução da composição do uso do solo no município investigado.

Nesse contexto, é necessário um enfrentamento dessa realidade normalizada do desflorestamento na região do município e sobretudo de seus assentamentos rurais analisados, tornando-se urgente que a sociedade organizada e as políticas públicas governamentais por meio do INCRA assumam e criem ações coordenadas para fiscalizar e regulamentar as atividades produtivas no campo com as devidas preocupações ambientais, pois os assentados familiares são as vítimas dessa realidade de descaso das instituições de tal forma que não devem

ser responsabilizados pela perda da vegetação vislumbrada. Indo além dessas ponderações, é imprescindível o fortalecimento das relações socioambientais a partir dos movimentos sociais de base para que esse sentimento de responsabilidade ambiental e pertencimento sejam desenvolvidos nos novos espaços de vida criados, minimizando assim os danos à floresta que ainda resiste.

4.2 Análise do uso e ocupação do solo dos assentamentos rurais da área do município de Conceição do Araguaia – PA, nos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020.

Analizou-se neste tópico da pesquisa o levantamento das informações de satélites com a utilização de mapas sobrepostos dos PAs do município investigado, desenvolvendo inicialmente a composição evolutiva das classes do uso do solo nos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020 somente dos PAs que continuaram a ser estabelecidos pelos dados do sistema do Mapbiomas. No que se refere às delimitações das áreas territoriais dos assentamentos rurais, foram utilizadas as informações no formato *shapefile* na plataforma do Cadastro Ambiental Rural - CAR para que fosse realizada a sobreposição dos mapas do município ao longo dos 35 anos avaliados. Com isso, foi realizada a análise comparativa do percentual de áreas de Vegetação Nativa (VN) de dentro e fora das áreas de assentamentos rurais no tocante aos seus percentuais dos anos de 1985, 2000, 2010 e 2020. Nesse sentido, teremos a caracterização da evolução do desflorestamento ao ser comparada às áreas de vegetação nativa de dentro e fora dos PAs desse município.

No estudo de Brandão Jr e Souza Jr (2013), foram analisados 343 assentamentos, sendo que desses, 31% do número de assentamentos estudados no período de 1997 a 2002 atingiu 36.383 km² nesse período. Desse total, aproximadamente 20% da área estava desmatada até a criação dos assentamentos, enquanto 80% era floresta. Ainda nesse mesmo estudo, entre a criação dos assentamentos avançando até 2004 foram desmatados 4.652 km² no total, o que correspondeu a 13% da área dos assentamentos e 16% das florestas verificadas no ano de criação. A taxa de desmatamento nos assentamentos chegou a 1,8% ao ano, isso equivale a quatro vezes mais em comparação à taxa média de desmatamento da Amazônia.

Os mesmos autores deduzem como explicação que um dos motivos desse rápido avanço do desmatamento seria mais evidenciado no início da aquisição de novas áreas para reforma agrária, no acesso de pequenos produtores aos recursos disponíveis no ato de posse e na obtenção do crédito subsidiado para a realização de investimentos, havendo conseqüentemente um desflorestamento pulverizado em cada Unidade Familiar de Produção (UFP) dos

assentamentos. Fatos esses que se confirmam nesse estudo por meio das falas empreendidas nas entrevistas dos assentados familiares no capítulo anterior que após a obtenção das UFPs das áreas de assentamento, inicia-se uma derrubada da floresta por madeira para atividades estruturantes como construção de casa, de cercas entre outras como da própria área produtiva de alimentos na consequência da instalação das famílias.

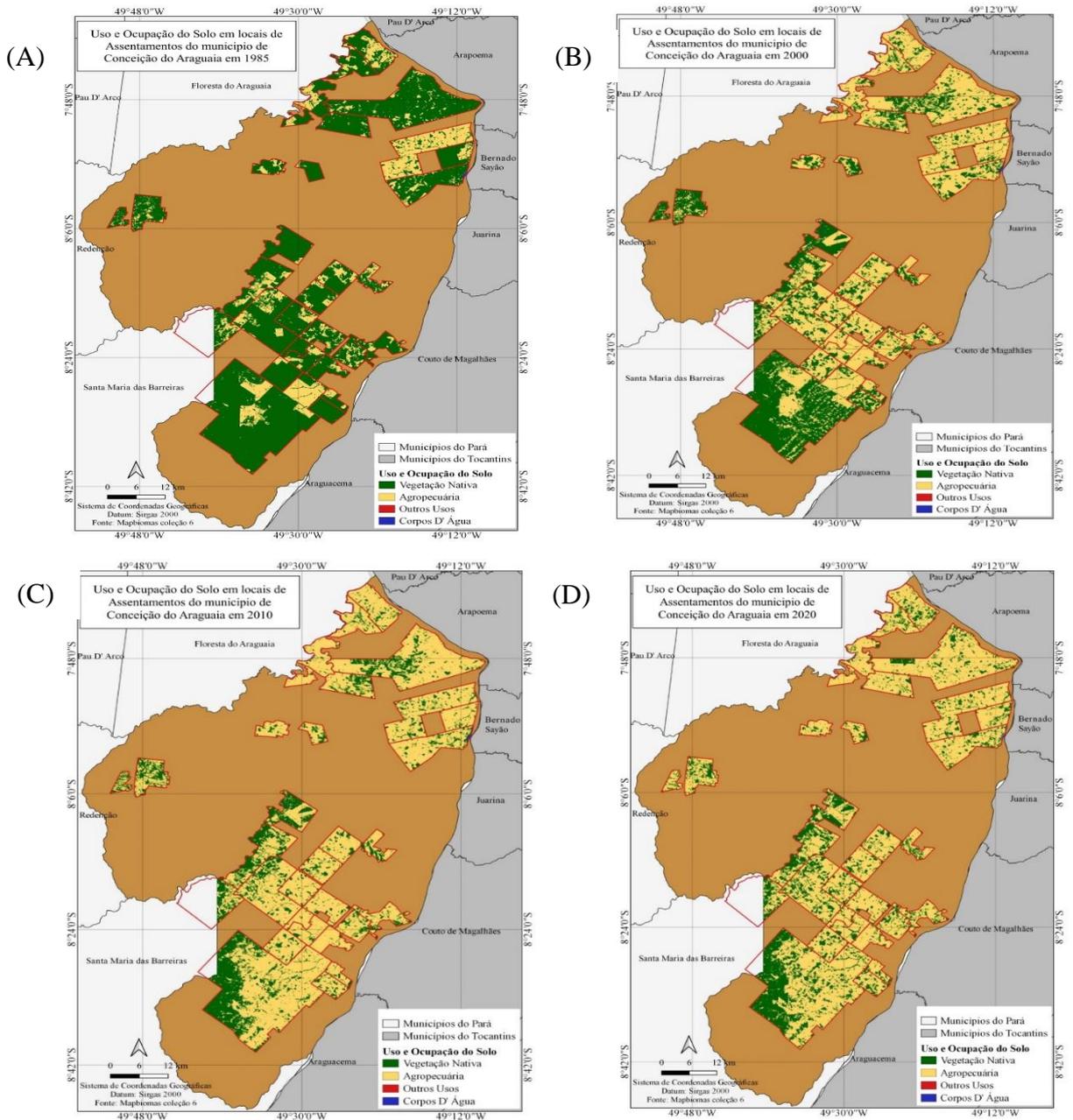
4.2.1 Evolução das Classes do uso de solo dos assentamentos rurais de Conceição do Araguaia - Pará

Os estudos sobre as dinâmicas e transições dos processos de uso e cobertura da Terra na Amazônia realizados por Espindola et al. (2011) e Sousa et al. (2017) discorrem sobre o decréscimo das áreas florestais e a expansão das atividades agropastoris, práticas estas intimamente relacionadas com o aumento do desflorestamento em toda a região dos municípios amazônicos com a consolidação de áreas desflorestadas e a busca por novas frentes de ocupação.

Nessa perspectiva, os assentamentos rurais têm despontado como um dos principais locais de focos do desmatamento na Amazônia nos últimos dez anos. Esse fato tem se confirmado principalmente pela mudança no perfil do tamanho do desmatamento na região, de grande para pequenos polígonos (ALENCAR et al., 2016). Ainda de acordo com esses autores, esse padrão tem se reiterado dentro dos assentamentos, impactando assim as suas taxas anuais de conversão florestal.

Sendo assim, com as intensificações das formas de produzir ao longo dos quinze anos (1985 a 2000) e com a estabilização da regularização da maioria dos PAs pelo INCRA desse município, as áreas que hoje são os atuais assentamentos rurais analisados sofrem pressão evidente do agronegócio sobre a floresta, sendo as principais causas do desmatamento com a diminuição da vegetação nativa dos assentamentos investigados nesse período de análise e constatado pela evolução do uso e cobertura do solo neste estudo. Na verificação das áreas que hoje são assentamentos rurais no município de Conceição do Araguaia - Pará (Figura 8 A), referente ao mapa do ano de 1985, antes da regulamentação do primeiro PA dentro desse município, fica evidente a classe da vegetação nativa sendo predominante (verde) na composição do uso do solo.

Figura 8 - Evolução do uso do solo dos Assentamentos rurais de Conceição do Araguaia/PA - nos anos de: 1985(A), 2000(B), 2010(C) e 2020(D).



Fonte: Elaborado pelo Autor, a partir do Mapbiomas (2022).

Decorrido os primeiros 15 anos de intervalo do primeiro recorte temporal de evolução da composição de uso e ocupação do solo nos assentamentos rurais (Figura 8 B), fica perceptível o aumento da área da classe agropecuária ocupando a maior parte da composição dos assentamentos (amarela-clara), com uma redução significativa da classe vegetação nativa (verde), apontando um crescimento rápido das atividades agropastoris nesse recorte temporal,

pois nesse período já havia se estabelecido a maior parte (28) dos Projetos de Assentamentos - PAs no ano de 2000, dentro do município pesquisado, com uma área territorial de 2.046,00 km².

Ávila et al. (2019) afirmam que, com essa nova realidade percebida nas ocupações de PAs na Amazônia, juntamente com a redução das florestas e o crescimento das atividades da agropecuária, teremos conseqüentemente danos ambientais irreparáveis a todo o ecossistema. Esse aumento do desflorestamento acende o alerta de ambientalistas e preocupados com a região devido às altas taxas de desmatamentos visualizadas e apontadas neste estudo.

Ao visualizar a (Figura 8 C), sendo o mapa de 2010 da classe de ocupação do solo, constatamos mais um crescimento considerado da classe da agropecuária na região avaliada. Com relação à figura 8 D do mapa do ano 2020, com o retrato do uso do solo dos assentamentos rurais, a classe agropecuária não tem um crescimento tão significativo avançando na vegetação nativa desses PAs referente à última década avaliada. No entanto, essa estabilidade da ocupação do solo pelas atividades agropastoris nesse período agrava cada vez mais a qualidade do solo, comprometendo sobretudo o equilíbrio do ecossistema (SILVA et al., 2020).

Silva et al. (2020) apontam que na floresta amazônica e nas savanas amazônicas existem muitas pressões das produções de monoculturas como a da soja e da pecuária extensiva, que são percebidas nas áreas de assentamentos rurais do município aqui pesquisado. Ainda se percebe que alguns produtores intercalam entre essas atividades, realizando uma espécie de rotação de culturas, ou seja, áreas de pastagem sendo convertidas em áreas de plantação e vice-versa, prática essa que é estimulada pela valorização das terras, entre outras vantagens financeiras.

Mediante o que foi apontado e discutido sobre as constatações da evolução do uso e ocupação do solo do município e de seus assentamentos rurais investigados, fica perceptível que o crescimento das atividades do agronegócio ao longo das décadas foi a principal causa do avanço do desmatamento nesta região avaliada, provocando conseqüentemente com isso alterações negativas no solo, bem como dos recursos hídricos.

4.2.2 Análise comparativa da evolução da vegetação nativa (VN) dentro e fora dos PAs de Conceição do Araguaia - PA.

Nesta última parte do estudo foi realizada somente a discussão da evolução da classe de vegetação nativa (VN) de uso do solo, de forma percentual e proporcional na comparação de dentro e fora das áreas de PAs do território do município analisado, obtendo assim informações

acerca do avanço do desmatamento com a perda vegetativa ao longo dos 35 anos desse recorte temporal.

Para uma melhor compreensão de todo esse contexto da evolução dos desmatamentos além do período que essa tese preconiza, o Boletim do Desmatamento do IMAZON detectou em janeiro de 2022, que 261 quilômetros quadrados foram desmatados na Amazônia Legal no último ano, sendo um aumento de 33% em relação a janeiro de 2021, quando o desmatamento somou 196 quilômetros quadrados nesse período. Esse desmatamento detectado no início de 2022 ocorreu nos Estados de: Mato Grosso (28%), Rondônia (24%), Pará (20%), Amazonas (12%), Roraima (7%), Maranhão (5%), Acre (3%) e Tocantins (1%). Nesse levantamento constatou-se que a maior parte (73%) do desmatamento ocorreu em áreas privadas. O restante do desmatamento foi registrado nos assentamentos rurais (18%), em Unidades de Conservação (8%) e em Terras Indígenas (1%). O Estado do Pará mantém-se nas primeiras colocações no ranking dos que mais desmatam, com 4.037 km² devastados, 39% do registrado em toda a Amazônia, seguindo um estigma negativo de constar, na maioria das vezes, na vanguarda do desmatamento na Amazônia.

Com apoio dessas informações de evolução dos desmatamentos na Amazônia e na região desse estudo, com base nos dados providos do Mapbiomas dos anos avaliados de 1985 a 2020, foi realizada a construção da tabela 6, que retrata a evolução da estimativa de vegetação nativa (VN) e seus respectivos percentuais (%) a serem comparados com as suas perdas nessa classe do uso do solo dentro e fora dos PAs.

Nessa seara, ressalta-se que as áreas territoriais em km² e seus respectivos percentuais utilizados na tabela 6 de dentro e fora dos PAs foram constituídos e considerados a partir do levantamento de cada ano analisado (ano de 2000 eram 28 PAs constituídos, em 2010 existiam 35 PAs regularizados e no último ano avaliado de 2020 já estava demarcados os atuais 38 PAs).

Em 1985, quando se iniciou o primeiro retrato temporal a ser avaliado, foi considerado o valor total da vegetação nativa a partir do *shapefile* do CAR dos atuais 38 PAs existentes, e a sua demarcação das áreas de fora dos PAs do município avaliado, pois nesse ano de 1985 não havia nenhuma regularização de assentamento rural realizada pelo INCRA, servindo de parâmetro da evolução de uso do solo a VN existente de 1985 para com o ano de 2020.

Cabe destacar que nos anos seguintes, levou-se em consideração a evolução de VN analisada em sua proporcionalidade e no seu respectivo percentual de cada ano apontado, na qual existia a regularização de PAs. Com isso essas informações foram apoiadas na tabela 1 no capítulo anterior desta tese, que apresenta os valores das áreas de cada PA e o dia de sua regularização a ser contabilizada.

A análise da evolução da perda vegetativa de dentro das áreas de PAs parte do primeiro retrato temporal do ano de 1985, no qual existia 81,96 % de florestas e com o passar do tempo e o aumento do número de novos assentamentos em 2020, com os atuais 38 assentamentos rurais a quantidade de vegetação nativa foi reduzida para 25,03 %, ou seja mais de 56% de desmatamento ao longo dos 35 anos dentro da área dos assentamentos. No ano de 1985, nas áreas do município que não eram assentamentos rurais, havia 74% de vegetação nativa. Depois dos 35 anos, em 2020 o percentual de florestas nessas áreas era de 43%, ou seja, uma redução de 31% de vegetação nativa. Com relação a essa, seria uma perda menor que em relação às áreas de PAs. Ou seja, enquanto dentro dos PAs a redução foi de 56%, fora dos PAs no território do município avaliado reduziu-se em 31% de VN.

Tabela 6 - Evolução da Vegetação nativa (VN) em km² e os percentuais das áreas % dentro e fora dos PAs.

Evolução da VN	1985		2000		2010		2020	
	Área (km ²)	%	Área km ²	%	Área km ²	%	Área km ²	%
VN do Município	4500,94	77,11	2820,24	48,32	2308,93	39,56	2173,25	37,23
VN Dentro dos PAs	1.579,82	81,96	820,4	39,29	588,55	26,44	564	25,03
VN Fora dos PAs	2.921,12	74,72	1999,84	52,23	1.720,38	45,94	1609,25	43,25

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

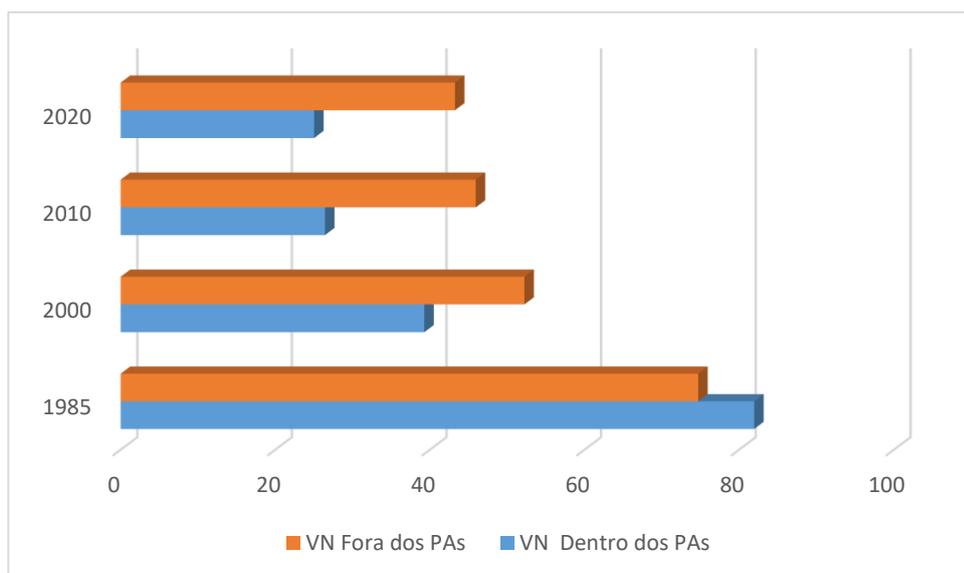
Nesse aspecto apontado, é importante destacar que a perda de floresta em todo o município e nas áreas de fora dos PAs foi menor do que a constatada dentro dos PAs, sendo que mais de 40% de desmatamento foi verificado na perda de vegetação nativa (VN) em quase quinze anos dentro dos PAs de 1985 a 2000. Nos anos seguintes, as reduções de vegetação nativa não foram tão significativas, mas existiram. Por tudo isso, torna-se fundamental o monitoramento do desmatamento sem haver distorções nos dados por intervenções políticas para garantir ações coordenadas mitigatórias e a sobrevivência da formação vegetal natural restante para fomentar um maior equilíbrio ecológico do ecossistema na Amazônia no tocante às áreas de PAs.

Deve-se abrir um parêntese no destaque apontado de que percentualmente se desmata mais dentro dos assentamentos rurais do que fora deles a respeito do recorte temporal em que houve as regularizações do PAs pelo INCRA de áreas que antes eram fazendas na sua maior

parte. Havia áreas desmatadas antes de suas consolidações como assentamentos. Outro ponto importante é quanto às ações da iniciativa privada como a dos sojicultores e pecuaristas nas ações ilegais de reconcentração de terras em compras e arrendamentos que promovem também o desflorestamento subjugando os assentados familiares como responsáveis.

É importante destacar com relação ao gráfico 1 que leva também em consideração os dados comparativos de percentuais da tabela 6 que a perda da vegetação nativa dentro das áreas de PAs foi consideravelmente maior ao longo dos 35 anos (56%) em relação às perdas florestais das áreas de fora do município avaliado (43%), seguindo numa mesma constante do aumento gradativo da redução florestal e das regularizações dos PAs pelo INCRA. Portanto existe uma influência dos assentamentos rurais no aumento do desmatamento no território do município de Conceição do Araguaia - PA, pois a proporção percentual do desmatamento dentro dos PAs é maior do que fora desses no município.

Gráfico 1 – Evolução comparativa da Vegetação Nativa (VN) dentro e fora dos PAs.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de informações obtidas do Mapbiomas (2022).

Com esse panorama evidenciado, pode haver muitas justificativas e possíveis considerações para essas constatações de uma maior perda em percentual de VN dentro dos PAs do que fora. Sendo assim, trago alguns possíveis fatores dessa realidade constatada neste estudo por viver no município por mais de 32 anos e conhecer praticamente todos os assentamentos rurais da região. Na região do sul e boa parte do oeste do território municipal, não há PAs instalados, com áreas pertencentes à União e ao setor privado, contendo em sua

formação relevos consideravelmente acidentados formados por colinas e serras. Cabe destacar que em algumas dessas regiões não existem estradas pavimentadas e/ou vicinais, o que dificulta sobremaneira as ações antrópicas de exploração vegetativa de tal forma que poderia indicar possíveis justificativas ou variáveis desse maior percentual em proporção de área desmatada dentro das áreas de assentamentos do que fora delas em Conceição do Araguaia-PA.

A retirada da vegetação nativa de uma determinada área caracteriza o desflorestamento, podendo favorecer o processo de erosão, provocando deslizamentos de terras, pois é a cobertura vegetal principalmente nativa, com suas essências florestais que facilita a infiltração da água da chuva no solo. Todos esses destaques convertem para o bem-estar e a qualidade de vida de todos os seres vivos nos ecossistemas do planeta. Dependemos das florestas para viver e evitar um futuro colapso ambiental (MAPBIOMAS, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender o ordenamento fundiário a partir das lutas dos movimentos sociais do campo, por uma reforma agrária e por políticas públicas para a agricultura familiar nos assentamentos rurais da região estudada, fica evidente com as revisões bibliográficas e com auxílio da análise de conteúdo, que as falas dos agentes públicos e dos assentados familiares apontam que a dinâmica produtiva para a pequena produção familiar, sobretudo para os assentados foi ineficaz, sem o propósito de atendimento à uma reforma agrária justa para os trabalhadores familiares no campo. Cabe destacar que, o processo de implementação dos assentamentos rurais do município investigado foi desenvolvido por ocupações espontâneas sem planejamento e com as regularizações realizadas a posteriori, não sendo realizadas as orientações devidas pelo INCRA para com os assentados familiares.

Por tudo, aponta-se como principal causa da perda florestal as atividades empreendidas pela agropecuária. Assim, mesmo que inequivocamente, ao longo das décadas e após as regularizações fundiárias realizadas pelo INCRA, sendo uma instituição penalizada com o déficit de servidores e estrutura física e orçamentária precária para gerenciar a região, contribuiu para toda a dinâmica instituída de aumento do desflorestamento evidenciado no estudo ao longo dos 35 anos. Dessa forma, constata-se a inviabilidade do modelo de reforma agrária desenvolvido, no qual o desmatamento ainda é a regra.

A partir das análises comparativas da evolução dos desmatamentos dentro das áreas de assentamentos rurais para com as áreas de fora dos PAs do total do município avaliado, concluiu-se que os PAs promovem uma maior contribuição no aumento da derrubada das matas nativas em relação ao total do território do município estudado, pois com os dados das áreas desmatadas a partir da perda da vegetação nativa ao longo do tempo analisado, constatou-se que, mesmo com o avanço da agropecuária sendo a principal causa dos desmatamentos na região, a proporção dos desmatamentos dentro dos assentamentos em percentual foi maior em relação ao desflorestamento de toda área de fora dos PAs do município.

Verifica-se, que o desafio da gestão de projetos de assentamentos com relação aos problemas socioambientais é assegurar o acesso à terra para os pequenos produtores, garantindo assim, uma fonte de renda a partir de iniciativas produtivas adequadas as suas realidades, além de conservar os recursos. Para que isso se concretize, ressalta-se a importância do fortalecimento das políticas públicas para os assentados, no respeito aos seus saberes, entendendo a realidade de vida nos seus respectivos ambientes. Ressalta-se a importância de uma política pública efetiva de estado, para uma reforma agrária digna para os assentados

familiares, com capacitação técnica e apoio as suas atividades produtivas e uma ação dos movimentos de base realizando uso de métodos de uso do solo como a agroecologia e/ou outras alternativas menos impactante ao meio ambiente, criando melhoria da infraestrutura dos assentamentos, dando viabilidade de acesso à informação de mercados dos produtos florestais e agrícolas, para que assim exista uma dinâmica ambiental mais sustentável e evolua negativamente o desmatamento de florestas nos PAs e na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC/ANPOCS/Ed. da UNICAMP, 1992.
- ALENCAR, A., PEREIRA, C; CASTRO, I; CARDOSO, A; SOUZA, L; COSTA, R; BENTES, A. J; STELLA, O; AZEVEDO, A; GOMES, J., & NOVAES, R. **Desmatamento nos assentamentos da Amazônia: histórico, tendências e oportunidades**. Brasília - DF: IPAM, 93. 2016. Disponível em: <<https://ipam.org.br/wpcontent/uploads/2016/02/DesmatamentonosAssentamentosdaAmaz%C3%B4nia.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **O que há de novo no rural brasileiro?** In: Terra Livre, n.15, p. 87-112, 2005.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia – Bases Científicas para uma Agricultura Sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- ALTIERI, M. A.; YURJEVIC, A. La Agroecologia y el desarrollo en América Latina. In: AGROECOLOGIA y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año. I, n. I, marzo, p. 25-36, 1991.
- ALVES, L. da C., & BISPO, M. O. Estudos socioeconômicos e culturais das famílias do assentamento P.A. Zé Pereira, Município de Porto Nacional -TO. **Revista Interface**, 16ª ed. 2018. Acessado 12/05/2021 em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/articl /view/6383>>.
- ANTUNES. P.B. **Direito Ambiental** – 14 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- ARAÚJO, F. C. de. **Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros**. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ARRAZ, Rafael Miranda. **Análise das condições de sustentabilidade da produção agropecuária em dois assentamentos rurais de Conceição do Araguaia – Pará**. Mestrado em ambiente e desenvolvimento. Centro Universitário Vale do Taquari - Univates. Lajeado/RS, 2015.
- ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 10, n.1, 2006.
- ÁVILA, S. R. S. A., ÁVILA, M., BERNARDI, J. V. E., & COUTO JÚNIOR, A. F. Estudo exploratório sobre dinâmica do desmatamento em assentamentos localizados no território portal da Amazônia. **Revista Retratos de Assentamentos**. 2019. Disponível em: <<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/330/298.DOI:10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.330>>. Acessado em: 01/03/2021.
- AZEVEDO, A. A.; RAJÃO, R.; COSTA, M.; STABILE, M. C. C.; ALENCAR, A.; MOUTINHO, P. **Cadastro Ambiental Rural e sua influência na dinâmica do desmatamento na Amazônia Legal**. Brasília: IPAM, 2014, 16 p.

BARBIERI, R. F. A. **Soja em Assentamentos Rurais em Querência**. Consultoria prestada ao Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAN) e Instituto Socioambiental (ISA), Brasília - DF: IPAM. 49p. 2017. Acesso em 20 de fevereiro de 2022 em:<https://ipam.org.br/wpcontent/uploads/2017/07/Estudo_Soja_Assentamentosfinal.pdf>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BECKER, B.K. "**Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégias e Práticas**" em Kohlhepp, G. (coord.) *Brasil: modernização e globalização*, Bibliotheca Ibero-Americana 80 Frankfurt am Main, Madrid: 2001.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. São Paulo, Revista Estudos Avançados. v.11, n. 31. p.37-49, 1997.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e pratica**. 2. ed. São Paulo: 2004.

BRANDÃO Jr., A.; SOUZA Jr., C. Deforestation in land reform settlements in the Amazon. **State of the Amazon**, Belém, n. 7, p. 1-4, 2006.

BRANDÃO JÚNIOR, A.; SOUZA JÚNIOR, C.; PINTO, A.; AMARAL, P. **Situação do desmatamento nos assentamentos de reforma agrária no Estado do Pará**. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.03.2021/art_225_.asp>. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa nº 97, de 17 de dezembro de 2018**. Normatiza os procedimentos administrativos para titulação de imóveis rurais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, criados em terras de domínio ou posse da União, bem como verificação das condições de permanência e de regularização de beneficiário no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Diário Oficial da União, Brasília, Edição 249, Seção 1, 28 jul 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 08 de Fev. de 2021.

BRITTO, Gladstone Avelino. **Agricultura Familiar e os Danos Ambientais em Assentamentos Rurais da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito Agroambiental da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí, RS: FIDENE, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas – SP. 2011.

CASTRO, A. R.; WATRIN, O. **Análise espacial de áreas com restrição legal de uso do solo em projeto de assentamento no sudeste paraense**. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 2, p. 157-166, 2013.

CELOS, Jeferson Fernando. **O direito enquanto práxis contrahegemônica e a luta pela terra na perspectiva dos movimentos sociais populares**. 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CRESWELL, J. W.; CLARK, V. L. P. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2a Ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 288p. (Série Métodos de Pesquisa).

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 344, de 25 de março de 2004**. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=445>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo : Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura. 2º Ed. FAPESP. 1998

DELGADO, G. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. Editado por Luiz Octávio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DESMARAIS, A. **La via campesina: globalization and the power of peasants**. Halifax: Fernwood, 2007.

DOMINGUES, Mariana Soares. BERMANN, Célio. O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Revista Ambiente e sociedade**. vol.15 no.2. São Paulo. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000200002>>. Acesso em 18/12/2020.

DOS SANTOS, R. O. C. A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP)” **Revista NERA**. 2014.

FARIAS, M. H. C. S., BELTRÃO, N. E. S., SANTOS, C. A., & CORDEIRO, Y. E. M. **Impacto dos assentamentos rurais no desmatamento da Amazônia**. Mercator (Fortaleza), 2018. Disponível em:

<https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/25417/1/artigo.pdf>. <https://doi.org/10.4215/rm.2018.e17009>. Acessado em: 02/01/2021.

FATORELLI, L.; MERTENS, F. Integração de políticas e governança ambiental: o caso do licenciamento rural no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 401-415, 2010.

FEARNSIDE, P.M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, V.1, n° 1, p.113-124, 2005. Disponível em: . Acesso em: 17 ago. 2014.

FEITOSA, T.C. **Análise da Sustentabilidade na Produção Familiar no Sudeste paraense: O Caso dos Produtores de Leite do Município de Rio Maria**. 173f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - **Universidade Federal do Pará** – Centro Agropecuário-Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar, 2003.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: **Expressão Popular**, 2008.

FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem complicação**. 1 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 03-23, 2010.

FONSECA, A., et al. **Boletim do desmatamento da Amazônia Legal. 2021. SAD (p. 1). Belém: Imazon**. Acesso em 10 de Agosto de 2021 em:<<https://imazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-junho-2021-sad/>>.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008. 79 p.

FURTADO, Celso. **A pré Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1ª edição, 1962.

_____. Entre inconformismo e reformismo. In. **Revista Economia Política**. Vol. 09, Nº. 04. 1989.

GALVÃO, C. Narrativas em Educação. **Ciência & Educação**, 2005.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo, **Revista São Paulo Perspectivas**. v. 18. n.2., 2004.

GIBBS, H.; RAUSCH, K.; MUNGER, J.; SCHELLY, I.; MORTONET, D. C. *et al.* Brazil's Soy Moratorium. **Science**. 2015.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Ed. Atlas, 2002, 176 p.

GOMEZ, M. V.; BEUCHLEA, R.; SHIMABUKUROA, Y.; GRECCHI, R.; SIMONETTI, D.; EVA, H. D.; ACHARD, F. A long-term perspective on deforestation rates in the Brazilian

Amazon. International Archives of the Photogrammetry, Remote Sensing & Spatial Information Sciences, 2015.

GUEDES, G. R.; VANWEY, L. K.; HULL, J. R.; ANTIGO, M.; BARBIERI, A. F. Poverty dynamics, ecological endowments, and land use among smallholders in the Brazilian Amazon. **Social Science Research**, v. 43, 2014.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HEREDIA, B. et al. **Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. Lusotopie**, Bordeaux, n.1, p. 59-90, 2003.

HOMMA, A. K. O.; CARVALHO, R. A.; SAMPAIO, S. M. N.; SILVA, B. N. R.; SILVA, L. G. T.; OLIVEIRA, M. C. C. **A instabilidade dos projetos de assentamentos como indutora de desmatamentos no sudeste paraense**. In: Anais do Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 4ª edição. Belém, Pará: ECOECO, 2001.

HOMMA, A. K. O. Em favor de uma nova agricultura na Amazônia. **Revista Terceira Margem: Amazônia**, 2015. Acessado 05/04/2021 em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitbitstream/doc/1048520/1/Hommaalfredo532111PB.pdf>.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. et al. **Os Projetos de Assentamentos no Sudeste Paraense como ciclo de ocupação**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, 2002, p.3 – 4. Passo Fundo, RS. Anais. Brasília: SOBER, 2002.

HÉBETTE, J. A **Velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje**. Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística populacional**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2016/contagem_final.pdf>. Acesso em: 28 FEV de 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Cartografia de Áreas de Assentamento do município de Conceição do Araguaia**. Agencia de Conceição do Araguaia - INCRA, 2018.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional Pará / Marabá - SR 27. (2018). **Assentamentos - Informações Gerais**. Recuperado de <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite. **Metodologia Utilizada nos Projetos PRODES e DETER**. Coordenação Geral de Observação da Terra. 2019. Disponível em:

<http://www.obt.inpe.br/OBT/assu/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/Metodologia_Prodes_Deter_revisada.pdf> Acessado em: 10 de Março de 2021.

INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA (IMAZON). **Desmatamento e degradação florestal em Novo Repartimento- Pará**. Belém: IMAZON, 2014, 2 p. LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 1, 2010.

INTINI, J.M. **Luzes e Sombras negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas para reforma agrária e agricultura familiar**. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar / NEAF / EMBRAPA, UFPA, Belém, 2004.

LE TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 1, 2010.

LE TOURNEAU, F. M.; DROULERS, M. Colonisation agricole au Roraima: anciennes configurations et nouvelles stratégies. *Annales de Géographie*, Paris, n. 621, p. 550-570, 2001.

LEAL, M., & MANIESI, V. Dinâmica de desflorestamento nos assentamentos extrativistas do município de Humaitá, Amazonas. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**. 2018. Acessado 06/02/2021 em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n14/n14a11.pdf>. [dx.doi.org/10.17127/got/2018.14.010](https://doi.org/10.17127/got/2018.14.010).

LEITE, F.L., CALDAS, M.M., SIMMONS, C., PERZ, S.G., ALDRICH, S., WALKER, R.T. The social viability and environmental sustainability of direct action land reform settlements in the Amazon. **Environment, Development and Sustainability**, vol. 13, 2011. doi: 10.1007/s10668-011-9289-5.

LIMA, R. B., DA SILVA BRITO, S. M. B., CALVI, M. F., & DE MORAIS, V. A. Perda de vegetação e Políticas Públicas: Estudo de uma Área de Assentamento de Reforma Agrária na Amazônia Meridional. **Revista de Ciências Agrárias**. 2020. Acessado 03/04/2021 em: <https://revistas.rcaap.pt/rca/article/view/19992/15490>. <https://doi.org/10.19084/rca.19992>.

LITTLE, Paul E. “**Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**”. Série Antropologia. Nº 322. Brasília: DAN/UnB. 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Estado, bandidos e heróis: utopias e lutas na Amazônia. Belém. Seju. 2010.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky e PINTO, Jax Nildo Aragão. A questão fundiária na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. n. 19 (54), 2005.

LUDEWIGS, T. et al. Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 37, n. 8, p. 1348–1359, ago. 2009.

LUDEWIGS, T.; OLIVEIRA D’ANTONA, A.; BRONDÍSIO, E.; HETRICK, S. Agrarian Structure and Land-cover Change Along the Lifespan of Three Colonization Areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, Sheerbrooke, v. 37, no. 8, 2009, p. 1348-1359.

LUZ, Isau Coelho. **Rastros e pegadas**. Goiânia: Kelps, 2011.

MACEDO, Cátia Oliveira. **Diferenciação Socio-econômica e campesinato: O caso dos Assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no Sudeste do Pará**. 198f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MALHI, Y.; ROBERTS, J. T.; BETTS, A. R. *et al.* Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. **Science**, [S.l.], v. 319, n. 5860, p. 169-172, 2008.

MAPBIOMAS. Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil. **Coleção 6 de Metodologia (1985 – 2020)**. 2021. Disponível em: <https://mapbiomas.org/visao-geral-da-metodologia>. Acessado em 03/06/2021.

MARTINS J.; BICUDO M. A. **A pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Ed. Centauro, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política - O processo de produção do capital**. Trad. Reginaldo Sant'ana, vol. 1, 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MELO, Aloísio Lopes Pereira. **Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia-PA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**. São Paulo: v. 9, n. 8, p. 151-172, jan.-jun., 2006.

MIRANDA, Rogério Rego. SILVA, Marcos Alexandre Pimentel. **Das agro estratégias aos eixos territoriais do agronegócio no estado do Pará**. Boletim DATALUTA n. 99. São Paulo. 2016.

NASCIMENTO SOARES, J. L. A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia. Campo-Território: **Revista de geografia agrária**, Uberlândia, V 3. 2008.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades. **Cadernos de pesquisa em Administração**, São Paulo. V. 1, nº 3, 1996.

NICOLAV, Vanessa. Uma semana após discurso, veja principais ações de Bolsonaro contra o meio ambiente. **Brasil de Fato**. São Paulo – SP. 29 de Abril de 2021. Acessado em 09 de agosto de 2021 em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/29/uma-semana-apos-discurso-veja-principais-acoes-de-bolsonaro-contra-o-meio-ambiente>>.

NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento Remoto: princípios e aplicações**. 4 ed. São Paulo: Blucher, 2010.

OLIVEIRA, A. U de; STEDILE, J. P. **A natureza do Agronegócio no Brasil**. In: FÓRUM Nacional de Reforma Agrária: Cartilha da via Campesina. [s.l.; s.n.], 2005.

OLIVEIRA, A. U de. et al. **Amazônia revelada, Os descaminhos ao longo da BR – 163**. Brasília. Livro com compilado de artigos CNPQ. 2005. 296p.

OLIVEIRA, S. L. D. **Tratado de Metodologia Científica**: Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e teses. 2º ed. São Paulo: Pioneira, 2001.

PACHECO, P. Agrarian reform in the Brazilian Amazon: its implications for land distribution and deforestation. **World Development**, Oxford, v. 37, n. 8, p. 337-1347, 2009.

PASQUIS, R., VALÉRIA, A., WEISS, J., MACHADO, L., “Reforma Agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, vol. 22, 2005.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PEREIRA, L. C. **A questão agrária e o campesinato**. Presidente Prudente: SP. 2005.

PIKETTY, M. G.; POCCARD-CHAPUIS, R.; DRIGO, I.; COUDEL, E.; PLASSIN, S.; LAURENT, F.; THÂLES, M. Multi-level Governance of Land Use Changes in the Brazilian Amazon. **Forests**, v. 6, n. 5, 2015.

POLLOCK, Jackson, Uma concertação pela Amazônia - Ordenamento territorial e regularização fundiária na Amazônia. Disponível em: https://www.ihumanize.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2022/05/GT_OTRF_Final.pdf . 5º Ed. Notas. 2022.

PRODES/INPE. **A estimativa da taxa de desmatamento por corte raso para a Amazônia Legal em 2019 é de 9.762 km²**. São José dos Campos-SP, 18 de novembro de 2019. Acesso em 20 de Agosto de 2021 em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294>

PUPIO, Elizamar Gomes da Silva. **Ação local Territorial: Um Estudo em Conceição do Araguaia (PA)**. 142f Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá-PA, 2018.

RESCK, Guilherme. Como a degradação ambiental contribuiu para atual crise hídrica. **SBTNEWS**. Acesso em 10 de setembro de 2021 em <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/brasil/174169-como-a-degradacao-ambiental-contribuiu-para-atual-crise-hidrica>>. Publicado em 18/07/2021

ROCHA, et al. Memória: um olhar sobre a vida no assentamento Pe. Josimo Tavares – Conceição do Araguaia/PA. **Uniara**. 2010. Acesso em 05 de Fevereiro de 2022 em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_8/08-11.pdf>

ROSA, I. M.; PURVES, D.; CARREIRAS, J. M.; EWERS, R. M. Modelling land cover change in the Brazilian Amazon: temporal changes in drivers and calibration issues. **Regional environmental change**, v. 15, n. 1, p. 123-137, 2015.

RIBEIRO, Carmelita de Fátima Amaral et al. Exportação brasileira de carne bovina: uma análise de comércio exterior. **V Encontro Latino Americano de Pós-graduação da UNIVAP**. São José dos Campos. 2005. p.5 - 10, CD-ROM.

SANT'ANA, Antonio Lázaro; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. **Tipificação das famílias de oito assentamentos rurais da região de Andradina (SP), com base em diferentes estratégias de produção e comercialização**. São Paulo, RESR. v.47, n.3. p.615-636, 2009.

SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. **Impactos causados pela bovinocultura de “cortes nos assentamentos de reforma agrária do Maranhão: Segurança Alimentar, Modificação da Paisagem e Transformações**. Lisboa: ISA/UTL, 2010.

SEPOF-PA. Secretaria do Estado de Planejamento e Finanças do Estado do Pará. Portal Amazônia. **Dados da região de Conceição do Araguaia – História e Cultura**. Belém, 2014. Disponível em: . Acesso: 16 de Fevereiro de 2021.

SCHNEIDER, M.; PERES, C. A. Environmental Costs of Government-Sponsored Agrarian Settlements in Brazilian Amazonia. **PloS one**, v. 10, n. 8, 2015.

SILVA, G. J. O.; NEVES, S. M. A. S.; RAMOS, A. W. P.; MIRANDA, M. R. S. Estado de conservação das áreas de preservação permanente de nascentes da bacia hidrográfica do rio Jauru/MT. Brasil. **Revista Cerrados**. v. 18. 2020.

SILVA, Laurinete Rodrigues da. A reconfiguração da questão agrária sob o desenvolvimento do agronegócio. **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil. 2013.

SILVA, Luiz Guilherme Teixeira e HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Política Agrária e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar nos Assentamentos do Sudeste Paraense**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA), 2007.

SILVA. José Graziano da. **O que é Questão Agrária**. Coleção Primeiros Passos. 2ª Edição. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1993.

SOARES, J. L. N. A organização territorial de assentamentos rurais para atender a legislação ambiental na Amazônia. Campo-Território: **Revista de geografia agrária** (Uberlândia), v. 3. 2008.

SOUZA, J. S.; SILVA, A. D. L.; SALGADO, A. P.; MATA, A. S.; GODINHO, D. S. Avaliação geoambiental das margens da rodovia GO-070: trajeto entre as cidades de Goiás (GO) e Itaberaí (GO). **Revista Cerrados**, [S./l.], v. 18, n. 01, p. 23-43, 2020.

SOUZA, L. F. P. **Dinâmica de uso e cobertura da terra em áreas com formações Não Florestais/PRODES no Sudeste Paraense**. 2019. 79f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, L. M.; ADAMI, M.; LIMA, A. M. M.; RAMOS, W. F. Avaliação do uso e cobertura da terra em Paragominas e Ulianópolis-PA, utilizando dados do projeto TerraClass. **Revista Brasileira de Cartografia**, [S./l.], n. 69/03, pp. 421-431, 2017.

STEAD, Jean Garner; STEAD, Edward. Estratégias ecológicas para Empresas: Estudos para Sustentabilidade regionais. **Journal of Business Ethics**, Manitoba, v. 24, p. 313-329, 2000.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional –1500-1960**. Expressão Popular. 2 ed. São Paulo. 304 p. 2011.

TERENCE, Marcelo Fernando. **Avanços e limites da reforma agrária no sul do Pará: Um estudo a partir do projeto de assentamento Canarana**. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TEISSERENC, Pierre. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos Cadernos**. NAEA, v. 19, n. 1. 2016.

TOLETO, Caio Navarro. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.13-28, 2004.

TOURRAND, Jean François et al. **Estratégias e práticas de criação na Amazônia brasileira: dinamismo e diversidade da agricultura familiar**. Belém: CIRAD, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Athas, 1987.

VALE, J. R. B. et. al. Análise multitemporal do uso e cobertura da terra do município de Conceição do Araguaia – Pará através do google Earth engine. **Revista Cerrados** (Unimontes - Universidade Estadual de Montes Claros), vol. 18, n 02. 2020.

VALE, J. R. B. **Análise da dinâmica do uso e cobertura da terra nas áreas desflorestadas do Estado do Pará por meio da Plataforma Google Earth Engine**. 2019. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Cartográfica e de Agrimensura) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

VARELLA, M. D. **Introdução da reforma agrária**. São Paulo: Ed. de Direito, 1998.

VEIGA, J. E. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**. São Paulo, SP: SENAC, 2006. 180p. WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

WATRIN, O. S.; CRUZ, C. B. M.; SHIMABUKURO, Y. E. Análise evolutiva da cobertura vegetal e do uso da terra em projetos de assentamentos na fronteira agrícola amazônica, utilizando geotecnologias. **Geografia**, [S./l.], v. 30, n. 01, p. 59-76, 2005.

APENDICES

APÊNDICE A - QUESTÕES NORTEADORAS PARA ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE-PPGCIAMB DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

Título da pesquisa: Ordenamento Fundiário dos Assentamentos rurais em Conceição do Araguaia – Pará

Doutorando: Rafael Miranda Arraz

Qual a cidade de origem da família e Quando chegaram?

Como foi a ocupação e dinâmica de divisões dos lotes no assentamento rural que vive?

Na sua visão, o governo por meio do INCRA, das ATERs desenvolveram e desenvolvem um bom trabalho nos assentamentos?

Houve alguma capacitação e orientação para o atendimento das legislações ambientais, nos respeitos as RL e APLs, para não realizar desmatamentos nos assentamentos?

Fazem parte de alguma representação de trabalhadores familiares, associação e cooperativa, se sim como é?

Houve planejamento prévio do INCRA para as divisões dos lotes nos assentamentos rurais respeitando os relevos, parâmetros ambientais e agrônômicos?

Havia fiscalização ambiental e fundiária de organismos públicos após a regularização dos assentamentos, do INCRA?

Já houve investidas de Grandes produtores para compra de seu lote para a produção de Soja ou criação de bovinos?

Quais as expectativas para o futuro de vida nos assentamentos rurais?

APENDICE B - TERMO DE COSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE-PPGCIAMB
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Convidamos o(a) sr(a) para participar da pesquisa, **ORDENAMENTO FUNDIÁRIO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA – PARÁ**, sob a responsabilidade do pesquisador **RAFAEL MIRANDA ARRAZ**, a qual pretende entender como foi constituída a história dos assentamentos rurais do município de Conceição do Araguaia – Pará, nos aspectos da dinâmica ambiental na concepção dos próprios produtores familiares e de agentes públicos. Conhecer a história e a realidade destas famílias de agricultores é fundamental para o pesquisador, principalmente para interpretar suas concepções e os fatos ocorridos e vivenciados pelos sujeitos a serem pesquisados. A sua participação na pesquisa terá uma diminuição de riscos, pois suas identificações serão mantidas em sigilo. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização. Terá garantia de acesso aos resultados, esclarecimentos, acompanhamento e assistência desta pesquisa à qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Se depois de consentir em sua participação o Sr(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, o (a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador responsável no endereço (IFPA - Rua Couto Magalhães, N.1692), ou pelo telefone (63) (92899086), (rafael.arraz@ifpa.edu.br). Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFT. O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone 63 3229 4023, pelo email: cep_uft@uft.edu.br, ou Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio do Almojarifado, CEP-UFT 77001-090 - Palmas/TO. O (A) Sr. (a) pode inclusive fazer a reclamação sem se identificar, se preferir. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo sr. (a), ficando uma via com cada um de nós. Nesta pesquisa é pertinente fazer alusão aos possíveis riscos de sua realização, que seriam: 2/2 - Invasão de privacidade; - Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência; - Revitalizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados; - Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE). - Tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista. Considerar estes riscos para que sejam tomadas as providências no

decorrer de sua execução para que seja preservada a participação dos pesquisados sem prejuízos à sua imagem e vida social. Os Benefícios da Pesquisa, pretendemos compartilhar os resultados da nossa investigação bibliográfica e de campo, a partir das estratégias metodológicas adotadas em contextos rurais nos assentamentos rurais. Com o intuito de ampliar os benefícios da investigação, gerar conhecimento que possa ampliar o acesso da população assentada aos cuidados das instituições primárias de saúde e subsidiar o planejamento de ações do INCRA, ATER entre outras condizentes com as necessidades dos moradores e características dos territórios, bem como favorecer a superação de práticas pouco eficazes que se devem, em grande medida, à falta de capacitação das equipes, à dinâmica institucional, à organização do trabalho e estruturação dos serviços. Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, autorizando o uso de imagem e de vídeo se necessário, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser.

_____, _____, de _____ de _____

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE–PPGCIAMB
DOUTORADO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
 FEDERAL DO TOCANTINS**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A HISTORIA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA NA DINAMICA AMBIENTAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Pesquisador: RAFAEL MIRANDA ARRAZ

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 45151521.0.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
 Fundação Universidade Federal do Tocantins

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.291.307

Apresentação do Projeto:

Esse projeto tem como objetivo realizar uma investigação se propondo a entender como a agroecologia é manifestada nos assentamentos rurais do município de Conceição do Araguaia – Pará e se pode contribuir nas transformações sociais, sob o aspecto da concepção dos pequenos produtores familiares, quem são eles, quais suas origens, o que eles pensam, como vivem, como se organizam, quais são suas técnicas e qual o significado para eles de terra, família e trabalho, além disso, se propõem saber como foram criados os assentamentos estudados e quais são os princípios agroecológicos existentes para aquelas famílias, identificar como é o entendimento da agroecologia por esses atores sociais e os seus envolvimento na superação das dificuldades enfrentadas nos Assentamentos rurais. A pesquisa tratará de levantamentos das entrevistas e com o apoio de diários de campo, com uma abordagem qualitativa e o uso de dados bibliográfico e documental.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1700741.pdf	28/12/2021 10:19:57		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_p_reformulada_CEPUFT_dez2021.pdf	28/12/2021 10:18:53	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_COMITEDEETICA_UFT.pdf	25/11/2021 16:16:32	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_ProjetoTESERafael.pdf	25/11/2021 15:31:09	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoReformuladoTESE_RAFAELARRAZpCEPUFT.pdf	25/11/2021 15:11:41	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRostodefAssinado.pdf	26/03/2021 22:36:36	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO_TESE_RAFAEL.pdf	19/02/2021 12:01:03	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Outros	declaraAnuenciaTrabruraisAssentam.pdf	19/02/2021 11:59:49	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CartaApresentaCEPfev1.pdf	19/02/2021 11:56:26	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaraResponsabilidadeElinEIDE2.pdf	19/02/2021 11:51:47	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito
Declaração de concordância	DeclarInicioPesquisaAprovCEP.pdf	19/02/2021 11:16:09	RAFAEL MIRANDA ARRAZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 15 de Março de 2022

Assinado por:

PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br